

**Henrique UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Departamento de História

**ERIC HENRIQUE SILVA DE MOURA**

RECIFE

2020

**ERIC HENRIQUE SILVA DE MOURA**

**O BALUARTE PORTA DA TERRA/MUSEU A CÉU ABERTO NO BAIRRO DO  
RECIFE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ENTRE ARQUITETOS E  
ARQUEÓLOGOS (2001 - 2007).**

Trabalho de Dissertação do  
Mestrado em História da  
Universidade Federal Rural  
de Pernambuco (UFRPE),  
defesa com o intuito de  
obter o título de mestre.  
Orientadora: Dra. Emanuela  
Sousa Ribeiro.

RECIFE

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M929b Moura, Eric Henrique Silva de Moura  
O BALUARTE PORTA DA TERRA/MUSEU A CÉU ABERTO NO BAIRRO DO RECIFE: : REPRESENTAÇÕES  
SOCIAIS ENTRE ARQUITETOS E ARQUEÓLOGOS (2001 - 2007). / Eric Henrique Silva de Moura Moura. - 2020.  
115 f. : il.
- Orientadora: Emanuela Sousa Ribeiro.  
Inclui referências e apêndice(s).
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife,  
2020.
1. Patrimônio Cultural. 2. Bairro do Recife. 3. Arqueólogos e arquitetos. 4. Representações Sociais. 5. Baluarte Porta da  
Terra/Museu a Céu Aberto. I. Ribeiro, Emanuela Sousa, orient. II. Título

CDD 981

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao Ser que me deu a vida, que me deu a oportunidade de fazer o que amo, de me dar o dom para ensinar e contar a História para várias pessoas, sendo elas crianças indo até idosos, obrigado por tudo Jeová Deus! Tudo o que faço é em honra a Ti e ao teu Filho Amado, Jesus Cristo! Muito Obrigado!

Agradeço também aos meus pais, Helen e a David, por me darem amor e a educação necessária para ser o homem que me tornei! Assim como agradeço a porre, quer dizer, a minha amada irmã, Isabela Moura, por ter paciência com seu queridíssimo irmão! E, como posso esquecer da minha amada esposa, Mirella Leal Campos! Meu eterno amor! Que junto aos meus pais me ajudou nessa caminhada até aqui! E tenho certeza que posso contar com todos vocês em próximas aventuras acadêmicas e profissionais! Amo todos vocês!

Também agradeço a minha excelentíssima orientadora, Emanuela Sousa Ribeiro, por sua paciência, carinho, profissionalismo, por momentos engraçados, por mostrar ser uma grande orientadora, uma excelente professora! Jamais esquecerei o que fez por mim professora! Muito obrigado!

Meus obrigados as professoras Aline Figueirôa, Ana Nascimento e Mariana Zerbone por me ajudarem a desenvolver a pesquisa, agradeço a atenção e as opiniões construtivas de vocês!

Quero agradecer também aos meus amigos que fiz nesses dois anos de mestrado, ao Mariano (Mama), ao Sebastião, ao Seu Sérgio, André Cardoso, Pelague, Albino, Débora, Emanuel, Ana Cláudia, Lucas, Thales e entre outros que batalhamos juntos para atingir nossos objetivos!

Como esquecer dos meus amigos de velha guarda? Miqueias, Herlley (Oompa Loompa), Leo Oliveira (Pururuca), Zé Lucas, André Mozzini (Dex), Lucas Lins (Morsa) Charlene, Renato (rubro-negro roxo), Allyson Manoel (Boca de Tarântula), Carla, Aline Pitt, Belle, aos amigos de Ilha do Retiro e da saudosa Banca da Resenha, saudades daqueles momentos que alegrávamos e se estressávamos com os jogos do Sport Club do Recife, como, também, ao povo da escola, principalmente ao Márcio, Danilo (Tucano),

Jhony (Gordo de Moreno), Saulo Fernandes (Saulinho) e a Rhayssa, agradeço a todos vocês pela força e por momentos de diversão.

Obrigado também a Nuno e Zé Ailton pela oportunidade de trabalhar no ramo arqueológico, por conselhos valiosos sobre minha pesquisa e demais assuntos sobre Arqueologia.

Também gostaria de dá meu obrigado a FACEPE, por me ajudar financeiramente nesses dois anos.

Gostaria de agradecer ao Rafael por seus ótimos serviços prestados como secretário da pós-graduação e, por fim, agradeço a Nina, Sarabi, Lili, Xaninha e Tadeu Felipe, pela companhia fofa e ronronados.

Obrigado a todos vocês!

“Seja você quem for, seja qual for a posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé em Deus, que um dia você chega lá. De alguma maneira você chega lá.” – Ayrton Senna da Silva

## **RESUMO**

Dissertação em História pela UFRPE, a qual irá abordar o Baluarte Porta da Terra, um bem do patrimônio cultural e arqueológico existente no Recife Antigo. Um bairro nitidamente histórico, que passou por diversas mudanças em sua história, bairro onde o Recife nasceu e é frequentemente visitado por habitantes locais e turistas. Dentro do contexto do patrimônio, esta dissertação vai relacionar dois grupos que trabalham constantemente no Bairro do Recife Antigo: Arqueólogos e Arquitetos. Utilizando as Teorias das Representações Sociais de Serge Moscovici, este trabalho vai relacionar questões sociais, relações de poder e legitimidade do patrimônio existente no Recife Antigo a partir dos arqueólogos e arquitetos que trabalharam neste bairro durante os anos de 2001 a 2007, nas intervenções no Baluarte Porta da Terra. Para esta discussão, este projeto utilizou relatórios técnicos do recorte citado que foram produzidos pelos dois grupos em questão. A pesquisa defende que há uma disputa de poder, principalmente dos arquitetos sob os arqueólogos, contudo, através dos relatórios analisados, foi observado que não há essa relação de poder e sim de união entre arquitetos e arqueólogos nas intervenções do Baluarte e na construção das ideias de como transformá-lo em um patrimônio histórico e arqueológico da cidade do Recife.

**Palavras-chaves:** Patrimônio Cultural; Arqueologia; Arquitetura; Bairro do Recife; Baluarte Porta da Terra/Museu A Céu Aberto; Representações Sociais.

## **ABSTRACT**

Dissertation in History by UFRPE, in which he will address the Baluarte Porta da Terra, one of the cultural and archaeological heritage existing in Recife Antigo. A distinctly historic neighborhood, which has undergone several changes in its history, a neighborhood in which Recife was born and is frequently visited by locals and tourists. Within the context of heritage, this dissertation will relate two groups that constantly work in the Bairro do Recife Antigo: Archeologists and Architects. Using Serge Moscovici's Theories of Social Representations, this work will relate social issues, power relations, and the legitimacy of the existing heritage in Recife Antigo from the archaeologists and architects who worked in this neighborhood during the years 2001 to 2007, in the interventions in the Baluarte Porta da Terra. For this discussion, this project will use technical reports from the cited section that was produced by the two groups in question. The research argues that there is a power dispute, mainly of the architects under the archaeologists, however, through the analyzed reports, it was observed that there is not this relationship of power but of unity between architects and archaeologists in the interventions of the Bulwark and the construction of ideas how to turn it into a historical and archaeological heritage of the city of Recife

**Keywords:** Cultural Heritage; Archeology; Architecture; Bairro do Recife; Baluarte Porta da Terra/Museu A Céu Aberto; Representações Sociais.



## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 01 -----	13
Imagem 02 -----	24
Imagem 03 -----	25
Imagem 04 -----	71
Imagem 05 -----	72
Imagem 06 -----	73
Imagem 07 -----	75
Imagem 08 -----	76
Imagem 09 -----	77
Imagem 10 -----	91
Imagem 11 -----	93

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. AGENTES DO PATRIMÔNIO CULTURAL	18
1.1 Agentes: Arquitetos e Arqueólogos	22
1.1.1 Os arquitetos e sua trajetória	22
1.1.2 Os arqueólogos e sua trajetória	35
2. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O PATRIMÔNIO CULTURAL: UM REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	52
2.1 Representações sociais, história e fonte de pesquisa	60
3. O BAIRRO DO RECIFE E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: O BALUARTE PORTA DA TERRA / MUSEU A CÉU ABERTO	66
3.1. O Baluarte Porta da Terra/Museu a Céu Aberto: entre arqueólogos e arquitetos	70
CONCLUSÕES	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
APÊNDICE 1	

## INTRODUÇÃO

O Recife é uma cidade que possui uma grande riqueza histórica. Uma das cidades mais antigas do Brasil, a capital pernambucana passou por diversos processos em sua trajetória histórica, que se iniciou onde hoje está o Bairro do Recife, ou Bairro do Recife Antigo e, para os íntimos, Recife Antigo.

Patrimonializado em nível federal a partir da década de 1990, o Bairro foi objeto de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em dezembro de 1998 e, a partir de então os sentidos desta patrimonialização vêm sendo mais fortemente discutidos por dois grupos profissionais: arqueólogos e arquitetos, que consideramos serem os dois grupos profissionais que protagonizam a interpretação do Bairro como patrimônio cultural, em uma relação nem sempre harmônica.

Em nossas experiências profissionais e pessoais - tendo em vista a prática profissional na área da arqueologia - também pudemos vivenciar alguns conflitos entre arqueólogos e arquitetos envolvendo a representação do patrimônio cultural do Bairro do Recife. Foi, inclusive, uma destas experiências que motivou o interesse inicial por esta pesquisa: em 2017, durante uma experiência profissional nas obras de pedestrianismo da Avenida Rio Branco, foram evidenciados trilhos dos bondes que passavam pela Av. Rio Branco, assim como o antigo piso de paralelepípedo.

Na ocasião, os arqueólogos optaram pela permanência dos trilhos e do antigo piso, com esses vestígios à mostra, para que quando os pedestres passeassem pelo lugar, sentissem como era caminhar nas ruas do Bairro do Recife nos inícios dos anos 10/20 do século XX. Entretanto, as ideias dos arquitetos se sobressaíram às dos arqueólogos e a Av. Rio Branco ganhou novo piso. Este novo piso cobriu os trilhos e deu novo significado ao bairro, criando uma espécie de *bulevar*. Então a partir desta observação, a justificativa desta dissertação foi a discussão da representatividade social que arqueólogos e arquitetos possuem e como tais representações entram em conflito.

A narrativa histórica contemporânea do Bairro do Recife, e principalmente os seus processos de patrimonialização, possuem uma forte presença destes grupos citados. Arqueólogos e arquitetos têm influências sobre o patrimônio existente no bairro.

Contudo, se ambos podem partir de visões diferentes do patrimônio cultural que há no Recife Antigo, como estes grupos legitimam o patrimônio? Pode-se reconhecer um mais legítimo do que o outro?

A partir destes questionamentos iniciais esta dissertação buscou analisar as representações sociais construídas por arqueólogos e arquitetos acerca do Bairro do Recife, tendo como estudo de caso as intervenções que aconteceram nas escavações arqueológicas do Baluarte Porta da Terra, também chamado de Museu a Céu Aberto, localizado na rua Barão Rodrigues Mendes<sup>1</sup> no período de 2001 a 2007.

No século XVII, a função de um baluarte era proteger as casas contra o avanço do mar, como um muro de arrimo, contudo, nas cidades coloniais, os baluartes também poderiam ter função defensiva. No caso dos vestígios arqueológicos que são objeto de estudo deste trabalho identificou-se claramente

uma estrutura que corresponde a parte de um baluarte em pedra, no local onde seria a entrada da Vila no século XVII. É uma estrutura única formada por pedras de cantaria fixadas em um maciço de pedra e cal implantada diretamente sobre a areia do istmo, portanto não poderia ter sido reestruturada em período posterior. A complexidade técnica construtiva não foi repetida em obras portuguesas posteriores (MEDEIROS, 2005, p. 160).

Segundo Medeiros “tanto holandeses como os portugueses, construíram em terra e taipa no período de guerra. Eram necessárias obras rápidas, com materiais construtivos disponíveis e isso dependia do sucesso ou derrotas das lutas” (2005, p. 159). Contudo, as construções holandesas podem ser caracterizadas porque “é no domínio de obras sobre as águas que o holandês deve ser qualificado, e o Baluarte é uma dessas obras” (MEDEIROS, 2005, p. 105), que se destinava principalmente a conter o mar, e apenas secundariamente tinha função defensiva.

Em uma carta topográfica datada de 1630, produzida pelo engenheiro holandês Andreas Drewisch, aparecem claramente desenhados dois baluartes em forma de *cornuta* na entrada da vila do Recife, conforme pode ser visto na imagem 1 abaixo:

---

<sup>1</sup> O trecho onde se localiza o Baluarte Porta da Terra / Museu a Céu Aberto localiza-se no trecho da rua Barão Rodrigues Mendes entre a rua do Bom Jesus e a av. Alfredo Lisboa, em frente ao Marco Zero da cidade. Trata-se de localização privilegiada no centro do Bairro do Recife.

Imagem 1: Planta cartográfica do Recife, 1630



FONTE: MEDEIROS, 2005, p. 155.

Conforme indicação de Medeiros, os baluartes podem ser claramente reconhecidos, “pela espessura do traço, onde um é construído em pedra e o outro em terra” (MEDEIROS, 2005, p. 152). A partir desse mapa, o baluarte é representado nas iconografias do Recife.

Os estudos documentais, sondagens e análises morfológicas realizadas pelos arqueólogos responsáveis pela escavação demonstraram que o “baluarte foi construído dentro da água por algum engenheiro experiente em obras de diques, aterros e arrimo” (MEDEIROS, 2005, p. 158).

Provavelmente as pedras de arenito que formam o baluarte, indisponíveis no período da dominação holandesa, vieram da Holanda, “devido a uma solicitação escrita feita pelo governador holandês Weerdenburch, justificada pela impossibilidade de aceder aos canteiros de pedra no Brasil” (MEDEIROS, 2005, p. 160). Os dados

arqueológicos mostram uma estrutura de sofisticada técnica construtiva, que não foi reproduzida posteriormente em obras identificadas em Pernambuco: “o corte dos blocos e a complexidade dos encaixes e fixação desses blocos, demonstram uma obra cuidadosamente planejada” (MEDEIROS, 2005, p. 159).

Os vestígios arqueológicos deste baluarte, originalmente localizado junto à entrada da então vila do Recife, foram identificados pelos estudos arqueológicos que faziam o acompanhamento de obras civis do “Projeto Luz e Tecnologia do Recife Antigo”, cujas primeiras ações se iniciaram no final da década de 1990. O período compreendido entre os anos de 2001 e 2007 foi escolhido por se tratar da época da efetiva identificação dos vestígios arqueológicos como sendo do Baluarte Porta da Terra e sua musealização através da efetivação do Museu a Céu Aberto.

Consideramos que o Baluarte é o que caracterizou melhor as representações sociais acerca do patrimônio cultural do Bairro do Recife construídas pelos arqueólogos, pois, as outras intervenções arqueológicas que aconteceram antes desta obra, como na Sinagoga Kahal Zur Israel, no Cais da Alfândega e na Caixa Cultural, se deram dentro dos conjuntos arquitetônicos, ou seja, para ver o patrimônio arqueológico, o indivíduo necessita entrar no prédio em que ele está inserido, fora dele só observa-se o patrimônio arquitetônico. No caso do Baluarte, ele está exposto na rua, entre os conjuntos arquitetônicos, proporcionando assim uma maior visibilidade no contexto arqueológico, arquitetônico e urbano. Deste modo, nosso objetivo geral foi realizar uma análise sobre as representações sociais de arqueólogos e arquitetos referentes ao monumento Baluarte Porta da Terra, e verificar se houve um caráter de disputa entre eles e qual discurso prevaleceu.

Os objetivos específicos foram identificar as representações sociais sobre o patrimônio cultural do Bairro do Recife; analisar como arqueólogos e arquitetos se identificam com o bem patrimonial institucionalmente estabelecido (no caso, o Baluarte) e, por fim, analisar aspectos do funcionamento da valorização do patrimônio cultural por diferentes agentes.

Para discutir a relação do patrimônio cultural do Bairro do Recife entre arqueólogos e arquitetos, esta pesquisa utilizou a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici.

Moscovici afirmou que a constituição de uma sociedade é formada por diversas “dimensões do viver, experimentadas de diferentes formas por cada ator social, evidenciando a heterogeneidade social, atentando-se para o processo de mudança, incorporação e conservação na vida social” (FERMINO, 2017, p. 13). Entrando neste aspecto, a Teoria das Representações Sociais oferece um arcabouço teórico adequado para analisar a dinâmica que envolve a construção das representações sociais relacionadas ao patrimônio cultural do Bairro do Recife, incluindo representações de arqueólogos e de arquitetos, e estudar como estes grupos representam socialmente o patrimônio cultural do Recife Antigo e, ao mesmo tempo, se representam. Buscando referências da aplicação deste referencial teórico-metodológico na História, utilizamos o trabalho de Fermino (2017), através da análise dos conceitos de ancoragem e objetificação, que serão explicados no próximo capítulo.

Como fontes de pesquisa foram utilizados, principalmente, documentos referentes às escavações arqueológicas ocorridas no Bairro do Recife durante os períodos de 1999 a 2011, pois este foi o período em que aconteceram grandes intervenções arqueológicas e arquitetônicas no Bairro, conforme será apresentado a seguir. Tais documentos podem ser encontrados no Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Pernambuco, que é o órgão responsável pelas autorizações de escavações arqueológicas, conforme a lei federal 3.924/1961.

Até onde pudemos pesquisar, os autores que trabalham com a Teoria das Representações Sociais não costumam trabalhar com documentos oficiais, e sim priorizam a realização de entrevistas e aplicação de questionários. De fato, todos os profissionais mencionados nos documentos oficiais ainda estão em atuação profissional e poderiam ter sido entrevistados, porém, consideramos que seria inviável no âmbito de uma dissertação de mestrado, realizar tantas análises. Ao mesmo tempo, por se tratar do estudo de uma ação de preservação que aconteceu há cerca de duas décadas, acreditamos que a análise destes documentos inéditos seria mais produtiva para um primeiro trabalho sobre a temática, pois possibilitaria trabalhar com as falas produzidas concomitantemente às obras. Além disso, acreditamos que esta experiência metodológica apresenta a possibilidade de uma inovação no âmbito da aplicação da Teoria das Representações Sociais na área da História, cujas fontes principais são os documentos em suporte papel.

Como já mencionado, as fontes da pesquisa consultadas para a realização deste trabalho são oriundas do arquivo institucional do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional em Pernambuco (IPHAN-PE) e se constituem de processos administrativos levados a efeito ou fiscalizados pelo Instituto no Bairro do Recife, no período de 1999 a 2011. Estes processos se constituem de grande quantidade de documentos, que compreendem as seguintes tipologias documentais: Relatórios parciais e finais de intervenções em bens tombados; Permissões do IPHAN para a realização de escavações arqueológicas; Propostas de urbanização; Projetos; Atas de reuniões; Solicitações e Declarações. Além destes processos também foram consultadas matérias de jornais existentes no mesmo arquivo do IPHAN-PE<sup>2</sup>.

Essas fontes foram primeiramente analisadas através de fichamentos, colocando-as em forma cronológica, do mais antigo para o mais recente, depois separando-as em categorias e, por fim, avaliando-as a partir dos conceitos de análise já mencionados (ver apêndice 1).

O primeiro capítulo desta dissertação apresenta o referencial teórico utilizado nesta pesquisa, a Teoria das Representações Sociais (TRS), sendo seu criador o romeno Serge Moscovici. Apresenta com mais detalhes os conceitos de ancoragem e da objetivação, que compõem o núcleo interpretativo do trabalho.

O segundo capítulo aborda os agentes culturais que estão sendo estudados como os sujeitos analisados desta dissertação, ou seja, os arquitetos e os arqueólogos. Este capítulo fala sobre a trajetória de ambas as profissões e sua relação com o patrimônio cultural.

O terceiro e último capítulo apresenta um breve histórico da Arqueologia Histórica no Recife, e realiza, principalmente, a análise dos documentos referentes às obras de escavação e musealização do Baluarte Porta da Terra, mostrando as relações que existiram entre as visões de arquitetos e arqueólogos sobre o monumento em questão, enfatizando a aplicação dos conceitos de ancoragem e objetivação no âmbito desta obra.

A despeito de nossas hipóteses iniciais, a pesquisa concluiu que no caso do Baluarte Porta da Terra/Museu a Céu Aberto não houve conflitos de monta entre

---

<sup>2</sup> Estes documentos foram todos coletados anteriormente à qualificação do trabalho. Posteriormente, a partir de março de 2020, em virtude da pandemia de COVID-19 e da necessidade e isolamento social, não foi possível retornar ao IPHAN-PE para complementar as pesquisas.



arqueólogos e arquitetos. Naquele momento, ambos os grupos profissionais utilizaram elementos da Arqueologia para construir um discurso favorável ao patrimônio cultural e assim protegê-lo e divulgá-lo ao público em geral.

## CAPÍTULO 1 - AGENTES DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Quando a temática do patrimônio é debatida, duas ideias diferentes, contudo relacionadas, vêm à mente das pessoas. A primeira ideia pode associar o patrimônio à herança, transmissão a herdeiros e esta herança pode ser material ou imaterial. No quesito material, o patrimônio herdado pode ser uma casa, uma joia, um comércio, isto no contexto monetário. Há bens materiais que possuem a conotação sentimental, como uma fotografia, um livro ou CD autografado, uma imagem religiosa, brinquedos e semelhantes. Todo este tipo de bem pode ser colocado em um testamento e torna-se um patrimônio do indivíduo.

O patrimônio como herança é o patrimônio individual, mas há outro termo referindo-se à questão do patrimônio, o patrimônio coletivo. Segundo Funari e Pelegrini (2006, p. 8): “o patrimônio individual depende de nós, que decidimos o que interessa. Já o coletivo é sempre algo mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, mesmo quando essa coletividade nos é próxima”. Uma associação de moradores, por exemplo, pode decidir o que será um patrimônio local, como uma árvore, uma casa bem antiga, uma praça, etc.

Então, afinal o que é patrimônio? Para Funari e Funari (2007, p. 12) línguas românicas usam termos derivados do latim *patrimonium* para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança”. Os autores também citam que os alemães utilizam o termo *Denkmalpflege*, que quer dizer “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”. Já os ingleses adotaram a palavra *heritage* referente ao patrimônio, na origem restrita “aquilo que foi ou pode ser herdado”.

Nos tempos da Roma Antiga, o conceito de patrimônio era ligado ao direito da propriedade e estava bem relacionado aos interesses da aristocracia romana. A maioria dos romanos não possuía bens, logo, não possuía *patrimonium*. “O patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana” (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 11). Durante este período da história não existia o conceito de patrimônio público como temos nos dias de hoje, o patrimônio era patriarcal, individual e privativo das camadas aristocráticas.

No avançar da história, a concepção de patrimônio altera-se, por exemplo, na época Renascentista, com a influência do humanismo, o patrimônio era preservado das

seguintes maneiras: lendo obras antigas e colecionando objetos e vestígios da antiguidade. Os renascentistas começaram a se preocupar com a catalogação e coleta de tudo que viesse dos períodos antigos: moedas, inscrições em pedras, vasos de cerâmica, estatuária em mármore e em metal. Vestígios de edifícios também eram medidos, desenhados e estudados por estes humanistas. Com isso surge o Antiquariado, que há até nos tempos contemporâneos. Contudo, ainda existiam as bases aristocráticas e privadas da relação com as antiguidades, que só viriam a se romper com o surgimento dos Estados nacionais (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 12).

Ainda sobre o tempo dos antiquários, segundo Françoise Choay (2006), eruditos europeus durante os séculos XVII e XVIII exploram lugares novos. Nos confins dos *limes*, eles procuram vestígios das civilizações-mães da Grécia, do Egito e da Ásia Menor, além das “ruínas romanas ou gregas que ficaram no solo de seus respectivos países” (autor, ano, p.). Além disso, a mesma sede de informação impele-os a pesquisar suas próprias origens, atestadas por outros testemunhos materiais, que eles chamam de “antiguidades nacionais” (CHOAY, 2006, p. 61).

Foi na França Revolucionária que surgiu o conceito moderno de patrimônio. A Revolução Francesa de 1789 consegue derrubar o absolutismo do rei Luís XVI, destituindo a Monarquia e dando origem a um novo tipo de governo, a República. Este novo tipo de governo trouxe os lemas iluministas de fraternidade, igualdade e liberdade, ou seja, refletia-se na cidadania dos homens. Era preciso criar o cidadão, compartilhar valores e costumes, “para que os cidadãos pudessem se comunicar entre si, para que tivessem uma origem supostamente comum” (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 15).

Dentro do contexto dos Estados nacionais, como no caso da França e outros países de tradições latinas e anglo-saxônicas, o patrimônio é tratado por duas tradições do direito: o direito consuetudinário e o direito romano. No consuetudinário, mais característico de Estados anglo-saxões, os bens achados dentro de uma propriedade privada pertencem a seu proprietário, valendo nos casos de vestígios históricos ou até mesmo o petróleo. No direito romano, mais característico dos Estados latinos, tais bens são considerados de caráter público e não podem ser utilizados pelos particulares da forma como queiram (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 18).

Nessas duas tradições há traços comuns entre elas. O patrimônio é entendido como um bem material concreto, um monumento, um edifício, assim como objetos de alto valor

material e simbólico para a nação com valores comuns e compartilhados com todos. Também o patrimônio é entendido como excepcional, o belo, o exemplar, o que representa a nacionalidade. E, por fim, criam-se instituições patrimoniais e legislações específicas. Criam-se serviços de proteção do patrimônio, como museus, formando uma administração patrimonial. Toda esta organização foi respaldada por profissionais de diversas áreas, muitas das quais se encontravam em processo de institucionalização no período, como arqueologia, arquitetura, história, antropologia, história da arte, sociologia, geografia, museologia, entre outros (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 20).

O patrimônio em si está ligado à comunidade, é o desejo de determinada comunidade usufruir e preservar o bem comum e este bem pode se tornar um bem cultural. “Quando o bem comum sai da esfera do privado e passa a frequentar o âmbito público, este bem ganha o adjetivo de cultural. Neste processo, são atribuídos ao bem valores sociais e culturais que a comunidade deseja preservar e promover” (SANTOS, 2015, p. 38).

Para entendermos sobre bem cultural, é necessário compreender o que é cultura. Segundo Roque de Barros Laraia (2009, p. 59), a partir das ideias do antropólogo Roger Kessing:

cultura é um sistema de padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Este modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas.

Já Lévi-Strauss define cultura como um “sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana” (LARAIA, 2009, p. 61).

Laraia também relata o determinismo biológico na cultura (2009, p. 17), para ele o determinismo biológico na cultura são velhas e persistentes teorias que atribuem capacidades específicas inatas às “raças” ou a outros grupos humanos.

E o que seria o bem cultural? E o que seria patrimônio cultural? Segundo Soares (2004, p. 15) o patrimônio cultural pode ser dividido em três grandes categorias: a) aqueles pertencentes à natureza (clima, vegetação, acidentes geográficos); b) aqueles pertencentes às técnicas (o saber fazer) e c) aqueles pertencentes aos artefatos (aquilo que

é construído pelo homem com a natureza e o saber fazer) que, então, tornam-se a própria materialização da cultura.

No Brasil, o Estado começou a se preocupar com o patrimônio cultural nos anos 1920. Antes deste período, a questão do patrimônio era relacionada ao antiquarismo e à arqueologia de gabinete, existentes desde os tempos da Família Real em solo brasileiro, no século XIX.

Em 1936, o poeta Mário de Andrade, sob a tutela do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, propôs a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN) e indicou Rodrigo Melo Franco de Andrade para dirigir o órgão. Ainda nos anos 1930, mais exatamente em 1937, no início do Estado Novo imposto por Getúlio Vargas, surge o Decreto-lei nº 25/1937 (CHUVA, 2009, p. 144). Segundo tal lei, para ser um patrimônio reconhecido, o bem deveria estar presente nos Livros de Tombo (Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico; Histórico; Belas Artes; Artes Aplicadas) do SPHAN. O Decreto-lei nº 25/37 enfoca mais o patrimônio de pedra e cal, ou seja, o patrimônio arquitetônico e os bens considerados “excepcionais”, ou seja, aqueles que representavam fatos históricos da história oficial, ao estilo da escola rankeana e positivista.

Apesar dessa limitação, o Decreto-lei de nº 25/1937 foi largamente utilizado, sem passar por mudanças na sua forma jurídica. Contudo, no decorrer dos anos, especialmente no fim dos anos 1980, após o período da ditadura militar, a interpretação e a aplicação do Decreto-lei nº 25/37 passaram por uma atualização, devida à promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988. Segundo Márcia Chuva (2009, p. 149), a atualização passou por agentes envolvidos com a preservação do patrimônio cultural, que adaptaram sua aplicação aos novos preceitos constitucionais. O artigo 216 da CF de 1988 definiu de forma mais detalhada e ampla o que seria merecedor de proteção tutelar e novas formas para proteção e promoção dos bens culturais, como inventários, registros, vigilância, tombamento e preservação (BRASIL, 1988).

Segundo a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216, o patrimônio cultural pode ser material e imaterial, e apresentar-se de forma individual e coletiva, desde que seja portador de referências às ações, identidades, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Maria Chuva (2009) destaca a relevância dos agentes envolvidos na questão dos cuidados com o patrimônio cultural, então quem seriam esses agentes? Geralmente, quem está relacionado a questões patrimoniais, sendo material ou imaterial, são os arquitetos, arqueólogos, historiadores, museólogos, geógrafos, antropólogos, sociólogos, artistas, líderes comunitários, líderes religiosos, proprietários de bens acautelados, entre outros. São esses tipos de agentes que com frequência abordam a questão do patrimônio cultural. Nesta dissertação discute-se a relação de arquitetos e arqueólogos no contexto do patrimônio cultural, mais precisamente referente ao patrimônio material existente no Bairro do Recife.

### **1.1- Agentes: Arquitetos e Arqueólogos**

O Bairro do Recife é um dos lugares mais importantes do Brasil no sentido tanto do patrimônio arqueológico e arquitetônico, quanto de sua história. Foi neste bairro onde teve início a cidade do Recife, antiga vila de pescadores. Como a narrativa do bairro é essencial na história da cidade, arquitetos e arqueólogos estão sempre presentes no local e influenciam e possuem influências sobre mudanças no bairro mais antigo do Recife, pois há nele tanto o patrimônio arqueológico como o arquitetônico.

Para entrar em maiores detalhes sobre estes agentes do patrimônio cultural, há a necessidade de se aprofundar quem são estes agentes – arquitetos e arqueólogos –, e como suas influências marcaram a história das discussões e políticas públicas em prol do patrimônio cultural brasileiro.

#### **1.1.1 Os arquitetos e sua trajetória**

O Brasil no início de sua história recebeu fortes influências da arquitetura europeia, principalmente a portuguesa com a arquitetura de defesa e fortificações militares e de ocupação territorial civil. Também não se pode deixar de mencionar a arquitetura religiosa católica, agente da ocupação territorial colonial.

Apesar das influências arquitetônicas estarem presentes no Brasil desde a colonização portuguesa, o ensino de Arquitetura no Brasil é, de certa maneira, recente.

Segundo Elena Salvatori (2008, p. 52), o curso de Arquitetura da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, que foi o único no Brasil em cinquenta anos, era uma instituição de caráter público que recebia estudantes de origem modesta desde sua fundação, em 1826.

O ensino da Academia Imperial de Belas Artes ficou mais moderno com a criação de novas disciplinas especializadas, em 1854, com a direção de Manoel de Araújo Porto Alegre (1806-1879), o Barão de Santo Ângelo. Durante este período, foi criada a figura do professor catedrático e uma estrutura de ensino que se manteve inalterada até 1959, ano em que a instituição foi extinta e substituída pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), nome que foi dado a partir do período republicano em 1889. No século XIX, a Academia/Escola formou uma quantidade reduzida de arquitetos, porém, já no início do século XX, começou a receber alunos de camadas mais cultas, atraídos pelo desenvolvimento urbano do país e o aumento do mercado de trabalho. Um sinal desta mudança nas condições de trabalho foi a criação de diversos cursos de Arquitetura e novas escolas de Engenharias e Belas Artes, nas principais cidades do país (SALVATORI, 2008, p. 53).

A história da Arquitetura e dos avanços profissionais desta área no Brasil está ligada às mudanças sociais e econômicas, como a globalização e o surgimento de novas camadas sociais. Além disso, sofreu influências de caráter político, como o Estado Novo nos anos 1930 e o Estado Neoliberal dos anos 1990. Entre estas décadas, governos diferentes promoveram formas de arquitetura, “usaram obras emblemáticas da Arquitetura Moderna como uma simbologia de progresso do país” (SALVATORI, 2008, p. 53).

Entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, o Brasil passou por um momento chamado “Ilustração Brasileira”, período marcado pelo cientificismo e universalismo. O progresso era o futuro de todas as nações, e considerava-se necessário acelerar os passos para alcançar um lugar junto aos países ocidentais desenvolvidos. A eclosão da Primeira Guerra Mundial marcou o retorno do patriotismo e da necessidade de desenvolver a idolatria à pátria, organizar uma defesa da soberania e criar órgãos que viessem a promover a democracia. Com isso, surgiu a necessidade de produzir e evidenciar uma identidade nacional, também presente no ambiente da Arquitetura, das Letras e das Artes, surgiu depois a famosa Semana de Arte Moderna de 1922 (SALVATORI, 2008, p. 54).

Segundo Elena Salvatori (2008, p. 54), o Estado Novo foi uma nova etapa bastante favorável ao campo profissional do arquiteto, devido ao avanço industrial e econômico do Brasil no pós Segunda Guerra Mundial, principalmente durante a construção de Brasília no período do governo Juscelino Kubitschek (1902-1976), que levou à exaltação da importância social da Arquitetura, com o poder de mostrar uma nova imagem do país, que passava de agroexportador para urbano-industrial.

Contudo, no período da Ditadura Militar (1964-1985), os mesmos arquitetos que viveram o momento favorável que a Arquitetura passara nas décadas anteriores no Brasil, sofreram perseguição política dos militares, sendo acusados de comunistas, e tendo seus direitos políticos cassados, como no caso de Oscar Niemeyer (1907-2012). De forma paradoxal, os militares se apropriaram das propostas do Urbanismo Moderno e receberam a colaboração da classe profissional dos arquitetos. Nos anos 1970, com a criação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), foram inseridos arquitetos não só no ambiente administrativo, mas nos grandes projetos de infraestrutura, responsáveis por novas oportunidades no campo urbanístico, pois suas experiências ajudariam no desenvolvimento do Brasil durante o período do “Milagre Econômico” (SALVATORI, 2008, p. 55).

Depois do período do Milagre Brasileiro ou Econômico, o Brasil entra em colapso econômico devido à crise do petróleo, e isso afeta a classe profissional dos arquitetos. Com a economia espelhada num neoliberalismo, era mais importante construir com uma rápida remuneração e não com qualidade arquitetônica, causando forte competição entre os arquitetos. Com o crescimento de profissionais da Arquitetura e da competição entre eles, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) forma sindicatos regionais a partir de 1974. Mas, pelo visto, devido às discussões internas, os arquitetos empresários decidiram sair da AIB formando a Associação de Escritórios de Arquitetura (AsBEA), com representações regionais. Mais tarde, surgiu a Associação de Arquitetos Paisagistas (ABAP) e a Associação de Arquitetos de Interiores (AAI) (SALVATORI, 2008, p. 56).

Com o tempo, pela influência do neoliberalismo no Brasil, muito presente também nos anos 1990, o Estado, o investidor histórico da Arquitetura do Brasil, deixou de promover obras grandiosas arquitetônicas e abdicou de investir no bem-estar social. Hoje, a Arquitetura é mais evidente no mercado imobiliário (SALVATORI, 2008, p. 57). Atualmente, segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o Brasil já tem mais de 106 mil arquitetos e urbanistas.



No âmbito dos estudos e trabalhos do patrimônio cultural a presença dos arquitetos ainda é hegemônica, conforme analisaremos a seguir.

A chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808 e a abertura comercial, dando vazão às produções de algodão, café, borracha e açúcar, facilitaram o intercâmbio não apenas econômico, mas também cultural, e no contexto artístico e arquitetônico não foi diferente. O Brasil sofreu influências francesas e a população em meados do século XIX e no início do XX valorizava bastante a cultura europeia, manifestada nos costumes, nas artes, na moda e, também, na arquitetura, tendo a capacidade de mudar paisagens urbanas nos moldes europeus. Isso ocasionou o esquecimento do passado colonial brasileiro, tratado como ultrapassado, tacanho e passível de ser destruído em nome de um suposto progresso. A influência europeia foi tão grande, principalmente a francesa, que o patrono da arquitetura no Brasil é Jean Baptiste Debret, pintor francês de nascimento (PINHEIRO, 2006, p. 44).

Segundo Maria Lucia Bressan Pinheiro (2006, p. 5), dentre as reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos, já no início do século XX, destaca-se a abertura da Avenida Central, entre os anos de 1904 e 1906, que implicou na destruição da extensa área do antigo núcleo colonial da cidade, substituindo-o por arremedos das mais modernas manifestações europeias.

São Paulo, na era do enriquecimento da produção do café, também não ficaria de fora deste ímpeto de progresso. Nasceram iniciativas visando à modernização e ao embelezamento do velho centro paulistano do período colonial, desde a atualização pontual das fachadas até reformas urbanas mais extensas. Desta maneira, edifícios públicos foram reformados, largos e praças receberam paisagismo no estilo inglês e igrejas coloniais foram demolidas, algumas devido ao alargamento da malha viária, outras foram substituídas por templos modernos, tendo relação com o novo status moderno da cidade, como ocorreu na antiga Sé colonial, sendo substituída pela catedral neogótica de Max Hehl (PINHEIRO, 2006, p. 44).

O Recife também passou por mudanças arquitetônicas no início do século XX. Segundo Rodrigo Cantarelli (2014, p. 54), o higienismo trouxe para a cidade este espírito modernizador, como as políticas sanitárias e os planos de saneamento que passaram a fazer parte dos discursos dos governos para o melhoramento das principais cidades do país. As obras no Recife, mais exatamente no Porto e no Bairro do Recife, vieram a

começar no ano de 1909 durante o governo de Rosa e Silva. As reformas não só se limitaram ao Porto do Recife, atingiram praticamente o Bairro do Recife inteiro, levando à demolição de quase todo bairro.

O Porto foi parcialmente inaugurado em 1918, enquanto as obras no Bairro do Recife se deram entre 1910 a 1913. O Recife colonial aos poucos deixou de existir sob a euforia da elite da época, que via a arquitetura colonial como um símbolo de atraso e de insalubridade. Poucos intelectuais protestaram a respeito e muitos destes protestos eram pelas baixas indenizações pagas aos antigos proprietários (CANTARELLI, 2014, p. 56).

Ainda de acordo com Rodrigo Cantarelli (2014, p. 56) o Recife se tornava uma Paris dos Trópicos, tendo suas ruas tortuosas e estreitas sendo substituídas pelas largas avenidas radiais, tendo como ponto de partida o Marco Zero, obedecendo ao estilo de *boulevards* parisienses traçados pelo Barão Haussmann. A abertura da Avenida Central, da Avenida do Porto e o alargamento da Avenida Marquês de Olinda deram ao Recife uma atmosfera da *Belle-Époque*. A arquitetura colonial com seus sobrados magros e esguios, construídos em lotes profundos, deu lugar a grandes edifícios ecléticos, que estão no Bairro do Recife até os dias de hoje.

A Matriz do Corpo Santo, que remonta ao surgimento do Recife no século XVI, a pequena capela dedicada a São Frei Pedro Gonçalves, foi reformada e ampliada na segunda metade do século XVII. Com as reformas do porto e do bairro, a Matriz do Corpo Santo foi destruída em 1913. E os arcos<sup>3</sup> que, durante o período holandês foram construídos, ligando o núcleo antigo do porto à parte do Recife que se expandia, na Ilha de Antônio Vaz, também não escaparam das reformas do Bairro do Recife, sendo o Arco da Conceição derrubado em 1913, com a intenção de alargar a Avenida Marquês de Olinda e, em 1917, foi a vez do Arco de Santo Antônio ir abaixo por conveniência de tráfego (CANTARELLI, 2014, p. 57).

O Bairro do Recife não era mais o Recife do Corpo Santo, dos Arcos da Conceição e de Santo Antônio, das ruas tortas e dos típicos sobrados altos e magros. Agora era o Recife Novo, que nos dias de hoje é chamado de Recife Antigo, e apresenta edifícios como o do *London and Brazilian Bank*, o da Companhia Aliança da Bahia e o da Bolsa

---

<sup>3</sup> Em cada cabeceira da ponte existiam estes arcos como controle de acesso. No século XVIII deixaram de ser de madeira e passaram a ter estruturas de alvenaria em pedras, que se tornaram elementos elegantes no Recife. Os arcos foram construídos em homenagem a Santo Antônio e a Nossa Senhora da Conceição.

de Valores, assim como diversos edifícios ecléticos que, até hoje, marcam a paisagem do bairro mais antigo da cidade. O ecletismo, segundo Rodrigo Cantarelli (2014, p. 57, 58), de forma geral, foi caracterizado pela utilização livre e superposta de estilos do passado, neste momento, na arquitetura, um novo estilo de vida associado à burguesia emergente.

Apesar do forte avanço do Ecletismo, em 1914 surge uma voz que irá se opor a este estilo arquitetônico que estava presente nas principais cidades do país, o português radicado no Brasil e engenheiro Ricardo Severo. Severo promove a conferência: “*A Arte Tradicional Brasileira*”, tendo como ideia a valorização das raízes nacionais da arquitetura. Maria Lúcia Bressan Pinheiro (2006, p. 5) diz que Ricardo Severo transferia para o solo brasileiro o programa nacionalista do movimento denominado “Casa Portuguesa”, que possuía tendências regionalistas inglesas conhecidas como *Arts & Crafts*, que ajudou no desenvolvimento da arquitetura moderna, no início do século XX. Esse viés nacionalista induziu muitos eruditos modernistas ligados à Semana de Arte Moderna de 1922, como, por exemplo, Mário de Andrade.

Este avanço nacionalista na arquitetura no Brasil também deveu-se às comemorações de vários centenários de independência dos países latino-americanos. Essa abordagem de valorização da arquitetura brasileira é denominada Neocolonial, como já dito, idealizada pelo português Ricardo Severo, mas a principal figura defensora deste estilo foi o intelectual José Marianno Filho, escritor e crítico de arte e arquitetura, cuja atuação permaneceu fortemente identificada com o movimento neocolonial durante as décadas de 1920 e 1930 (KESSEL, 1999, p. 65).

Segundo Carlos Kessel (1999, p. 65 e 66), a produção construída do neocolonial ganhou visibilidade a partir da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, em 1922 no Rio de Janeiro. Kessel relata que na ocasião existiram diversos pavilhões erguidos de acordo com os cânones do estilo, que logo seria adaptado para as igrejas, escolas e residências, como também conquistaria posições através de concursos públicos de projetos que buscavam, sob a inspiração de José Marianno, recuperar elementos presentes nas antigas casas senhoriais do Nordeste e nas igrejas barrocas de Minas Gerais. Estes concursos reuniram os mais destacados arquitetos da época, como Ângelo Bruhns, Nereu Sampaio, José Cortez, Edgard Vianna e Arquimedes Memória.

As discussões que envolviam a arquitetura neocolonial foram protagonizadas por José Marianno, o qual escrevia sobre arquitetura num jornal carioca chamado *O Jornal*, como extensão de sua atuação como presidente do Instituto Central de Arquitetos e, logo depois, da Escola Nacional de Belas Artes. Apesar de ser médico por profissão, Marianno era aficionado pela arte e arquitetura tradicional do Brasil, esses elementos tornaram-se os principais objetos de uma paixão alimentada pela fortuna de família, oriunda de Pernambuco (KESSEL, 1999, p. 66).

Apesar da denominação Neocolonialismo, este estilo tinha pouco a ver com a verdadeira arquitetura colonial do Brasil, as manifestações eram fantasiosas, em que sobre um projeto de volumetria movimentada, ao gosto eclético, aplicavam-se ornatos de inspiração colonial, em graus variáveis de fidelidade originais. Isto deu-se porque a “arquitetura colonial brasileira, suposta matriz do estilo Neocolonial, era pouquíssima estudada e conhecida, por ser considerada sem valor, diante das concepções arquitetônicas em voga na época” (PINHEIRO, 2006, p. 6). Vendo este problema, Ricardo Severo começa a patrocinar viagens exploratórias para as regiões do Brasil, levando o pintor José Wasth Rodrigues a estas regiões e produzir um livro chamado “*Documentário Arquitetônico*”. Ocorreram também viagens patrocinadas pela Escola Politécnica de São Paulo, fazendo excursões com os alunos de arquitetura para as cidades mineiras entre 1920 e 1922. A Sociedade Brasileira de Belas Artes também fez suas excursões às cidades mineiras em 1924, revelando jovens promissores na arquitetura como Nereu Sampaio, Nestor Figueiredo e Lúcio Costa (PINHEIRO, 2006, p. 6).

Apesar das críticas, o neocolonial estimulou interesse pela arquitetura colonial no Brasil, dando início ao caráter preservacionista deste patrimônio.

Chegando à década de 1930, a importância do patrimônio cultural brasileiro, principalmente o arquitetônico, ganha avanços no contexto de sua preservação.

O deputado José Wanderley de Araújo Pinho apresentou nos anos 1930 um projeto de lei federal relativo a todas as coisas imóveis e móveis que, devido a seu valor artístico, do significado histórico ou da sua beleza notável, deviam receber proteção do Estado. O deputado queria a proteção de elementos que faziam parte da arquitetura colonial, como as cimalkas, os frisos, arquitraves, azulejos e adjacentes. Esta preocupação era devido à descaracterização e retirada dos elementos construtivos da arquitetura colonial, causando um comércio predatório destas antiguidades (PINHEIRO, 2006, p. 55).

O artista do período colonial, Aleijadinho, começa a ganhar uma grande ênfase entre os intelectuais que lidavam com o patrimônio arquitetônico, principalmente durante o bicentenário de seu nascimento. Intelectuais como José Mariano Filho, Mário de Andrade e Lúcio Costa procuraram ressaltar características artísticas de Aleijadinho na arquitetura brasileira.

Neste contexto começam a ganhar corpo as preocupações sobre o patrimônio, de início de Ouro Preto, berço da Inconfidência Mineira. Em 1933, surge o Decreto nº 22.928 de julho de 1933, instituindo a cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional e isso confluuiu para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936 (PINHEIRO, 2006, p. 67).

Com as discussões sobre o patrimônio nos anos 1920 e no decorrer dos anos 1930, com a fundação do SPHAN em 1936, os arquitetos demarcaram um espaço muito importante nas discussões sobre o patrimônio cultural brasileiro.

Como já dito, em 1936 o SPHAN foi fundado no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, tendo como ministro Gustavo Capanema. Este recorreu a Mário de Andrade para uma elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro (PINHEIRO, 2006, p. 7).

O próprio Mario de Andrade desenvolveu um anteprojeto que defende uma concepção de patrimônio extremamente avançada para seu tempo, que em alguns pontos antecipa os princípios da Carta de Veneza, formulada em 1964. Mário de Andrade ao reunir num mesmo conceito manifestações tanto eruditas como populares da arte, afirmou o caráter ao mesmo tempo particular/nacional e universal da arte autêntica, ou seja, merecendo proteção (FONSECA, 2005, p. 99).

Segundo Cecília Londres Fonseca (2005, p. 99), o conceito de arte unifica a ideia de patrimônio no anteprojeto do “patrimônio artístico nacional”. Ao apresentar, com detalhes e exemplos o que entende por arte no âmbito geral e nas oito categorias que discrimina (arte arqueológica; arte ameríndia; arte popular; arte histórica; arte erudita nacional; arte erudita estrangeira; artes aplicadas nacionais; artes aplicadas estrangeiras), Mário de Andrade se detém no aspecto conceitual da questão do patrimônio e dos valores que lhes são atribuídos.

O que seria a definição de arte no anteprojeto elaborado pelo Mário de Andrade? A definição aproxima-se da “concepção antropológica de cultura”, e uma análise do texto do anteprojeto em seu conjunto deixa claro que a “ênfase na noção de arte não significa uma posição esteticista. Preocupa-se em explicitar o que entende por cada uma das oito categorias de arte e como elas se agrupariam nos quatro Livros do Tombo e nos museus correspondentes”. Andrade expressava uma visão abrangente e avançada para sua época em relação às noções de arte e de história vigentes, inclusive serviços de proteção já existentes no contexto europeu (FONSECA, 2005, p. 99, 100).

Nota-se a preocupação de Mário de Andrade em valorizar o popular, tanto cultural como o institucional, ou seja, o popular enquanto objeto e o povo enquanto alvo. O anteprojeto possui um cuidado de não privilegiar, do ponto de vista da atribuição do valor, as formas de expressão cultas. Em princípio, todas as obras de artes, tanto as eruditas, das Belas-Artes, quanto as populares, arqueológicas, ameríndias e aplicadas, poderiam ser escritas nos Livros de Tombo. Contudo, se as obras de artes eruditas são referidas a partir dos instrumentos que as consagram como de “mérito nacional”, como prêmios em concursos, menção de livros de história da arte, inclusão em acervo museológico, avaliação do Conselho Consultivo do SPHAN, as obras de arte arqueológica, ameríndia e popular são fartamente exemplificadas no texto do anteprojeto – provavelmente porque não ocorreria, na ocasião, considerá-las com a mesma naturalidade como bens patrimoniais. Neste contexto, são disciplinas como a arqueologia e a etnografia que vão legitimar sua inclusão no Livro do Tombo (FONSECA, 2005, p. 101).

O anteprojeto de Mário de Andrade é amplo e aborda com detalhes a questão conceitual – que obras, e a partir de que critérios, poderiam ser consideradas patrimônio. Em 1936, baseando-se em sua experiência no Departamento de Cultura, Andrade “procurou imaginar o que considerava o serviço ideal de proteção do patrimônio, porém, ele mesmo reconhecia os limites do seu anteprojeto, reconhecimento relatado em cartas trocadas com Rodrigo Melo Franco de Andrade” (FONSECA, 2005, p. 102, 103).

Como primeiro presidente do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade teve sua gestão denominada de fase heroica do SPHAN (atual IPHAN), de acordo com Chuva (2009, p. 142).

Naquele contexto dedicou-se à causa de proteger o patrimônio nacional, sobrevivendo ao contexto histórico hostil da época, pois o Brasil estava na ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Apesar do contexto político, foi um período de grande investimento na concretização de projetos e, através da gestão do ministro Gustavo Capanema, foram criadas condições para que o SPHAN se legitimasse e se consolidasse em bases legais. A “aprovação do Decreto-lei nº 25/1937, vinte dias após o golpe de estado de Vargas, é o primeiro sinal do que viria ocorrer ao longo dos anos seguintes, até o fim da ditadura varguista” (CHUVA, 2009, p. 144).

Segundo Márcia Chuva (2009, p. 147), o Decreto-lei n 25/37 organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, foi a primeira norma jurídica brasileira a dispor acerca da limitação jurídica ao direito de propriedade, criando o instituto do tombamento. Isto foi um ato administrativo que deu origem à tutela do Estado sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, em virtude do valor atribuído por meio do SPHAN.

O Decreto-lei n 25/37 estava voltado, segundo Fonseca (2005, p. 104), basicamente para garantir ao órgão que surgia os meios legais para sua atuação num campo extremamente complexo: a questão da propriedade. Este assunto era o principal entrave para a institucionalização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. “Antes de 1937 os diversos projetos de proteção ao patrimônio artístico foram recusados no Congresso Nacional em nome do direito privado” (FONSECA 2005 *apud* p. 104 FALCÃO 1982 p. 25). A conceituação de patrimônio, sendo deixada em aberto, impunha um limite ao anteprojeto de Mário de Andrade: para viabilizar a proteção legal era necessário referir-se às coisas (bens móveis e imóveis), o que marcava a inadequação do instrumento proposto – o tombamento – para proteger manifestações folclóricas, como lendas, superstições, danças dramáticas, etc. (FONSECA, p. 104, 105).

Cecília Londres Fonseca (2005, p. 105) diz que o tombamento surgia como uma “ferramenta realista de compromissos entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais”. Isso tornou-se possível na ordem em que a Constituição de 1934 estabeleceu limites ao direito de propriedade, definindo o conceito de função social. Mas também, em termos econômicos, ao garantir

ao proprietário não só o uso como a posse do bem material, o tombamento dispensava, no contexto de preservação, a onerosa e praticamente inviável figura da desapropriação.

O Decreto-lei n 25/37 teve como fontes de inspiração as iniciativas tomadas durante a década de 1920 e nos inícios dos anos 1930 e, a partir deste decreto, surgiram legislações e outras instituições criadas, complementando e/ou retocando seu conteúdo, aperfeiçoando as preocupações em prol do patrimônio nacional (CHUVA, 2009, p. 144).

No ponto geral, a legitimação social do patrimônio foi uma conquista, essa legitimação foi alcançada a partir da fixação de um padrão ético de trabalho. Com isso, Rodrigo Melo Franco de Andrade lançou mão de vários recursos:

desenvolvimento de um trabalho dentro dos mais rigorosos e modernos critérios científicos; o cuidado na escolha de seus colaboradores; a imagem de uma instituição coesa, desvinculada de interesses político-partidários e totalmente voltada para o interesse público e, como também, a defesa do Decreto-lei n°25/37 (CHUVA, 2009, p. 144).

Na íntegra, o capítulo I do Decreto-lei n 25/1937 diz:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

O capítulo II do decreto fala sobre os tombamentos e os Livros dos Tombos. Estes livros são divididos em quatro, sendo eles: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

O Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico é referente às coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular. O Livro



do Tombo Histórico refere-se às coisas de interesse histórico e às obras de arte histórica. O Livro do Tombo das Belas Artes é ligado à arte erudita, nacional ou estrangeira. E, por fim, o Livro do Tombo das Artes Aplicadas são as obras que se incluem nas artes não eruditas sendo nacionais ou estrangeiras.

Exemplo de bem tombado segundo o portal do IPHAN, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no caráter arqueológico é o complexo arqueológico do Parque Nacional da Serra da Capivara, São Raimundo Nonato/PI, possuindo um imenso acervo de pinturas rupestres. De valor etnográfico, é exemplo a Serra da Barriga, situada em União dos Palmares/AL, tem como característica o Quilombo dos Palmares, criado pelos escravos entre os séculos XVII e XVIII, liderado por Zumbi dos Palmares. No aspecto paisagístico um exemplo de bem tombado é o patrimônio de Lençóis/BA, situado na encosta da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina. O Mercado Público, às margens do rio Lençóis, possui destaque na concepção paisagística da cidade baiana. O centro histórico de Salvador é inscrito no livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A capital baiana tem seu papel em destaque pelo seu valor cultural e grandeza – cerca de três mil edifícios construídos entre os séculos XVIII e XX. Ainda o portal cita um exemplo da Região Sul do país, a cidade de Lapa, no Paraná, que possui um rico conjunto urbano de imóveis de várias correntes arquitetônicas, como a luso-brasileira, a arquitetura imigrante e edificações ecléticas.

Segundo o website do IPHAN, o Livro do Tombo Histórico tem como exemplo duas das cidades mais importantes para a história da formação do Brasil: Rio de Janeiro/RJ e Ouro Preto/MG. A cidade fluminense se destaca pela quantidade de bens culturais tombados, a paisagem cultural do Rio de Janeiro foi reconhecida como Patrimônio Mundial pela Unesco. Já a cidade mineira de Ouro Preto tem sua essencialidade por seu patrimônio reunir igrejas, palácios, fontes, pontes, casas comerciais e residenciais do período colonial.

Para o Livro de Tombo de Belas Artes, o site do IPHAN cita como exemplo Os Profetas, de Aleijadinho, conjunto de estátuas que se encontra em Congonhas, Minas Gerais, no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos. Também é citado o conjunto de azulejos aplicados nas obras da Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que decoravam o Solar Bom Gosto (Palacete Aguiar) construído no século XIX e demolido em 1933. Os azulejos apresentam temas históricos, mitológicos e bíblicos.

Por fim, o portal do Instituto mostra como exemplo do Livro do Tombo de Artes Aplicadas o forro da capela-mor da Igreja Matriz de São José de Ribamar, em Aquiraz, Ceará, erguida no século XVIII. Trata-se de uma obra de grande relevância das artes aplicadas no Brasil Colônia, formada por painéis em madeira trabalhada em folha de ouro e representam os principais episódios da vida de São José.

Apesar deste grande avanço no contexto da preservação do patrimônio nacional, o Decreto-lei nº 25/37 ficou caracterizado por dar ênfase apenas ao patrimônio de pedra e cal, ou seja, o arquitetônico, e tinha um exclusivismo, segundo Luiz Antônio Chaves de Oliveira (2007, p. 46), para a arquitetura e arte colonial barrocas. Recusou-se o neoclássico e outros tipos de estruturas arquitetônicas, pois, eram consideradas como imitações da Europa. Além disso, o decreto é tratado como elitista, pois, na prática não valoriza as expressões culturais de outros grupos, como a exclusão da cultura afro-brasileira.

Os patrimônios culturais ligados às matrizes indígenas e africanas, como também grupos estrangeiros e outros segmentos, ficaram por anos no campo do folclore e do exotismo étnico (OLIVEIRA, 2007, p. 46). Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves, em sua obra “*A Retórica da Perda*” (2002, p. 45), as culturas foram enxergadas como os remanescentes de um pretérito desaparecido, mais do que como formas atuais de vida social e cultural. As populações ameríndias e de origem africana brasileiras foram interpretadas como situadas em estágios ultrapassados de evolução cultural e, dessa forma, ignoradas em termos de sua vida social presente. Os arquitetos não sentiam interesse pelo patrimônio desses grupos citados, na ocasião valorizaram os tipos de estruturas que lembravam o contexto europeu, além do elitismo defendido por eles, tratando as outras formas de cultura como secundárias.

Durante o período do Estado Novo, o patrimônio era atrelado a uma descrição unilateral da história do Brasil, esquecendo outros segmentos da sociedade brasileira, o que só veio a mudar nos anos 1980, com a redemocratização do país depois de um período de 21 anos sob uma ditadura militar, quando a memória e identidades de grupos negros e ameríndios vão se materializar e, também, com o surgimento da Constituição de 1988.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, fala sobre o patrimônio cultural brasileiro. Como dito por Márcia Chuva (2009, p. 149), ela revestiu de atualidade o Decreto-lei nº 25/37, pois agentes que lidam com o patrimônio aplicaram os novos

preceitos, contemplando novas formas de proteção. Foi além do patrimônio arquitetônico, buscou os bens de natureza material e imaterial, na qual se incluem formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e, também, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico e científico.

O artigo 216 ainda diz em seu inciso 1º que o poder público junto com a comunidade promoverá a proteção do patrimônio cultural brasileiro por meio de diversas formas citadas no inciso, como registro, tombamento, vigilância e etc. Além disso, o artigo 216 diz que é dever da administração pública promover estes patrimônios culturais.

A Constituição Federal de 1988 foi um avanço muito importante para a promoção do patrimônio cultural brasileiro, foi além do patrimônio de pedra e cal, ou seja, o arquitetônico que tinha muita ênfase no Decreto-lei de nº 25/37. A CF de 1988 fala sobre o patrimônio arqueológico também, embora este patrimônio já fosse normatizado a partir da Lei nº 3.924 de julho de 1961. Mas, afinal, como os arqueólogos entraram nas discussões sobre o patrimônio no Brasil?

### **1.1.2 - Os arqueólogos e sua trajetória**

A Arqueologia sempre é lembrada por seu caráter de aventuras, por muitos anos o arqueólogo foi retratado como um grande aventureiro, buscador de relíquias e mostrando ter bastante coragem. Essa visão influenciou grandes nomes do mundo do cinema, como no caso do Steven Spielberg e George Lucas, na criação do arqueólogo desbravador Indiana Jones, interpretado pelo ator Harrison Ford.

Além do famoso arqueólogo dos cinemas, há uma arqueóloga que também esteve presente no mundo cinematográfico, contudo, sua maior fama é nos videogames, isso é o caso da Lara Croft, protagonista do game *Tomb Raider*, uma arqueóloga que desbrava vários mundos antigos com a missão de resgatar relíquias arqueológicas e livrá-las das garras de pessoas que queiram usar estas relíquias para o mal. O game Lara Croft está disponibilizado para muitas plataformas como o PC, Xbox, Nintendo e Playstation.

Para Pedro Paulo Funari (2010, p. 9), à diferença dos historiadores, geógrafos ou outros estudiosos, o arqueólogo possui uma imagem muito mais atraente, mais *sexy*, inspiradora e isso vai além do mundo do cinema e dos games, mas também em diversos

livros que trafegam entre a realidade e a ficção, como no caso do *best-seller Alexandre*, do arqueólogo italiano Valério Massimo Manfredi.

Apesar de toda essa inspiração aventureira que o(a) arqueólogo(a) dá, muitos profissionais na área se incomodam com essa fama, pois a Arqueologia envolve trabalho sério, árduo e apesar das várias viagens que o arqueólogo tenha a fazer, fica distante das peripécias vividas pelo Indiana Jones por exemplo. Mas, afinal, de que forma surgiu essa fama de desbravador do arqueólogo?

A Arqueologia teve início durante o Imperialismo do século XIX, com a ideia do evolucionismo social em voga, referindo-se às teorias antropológicas e econômicas de desenvolvimento social, pois se defendia que a sociedade tinha um início primitivo e gradualmente ia evoluindo. Também com as ideias de identidade nacional, a arqueologia torna-se um produto da expansão das potências europeias e dos Estados Unidos, que procuravam enriquecer explorando territórios. De fato, alguns dos primeiros arqueólogos foram aventureiros, responsáveis pela fama que se propagou na profissão (FUNARI, 2010, p. 10).

Os arqueólogos mais conhecidos neste período foram Heinrich Schliemann (1822-1890) e Howard Carter (1874-1939). O primeiro, possivelmente foi a inspiração para a criação do Indiana Jones, autor de dez livros, de mais de 150 volumes de manuscritos e 60 mil cartas em vinte idiomas. Schliemann estudou na Sorbonne, em Paris, decidiu fazer a mesma rota que Ulisses, personagem lendário mencionado por Homero em *Ilíada*, com a intenção da reconstituição da trajetória de Ulisses na cidade de Tróia. Schliemann passou por Corfu, Cefalônia, Itália, Peloponeso, Micenas e Turquia, fazendo algumas escavações em Ítaca. Em suas escavações em uma aldeia turca chamada Hissarlik, em 1870, Heinrich Schliemann acreditava ter achado os vestígios da cidade de Tróia e, em Micenas, acreditou que tinha encontrado a tumba de Agamenão. Já Howard Carter, inglês, tornou-se em 1900 inspetor de antiguidades do Alto Egito e Núbia, em Lúxor. Em 1922, encontrou uma tumba intacta, de um faraó pouco importante, porém, com uma riqueza bastante preservada. Contudo, logo veio ficar bastante famoso mundialmente ao descobrir a tumba de Tutancâmon. De 1925 a 1932, Carter dedicou-se ao estudo da tumba (FUNARI, 2010, p. 10, 11). Tanto Schliemann quanto Carter ajudaram a promover este caráter aventureiro que o senso comum atribui aos arqueólogos.

Então, afinal, o que é Arqueologia? Do ponto de vista tradicional ou de senso comum, muitos tratam a Arqueologia como uma mera escavação e resgate de objetos antigos, associam ao arqueólogo somente o trabalho técnico e os estudos ficam sob cuidados de antropólogos ou historiadores. Segundo Pedro Paulo Funari (2010, p. 13), talvez por uma questão do significado da palavra Arqueologia, que em grego significa “conhecimento dos primórdios” ou “o relato das coisas antigas”, alguns pesquisadores tenham limitado seu objeto de estudo aos restos materiais do passado utilizados pelo homem.

Entretanto, o conhecimento arqueológico avançou durante a sua trajetória, formulando teorias a respeito dos vestígios que eram encontrados. Um grande precursor das elaborações das teorias arqueológicas foi o australiano Vere Gordon Childe. O modelo histórico-culturalista foi herdeiro do nacionalismo do século XIX, tendo como base que cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (língua e tradições sociais), assim formou-se um conceito de uma cultura arqueológica (FUNARI, 2010, p. 48).

Essa forma de pensamento surgiu na Alemanha, com Gustav Kossina, mas foi Gordon Childe que reformulou o pensamento histórico-culturalista, primeiramente retirando o pensamento racista de Kossina e desenvolveu o pensamento arqueológico com o evolucionismo marxista, com seus estágios de desenvolvimentos tecnológicos: tecnologia da pedra lascada, da pedra polida, do bronze, do ferro, até chegar à indústria, abrangendo toda a história da humanidade (FUNARI, 2010, p. 48).

O modelo histórico-culturalista parte da ideia que as pessoas compartilham, de forma igual, os traços culturais, e que as tradições passam de geração em geração. Este modelo defende que determinado grupo compartilha as mesmas ideias e a mesma cultura material e, ainda, o histórico-culturalismo trabalha com a descrição dos vestígios arqueológicos. Por mais que este modelo tenha sido criticado por causar generalizações, ainda continua a ser bastante utilizado dentro da Arqueologia, principalmente no Brasil.

Nos anos 1960, arqueólogos americanos insatisfeitos com o modelo histórico-culturalista e com o seu jeito de pensar europeu, criam a *New Archaeology* (Nova Arqueologia) ou Arqueologia Processual (processualismo), fundada pelo norte-americano Lewis Binford. Primeiramente Binford queria associar a Arqueologia com a

Antropologia, e disse que “a Arqueologia é Antropologia ou não é nada” (FUNARI, 2010, p. 49).

O processualismo buscava elementos universais do comportamento humano que não se limitariam a uma ou outra sociedade. Para Binford, o homem maximizava os resultados e minimiza os custos, em qualquer época ou lugar. Como exemplo, todo ser humano bebe água e este busca meios de ter acesso à água para beber (FUNARI, 2010, p. 50). Um outro exemplo citado é o caso de judeus, cristãos e muçulmanos que ocupam a Palestina, numa visão que não aborda muito as diferenças culturais, estes grupos teriam cidades semelhantes, adaptadas ao meio-ambiente, visando minimizar o esforço humano e maximizar os benefícios. Com isso, para estudar os assentamentos milenares da Mesopotâmia ou da China devem ser utilizados os mesmos pressupostos e não muito importavam as características culturais ou históricas de cada região.

A Arqueologia Processual ao estudar os artefatos arqueológicos, dá prioridade à funcionalidade do objeto, diferente do modelo histórico-culturalista que se limitava à descrição. Porém, mesmo com este avanço, o processualismo ainda é menos utilizado do que a história-culturalista.

Nos anos 1980, outra corrente teórica da Arqueologia entra nos meios acadêmicos, o Pós-Processualismo ou a Arqueologia Contextual, capitaneada pelo arqueólogo britânico Ian Hodder. Crítico do histórico-culturalismo e do processualismo, Hodder formulou novas teorias para o pensamento arqueológico. Para ele, a cultura material possui um papel ativo nas relações sociais e não pode ser encarada como simples reflexo da organização social, como também o indivíduo precisa fazer parte das teorias da mudança social e da cultura material e, por fim, a Arqueologia possui traços explicativos mais consistentes com a história.

Vere Gordon Childe, Lewis Binford e Ian Hodder foram arqueólogos que ajudaram bastante as formulações teóricas da Arqueologia, enquanto William Matthews Flinders Petrie, Robert Eric Mortimer Wheeler e André Leroi-Gourhan influenciaram as metodologias de pesquisa prática.

Petrie foi o primeiro a preocupar-se em estudar e classificar objetos domésticos, de uso cotidiano, mesmo quando fragmentados, Wheeler desenvolveu um sistema de escavação chamado “Sistema Wheeler”, no qual são utilizadas quadrículas nas

escavações, e Leroi-Gourhan relacionou arqueologia e etnologia em seus estudos (FUNARI, 2010, pág 21 a 23).

Apesar de todos esses avanços, ainda existe uma visão tradicional entre historiadores, antropólogos e outros cientistas das ciências humanas e sociais de que a Arqueologia é uma técnica ou uma disciplina auxiliar. Contudo, os avanços mostram que a Arqueologia conseguiu desenvolver suas próprias teorias, mantendo relações interdisciplinares com várias áreas do conhecimento, como a História, a Antropologia, a Arquitetura, a Geologia, a Física, entre outras áreas da ciência. A Arqueologia possui duas áreas principais, a Pré-Histórica e a Histórica e, a partir delas, há subdivisões, como estudo em sepultamentos, pinturas rupestres, grafismo rupestre, sítios sambaquis, estudo cerâmico, arqueologia subaquática, ruínas, material bélico, fortes, material industrial, etc.

Neste trabalho terá uma maior abordagem a Arqueologia Histórica, pois o contexto desta pesquisa envolve o Bairro do Recife e neste local ocorreram trabalhos de Arqueologia Histórica. Este ramo da Arqueologia tem relação com profissionais da Arquitetura, urbanistas, museólogos e historiadores, o conhecimento destes participa do estudo da área de Arqueologia Histórica.

Com esta trajetória no contexto mundial e suas teorias, como a Arqueologia chegou a terras brasileiras?

Segundo André Prouss (1992, p. 7), o imenso interesse de Dom Pedro II pela antropologia contribuiu para a implantação das primeiras entidades oficiais destinadas a ter um papel importante na Arqueologia brasileira. O imperador enriqueceu o Museu Nacional, onde estavam depositadas coleções de materiais oriundos da Europa e África, contudo, infelizmente, boa parte deles foi destruída no incêndio de 2018. Outros museus importantes deste período foram o Museu Paulista e o Museu Paraense, este organizado por Emílio Goeldi, que, mais tarde, desenvolveria a Arqueologia Amazônica.

As discussões arqueológicas no Brasil começaram a partir de estudos referentes a sítios sambaquis<sup>4</sup>. O botânico dinamarquês Peter Wilhelm Lund, também paleontólogo amador, fixou sua residência em Lagoa Santa, Minas Gerais, em 1834 e ali ficou até o ano de sua morte, em 1880.

---

<sup>4</sup> Amontoados de conchas de moluscos comidos pelos ameríndios pré-históricos que viviam em regiões litorâneas. Também estes sítios eram usados como depósito de lixo e cemitério.

Lund pesquisou mais de 800 grutas na região de Lagoa Santa, dentro das quais ossos desses animais fossilizados estavam conservados há milhares de anos. Peter W. Lund coletava este material, descrevia-o, dando assim a conhecer numerosas espécies de uma fauna já extinta. Devido a isso, Lund é conhecido como o pai da Paleontologia brasileira. Na lagoa subterrânea do Sumidouro, Lund encontrou ossos humanos misturados a vestígios desses animais, que, hoje em dia, já estão extintos (PROUS, 1992, p. 6).

Nos meados da década de 50 do século XIX, na Dinamarca, foram localizados sítios sambaqueiros que despertaram o interesse dos naturalistas. Naquela ocasião, o jovem pesquisador dinamarquês J. A. Worsaae levantou a hipótese de que se tratava de um depósito de lixo humano pré-histórico. Nesta discussão, Lund foi consultado por uma comissão oficial e comparou com os sambaquis brasileiros.

Os estudos sobre os sambaquis não pararam em Peter Lund. Já no início do século XX, em 1908, Ricardo Krone escavou na região de Iguape, São Paulo, para estabelecer uma posição entre os instrumentos dos sambaquis “antigos” e aqueles encontrados “recentemente” (PROUS, 1992, p. 8). Em 1881, o antropólogo Lacerda estuda os crânios de sambaquis, comparando-os com os localizados em Lagoa Santa.

André Prous (1992, p. 8) diz que o diretor do Museu Nacional da época, Ladislau Neto, enviou várias missões ao litoral sul brasileiro para escavar nesses sambaquis, e estas missões trouxeram vários materiais arqueológicos, visto que estes sítios estavam sendo destruídos para a fabricação de cal para construção.

Outro pesquisador interessado em Arqueologia no Brasil foi o alemão Hermann von Ihering (1850-1930). Apesar de ser muito influente na época imperial brasileira, Ihering acreditava nas teorias racistas de superioridade germânica, primeiramente ele criticava os sítios sambaquis dizendo que não passavam de um acúmulo natural de conchas mortas em lugares antigamente ocupados pelo mar. Depois, atribuiu os estudos sobre os ameríndios brasileiros como puramente acadêmicos. Para Ihering, o Brasil só se tornaria uma potência quando povoado por europeus e livre dos ameríndios, e o próprio Ihering defendeu a extinção física destes povos.

Apesar deste racismo extremo, Ihering tinha qualidades científicas que ajudaram a melhorar a pesquisa da arqueologia no Brasil em seu início, por exemplo, ele foi o pioneiro no quesito de experimentação. Utilizando machados de pedra para cortar



árvores, Ihering avaliou técnicas possíveis para o corte das árvores e avaliava os resultados correspondentes. Esses estudos, hoje em dia no ramo da etnoarqueologia, só seriam feitos a partir dos anos 1940 na Europa. Ainda Ihering estudou a alimentação dos homens pré-históricos pela identificação dos otólitos<sup>5</sup> de peixes (PROUS, 1992, p. 8, 9).

Em 1882, Ladislau Neto contratou o egiptólogo e americanista Paul I'Epine, que pensou em buscar na recém-descoberta cerâmica Marajoara vestígios de uma cultura egípcia, como os hieróglifos, como também presença de culturas indianas, chinesas e mexicanas. A publicação desses estudos de Ladislau Neto, em 1885, lançou a moda dos quadros comparativos, que durou até a década de 1960 (PROUS, 1992, p. 9).

A Arqueologia brasileira começou de uma forma bastante promissora, podendo chegar ao mesmo nível das pesquisas arqueológicas europeias, contudo, durante o período entre as duas grandes guerras, somente o Museu Nacional manteve algumas atividades arqueológicas e poucos estudos foram produzidos até a década de 1950, quando a Arqueologia no Brasil chegou a um novo patamar.

Nos anos 1950, tem-se um momento de efervescência cultural, inclusive com a valorização e preservação do patrimônio arqueológico. O professor José Loureiro Fernandes, da UFPR (Universidade Federal do Paraná), trouxe para o Brasil o pesquisador Wesley R. Hurt, cujo interesse estava nos antigos caçadores e coletores pré-cerâmicos. Hurt escavou abrigos rochosos em Minas Gerais e sambaquis no litoral atlântico, treinando pesquisadores brasileiros e introduzindo-os sob a ótica desenvolvida nos Estados Unidos (SCHMITZ, 2009, p. 16).

Segundo Pedro Ignácio Schmitz (2009, p. 16 e 17), o professor José Loureiro Fernandes contribuiu bastante para o avanço das pesquisas arqueológicas no Brasil, pois foi ele que trouxe nomes internacionalmente importantes para o solo brasileiro. Além de trazer Wesley R. Hurt, também trouxe da França o Josef Emperaire e, depois, a Annette Laming-Emperaire. Estes estudaram os caçadores e coletores pré-cerâmicos, os sambaquis do litoral meridional, abrigos rochosos e sítios a céu aberto no Paraná e Minas Gerais. Annette treinou brasileiros em campo e analisou o material lítico e estudo da arte rupestre, que constituiu grandes projetos para a região Nordeste do Brasil.

---

<sup>5</sup> Partícula de carbonato de cálcio presente na orelha interna de muitos vertebrados, que está associada ao equilíbrio.

Nos anos 1960, mais uma vez, o professor Loureiro Fernandes trouxe arqueólogos para o Brasil para desenvolver a Arqueologia nacional, dessa vez chegaram ao Brasil o casal americano Clifford Evans e Betty J. Meggers, que vinham estudando as populações amazônicas. A partir do seminário que este casal desenvolveu, surgiu o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o PRONAPA, que durou de 1965 a 1970. O programa reuniu também dez arqueólogos brasileiros e as sínteses anuais do PRONAPA eram publicadas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Em 1972, um grupo menor dos mesmos pesquisadores fundou o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (PRONAPABA), cujos resultados das pesquisas ainda não foram completamente publicados (SCHMITZ, 2009, p. 17).

Na região Nordeste, o interesse pela Arqueologia também começou há bastante tempo. Por exemplo, o austríaco Ludwig Schwenhagen, defensor do mito fenício, percorreu o sertão nordestino durante as décadas de 10 e 20 do século XX. Schwenhagen percorreu cidades no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco e no Piauí, sempre buscando vestígios de povos mediterrâneos. O austríaco possuía um forte fanatismo referente ao assunto dos fenícios no Brasil e chegou a publicar um livro chamado *Antiga História do Brasil de 1100 a.C a 1500 d.C*, publicado em Teresina em 1928 e reeditado no Rio de Janeiro em 1970. Schwenhagen elaborou a teoria de que os fenícios fizeram uma viagem ao Brasil; ele acreditava que este povo esteve presente no município de Piracuruca, no Piauí, onde está situado hoje o Parque Nacional de Sete Cidades; o austríaco interpretou o lugar como um império colonial fenício de além-mar (MARTIN, 2008, p. 31).

Com a passagem dessa fase mítica da Arqueologia no Nordeste, nos anos 1940 e 1950 as pesquisas científicas de Arqueologia nesta região davam seus primeiros passos. Por exemplo, há os trabalhos que o alemão Carlos Ott publicou em 1958 na obra *“Pré-história da Bahia”*, contendo informações e ilustrações de achados arqueológicos baianos (MARTIN, 2008, p. 37).

Gabriela Martin (2008, p. 38) relata que os institutos históricos no Nordeste contribuíram bastante para o avanço da Arqueologia na região. E estes institutos forneciam materiais para a pesquisa arqueológica, pois possuíam um bom acervo arqueológico. Contudo, Martin faz uma crítica ao Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), pois ela mesma diz que não teve acesso ao seu

acervo arqueológico e dentre os institutos nordestinos, apesar de ter o nome arqueológico, é o menos arqueológico de todos.

Um grande marco na Arqueologia do Nordeste foram as pesquisas na Serra da Capivara, Piauí, lideradas pela franco-brasileira Niède Guidon, da *L'Ecole de Hautes Etudes em Sciences Sociales*, de Paris, que iniciou seus estudos no sudeste do Piauí a partir de 1970. Em São Raimundo Nonato/PI, onde se localiza a Serra da Capivara, Guidon e sua equipe localizaram vestígios arqueológicos pré-históricos, como quase 500 registros rupestres e sepultamentos humanos (MARTIN, 2008, p. 44). Segundo Guidon, o homem chegou às Américas há 50.000 mil anos, justamente na Serra da Capivara. A partir de dados retirados de datações radio-carbônicas, esta teoria confronta a do Estreito de Bering, defendida principalmente por norte-americanos, que diz que o homem chegou ao continente americano há 12.000 mil anos.

Em 1986, devido a essas pesquisas em São Raimundo Nonato, Niède Guidon cria a Fundação do Museu do Homem Americano (FUMDHAM), que tem convênios com universidades como a USP, UNICAMP, UFPE, UNESP E UFPI, facilitando as pesquisas arqueológicas na região. E, em 1991, o Parque Nacional da Serra da Capivara foi declarado pela UNESCO como Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade.

Segundo Maria Dulce Gaspar (2003, p. 270), a Arqueologia Histórica no Brasil define-se como o “campo do saber que pretende dar conta da introdução e do desenvolvimento no território que se transformou na nação brasileira de novas práticas políticas, sociais e econômicas que caracterizavam países europeus em seu processo de expansão territorial e ocupação das terras indígenas na América do Sul”.

A estruturação da Arqueologia Histórica, em alguns países, é recente. Na Inglaterra, por exemplo, a prática da Arqueologia Histórica entra no contexto do medievalismo e está presente desde 1840, contudo, só nos anos 1950 surge a *Society for Medieval Archaeology*. Nos Estados Unidos, a Arqueologia Histórica cresceu lentamente até a década de 1960, quando surgiu em 1967 a Sociedade de Arqueologia Histórica e, no mesmo ano, na Inglaterra, é fundada a Sociedade de Arqueologia Pós-Medieval. A Austrália, três anos antes já tinha criado sua sociedade de Arqueologia Histórica. Já no Canadá e em alguns países latino-americanos, houve uma multiplicação de centros de pesquisas, sociedades científicas, cursos de pós-graduação voltados para o estudo dos processos relacionados com o estabelecimento dos europeus (GASPAR, 2003, p. 270).

Segundo Tania Andrade Lima (1993, p. 225), as primeiras manifestações de interesse, no Brasil, pela aplicação de técnicas arqueológicas a contextos derivados dos colonizadores europeus e seus descendentes, ou de seus contatos com os ameríndios, surgiram no início do século XX.

Nos anos finais da década de 1930, na busca das chamadas casas fortes, construídas no século XVI por Gabriel Soares de Souza<sup>6</sup> em suas penetrações no sertão baiano, Herman Kruse realizou escavações em dois desses fortins, erigidos com a intencionalidade de defesa contra os ameríndios da região. Contudo, os resultados desses estudos nunca foram publicados e somente existem relatórios arquivados no IPHAN (LIMA, 1993, p. 225).

Nos anos 1940, a arqueóloga estadunidense Virgínia Drew Watson promoveu uma abordagem na Arqueologia Histórica na Ciudad Real do Guairá, antiga vila espanhola quinhentista no oeste do Paraná, coletou cacos cerâmicos ocorrentes, filiou culturalmente o material recolhido e abriu caminho para futuros trabalhos nesse povoado (LIMA, 1993, p. 225, 226).

No período da década de 1950, foram realizadas escavações na capela do antigo Colégio dos Jesuítas, em Paranaguá, onde atualmente está instalado o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (antigo Museu de Arqueologia e Artes Populares). Na ocasião o museu estava sob a orientação de Loureiro Fernandes<sup>7</sup>, e as escavações visavam ao fornecimento de subsídios para trabalhos de restauração do prédio, tombado pelo IPHAN. Porém, tampouco essas pesquisas foram publicadas, tendo sido igualmente registradas por Chmyz, que delas tomou conhecimento através de informação pessoal daquele pesquisador. No Rio Grande do Sul, no ano de 1959, o padre Luís Gonzaga Jaeger abriu trincheiras nas missões de São Nicolau, São Luís Gonzaga e São Borja, mas de forma completamente assistemática, sem nunca ter publicado os resultados das escavações (LIMA, 1993, p. 226).

Segundo Luís Cláudio Pereira Symanski (2009, p. 1), somente a partir da década de 1960 a Arqueologia Histórica brasileira começou a ser realizada por pesquisadores institucionalizados, mesmo existindo registros de pesquisas anteriores àquela década. Neste período, alguns arqueólogos começaram a dar atenção às reduções jesuíticas dos

---

<sup>6</sup> Agricultor, empresário lusitano, viveu no Brasil no início da colonização, faleceu na Bahia em 1591.

<sup>7</sup> Médico, Antropólogo e Etnógrafo brasileiro.

séculos XVI, XVII e XVIII existentes na região sul do Brasil e aos sítios de contato do século XVI do litoral nordestino. Muitos desses arqueólogos foram treinados pelo PRONAPA nos anos 1960.

Estes arqueólogos valiam-se de princípios teóricos arqueológicos do histórico-culturalismo, teoria fundada por Gordon V. Childe. Esta teoria era aplicada tanto em sítios pré-históricos como históricos, tendo ênfase na identificação e delimitação espaço-temporal de complexos de artefatos, os quais eram diretamente associados a populações específicas (SYMANSKI, 2009, p. 2).

Tânia Andrade Lima (1993, p. 226) relata que a Arqueologia Histórica no Brasil passou por momentos de focar seus interesses num patrimônio elitista, e eminentemente arquitetônico, privilegiando os monumentos de pedra e cal. Esta acentuada atração por exemplares da arquitetura colonial determinou, por alguns períodos, os rumos da Arqueologia Histórica no Brasil, que se voltou para investigação de igrejas, conventos, missões, fortificações, solares, etc.

Ainda durante os anos 1960, surge a lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, a lei da Arqueologia. Seu artigo 1º diz que os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal. O artigo 2º dessa lei fala sobre os monumentos arqueológicos ou pré-históricos. Eles são identificados como jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura paleoameríndia do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e outros não especificados na lei, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente. Também são citados sítios de ocupação paleoameríndia como grutas, lapas e abrigos sob rochas, tal como cemitérios e o registro rupestre.

Apesar de esta lei surgir nos anos 1960, marco do avanço institucional da Arqueologia Histórica, nota-se que esta lei aborda os sítios considerados pré-históricos. Não é à toa que Andrade Lima (1993, p. 226) afirma que a Arqueologia Histórica foi reduzida a uma técnica a serviço de outras áreas do conhecimento, como a História e a Arquitetura; foi destituída de todo o seu vigor enquanto ciência social, ao exercer apenas sua feição mais empobrecida, somente operando a um nível arqueográfico, deixando de

lado seu lado interpretativo, o que a colocou em um plano de relativa marginalidade, entendida como um campo menor. A Arqueologia Histórica chegou até ser negada por muitos como uma modalidade de Arqueologia, desta maneira tendo um papel meramente de coadjuvante.

Mesmo sendo tratada como uma forma inferior da Arqueologia, a Arqueologia Histórica avançou nos anos 1970, e pesquisas foram prosseguidas nas reduções jesuíticas do sul do Brasil. Essas pesquisas ainda continuaram com o caráter descritivo como em décadas anteriores, sendo, às vezes, abordado o processo de aculturação através da substituição gradual da cultura material indígena pelos artefatos europeus. Ainda na década de 1970, a Arqueologia foi também introduzida em projetos de restauração de monumentos históricos, mas subordinada à Arquitetura, visando à exposição de estruturas, à identificação de áreas funcionais e à recuperação de métodos e técnicas de construção (SYMANSKI, 2009, p. 02).

Apesar da importância de definir a seriação das amostras de cerâmicas, com a intenção de estabelecer fases seguintes, na década de 1970 começou-se a dar atenção a outros tipos de materiais arqueológicos, como belarminos<sup>8</sup> e cachimbos holandeses do século XVII (SYMANSKI, 2009, p. 02).

Continuando na década de 1970, durante a ditadura militar no Brasil, surgem o Programa de Cidades Históricas (PCH) e o Programa de Ação Cultural (PAC). O PCH seria a frente de recuperação e/ou criação de infraestrutura ambiental e física, o PAC se constituiria como viés responsável pela dinâmica do produto nacional. Segundo Marcia Chuva e Laís Villela Lavinhas (2016, p. 76), estes programas deveriam “criar condições de estruturar circuitos turísticos regionais baseados na história, nos aspectos ambientais e nas manifestações artísticas e folclóricas”. Segundo o Conselho Federal de Cultura (1973, p. 713), os objetivos destes programas eram “preservar o patrimônio cultural, tendo por meta conservar o acervo constituído e manter a memória nacional, assegurando a perenidade da cultura brasileira”. Apesar da existência desses programas voltados para o patrimônio cultural nacional, não é citado o patrimônio arqueológico, seja ele histórico ou pré-histórico.

Nos anos 1980, com o objetivo de reunir arqueólogos atuantes no Brasil, para discutir conceitos, metodologias, técnicas e apresentar pesquisas em desenvolvimento, o

---

<sup>8</sup> Jarros alemães de pó-de-pedra.

então Núcleo de Arqueologia da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN) e a Fundação Nacional Pró-Memória organizaram um seminário de Arqueologia Histórica, realizado no Paço Imperial, Rio de Janeiro (LIMA, 1993, p. 227).

Este evento conseguiu reunir centenas de arqueólogos brasileiros, tendo a Arqueologia Histórica como objetivo único de reflexão e discussão. Com a média de 340 pessoas inscritas, oriundas de centros de pesquisa arqueológica, órgãos ligados à preservação do patrimônio e à área de Arquitetura e Urbanismo, com 40 comunicações apresentadas e diversas mesas-redondas, resgatou parcialmente a disciplina da inferioridade a que se encontrava reduzida em relação ao campo da pré-história, marcando para ela uma nova etapa (LIMA, 1993, p. 227, 228).

Este seminário expôs uma situação conflitante da Arqueologia Histórica no Brasil: uma expressiva quantidade de trabalhos em andamento, inadequações metodológicas e técnicas, pesquisadores perplexos e envoltos em suas próprias dificuldades, soluções improvisadas a partir de tentativas e erros, bem como o total isolamento dos arqueólogos em suas trincheiras (LIMA, 1993, p. 228).

Ainda de acordo com Tânia Andrade Lima (1993, p. 228), neste seminário realizado nos anos 1980, os arqueólogos da Arqueologia Histórica buscaram contornar as deficiências metodológicas que existiam, alguns especialistas presentes se conscientizaram da necessidade de se tentar transformar a dispersão inicial em uma maior coesão, visando ao fortalecimento da área, propondo-se, para tanto, a uma troca mais intensa de informações, promoção de novos encontros, formação de grupos de trabalho, etc. Contudo, os resultados desse evento nunca chegaram a ser publicados e apenas três comunicações foram transformadas em artigos, logo sendo publicadas por revistas especializadas no Brasil.

Continuando nos anos 1980, foi nesta década que surgiu a SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira). Segundo Sheila Mendonça de Souza e Maria Dulce Gaspar (2000, p. 2), a ideia de criar esta sociedade “nasceu durante as reuniões científicas chamadas Jornadas Brasileiras de Arqueologia, realizadas no Rio de Janeiro ainda nos anos 1970, pelo Instituto Superior de Cultura Brasileira, e sob inspiração de Alfredo Mendonça de Souza, entre outros pesquisadores”. A criação da SAB expressou a necessidade decorrente de um momento de transição em que a Arqueologia brasileira,

passada a etapa de formação inicial, associada a alguns poucos profissionais atuantes em polos do país, começava a receber cada vez mais participações e, principalmente, um forte reforço representado pelos primeiros bacharéis que se formavam na então Faculdade Marechal Rondon, que foi a primeira faculdade a criar cursos de graduação em Arqueologia no país.

Nos fins dos anos 1970, entre 1978 e 1979, as primeiras minutas do Estatuto da SAB foram redigidas e também instituída a Comissão encarregada da formulação da proposta da Sociedade. E, em 1980, o ato formal de criação da Sociedade deu-se durante o Seminário Goiano de Arqueologia. Na Ata de constituição da SAB, Pedro Ignácio Schmitz aborda o processo de mudança acelerada do campo profissional da Arqueologia no Brasil e a importância do passado que tinha sido dado, e diz:

A criação da Sociedade, é uma necessidade que se impõe pois as crises que a Arqueologia vinha enfrentando eram em virtude do crescimento acelerado que está experimentando, o que a vem tornando concreta e eficaz, sendo a reunião em curso uma prova cabal de que é possível conciliar técnicas e linguagens diferentes, propiciando entendimento entre todos (SOUZA, GASPAR, 2000, p. 02)

Pedro Ignácio Schmitz foi o primeiro presidente da SAB, no momento do ato formal ele dedicou palavras aos arqueólogos presentes ressaltando as barreiras encontradas pelos profissionais da área no Brasil e incentivou os jovens arqueólogos daquela ocasião a continuar as pesquisas, apesar das dificuldades presentes (SOUZA, GASPAR, 2000, p. 2).

Nos fins dos anos 1980, o SPHAN/FNpM, bastante envolvido nas intervenções que estavam realizando nos monumentos tombados, em processo de restauro e exigindo a participação de arqueólogos, tomou a iniciativa de dar continuidade ao processo deflagrado com a realização do Seminário. Visando clarificar aspectos bastante nebulosos na prática ainda incipiente da disciplina no Brasil, empenhou-se na promoção de encontros, reuniões e criação de comissões destinados a debater aspectos conceituais, legais e normativos da pesquisa arqueológica histórica e, em particular, as questões relacionadas à Arqueologia Subaquática. Toda essa atuação do SPHAN/FNpM durou até seu total desmantelamento e extinção, no período do Governo Collor, em 1990 (LIMA, 1993, p. 228).

Segundo Maria Dulce Gaspar (2003, p. 274), com o avançar da Arqueologia Histórica nos anos 1980, há uma disputa entre arqueólogos e arquitetos, pois, segundo a



autora, os arqueólogos disputam verba, tempo, espaço e interpretação com os arquitetos, já que são estes profissionais que tocam as obras e, em certas circunstâncias, convocam os arqueólogos. Ainda Gaspar diz que a disputa da Arqueologia Histórica é com os arquitetos, pois, para ela, na década de 1980 a Arqueologia Histórica ainda não produzia conhecimento que pudesse contrariar interpretações já existentes. Disputa espaço para realizar trabalhos de campo, em seu próprio ritmo de pesquisa, e não pressionada por cronogramas de obra.

Durante o período, este embate entre disciplinas não se dá com a História, pois esta disciplina recebe, com certa simpatia, as contribuições de arqueólogos. Para alguns domínios da história, a incorporação de informações obtidas a partir da análise da cultura material é mesmo uma tradição, sendo recorrente nos estudos do Egito e da Grécia (GASPAR, 2003, p. 274).

Na década de 1990, os arqueólogos que se dedicam ao estudo do período colonial consideraram que tinham questões e problemas específicos e decidiram iniciar um movimento para a criação de uma associação, seguindo o modelo de outros países como Austrália, Inglaterra e Estados Unidos, contudo este projeto aqui no Brasil não se concretizou (GASPAR, 2003, p. 275).

Nas questões contextuais, a proposta elaborada por Ian Hodder alcançou uma grande popularidade entre os arqueólogos da Arqueologia Histórica nos anos 1990, sendo adotada principalmente pelos arqueólogos com o título de mestrado naquela década. A Arqueologia Contextual de Ian Hodder é caracterizada por uma gama de premissas que necessitam ser detalhadas. Em primeiro lugar, a cultura material é considerada não como um reflexo passivo de estruturas sociais e econômicas, mas como um elemento ativo, utilizado para produzir e reproduzir relações sociais. Sendo assim, seus significados são culturalmente específicos, e os mesmos artefatos podem ter diferentes significados em diferentes contextos. Devido a isso, não é possível fazer generalizações de uma cultura para outra. A Arqueologia Contextual trata o vestígio arqueológico como um texto a ser lido e interpretado e, finalmente, Hodder em sua teoria, alega que, devido ao fato de significados atribuídos à cultura material serem culturalmente específicos, a arqueologia tem elos mais fortes com a história antes do que com a antropologia (SYMANSKI, 2009, p. 8).

No contexto teórico, esta ampla adoção de ideias de Hodder entre os arqueólogos históricos brasileiros pode ser considerada como um salto paradigmático da Arqueologia Histórico-Cultural para a Arqueologia Contextual. Contudo, as ideias de Hodder foram rejeitadas por terem uma metodologia alentada, relacionadas à coleta e análise do material arqueológico, o que levou a um vácuo que teve consequências negativas para o desenvolvimento da Arqueologia Histórica (SYMANSKI, 2009, p. 8).

Na década de 1990, as pesquisas arqueológicas históricas pouco se diferem de períodos anteriores, com o cunho teórico histórico-culturalista e obedecendo ao seguinte padrão:

descrição histórica, geográfica e topográfica, seguida dos métodos e técnicas empregados em campo, descrição dos sítios, descrição do material coletado, e considerações finais. A adição que fica em maior evidência é relacionada à fundamentação teórica introdutória, na qual a abordagem contextual é caracterizada, algumas vezes, de uma pesquisa histórica relacionada ao tema de interesse do autor, seja este a reconstrução de modos de vida do passado, os usos sociais das louças, ou a reconstrução da paisagem cultural (SYMANSKI, 2009, p. 8).

Segundo Gaspar (2003, p. 278), nos anos 1990 arqueólogos brasileiros fazem enorme esforço para sair do isolamento que aprisiona a disciplina. Algo que contribuiu bastante para a Arqueologia Histórica no Brasil na década de 1990 foi o Congresso de Teoria e Método realizado na USP em 1995. Neste congresso arqueólogos brasileiros, americanos e franceses fizeram um intercâmbio científico que desenvolveu a disciplina no país.

Outro ponto importante para a Arqueologia Histórica foi o primeiro simpósio brasileiro apresentado na *Society for American Archaeology*, em 1996, denominado “*A Panorama of Brazilian Archaeology*”, coordenado por Maria Dulce Gaspar, Paulo de Blasis e Edna Morley. Um dos trabalhos de Arqueologia Histórica apresentado neste simpósio foi o de Paulo Zanettini, o trabalho abordava as práticas de guerra adotadas em Canudos, na Bahia. Um ponto significativo para a Arqueologia Histórica neste período foram as reuniões de Teoria Arqueológica na América do Sul, iniciadas em 1998. Tratava-se de um alinhamento com outros arqueólogos sul-americanos com os quais se compartilharam especificidades do fazer Arqueologia nos trópicos. A Arqueologia Histórica se fez presente através de um dos organizadores do evento, Pedro Paulo Funari (GASPAR, 2003, p. 278).

Já nos períodos recentes, a Arqueologia Histórica passou por grandes avanços, tendo muitos trabalhos apresentados em Congressos realizados pela SAB. Outro fator que também contribuiu bastante para o desenvolvimento desta disciplina foi o Programa Monumenta (1998-2010). O programa teve o intuito de restaurar lugares históricos pelo Brasil, como também promover o patrimônio para o turismo. É a partir de um trabalho de Arqueologia Histórica no Recife, que se iniciarão as discussões sobre a visão de patrimônio de arqueólogos e arquitetos em relação ao monumento do Baluarte Porta da Terra.

## CAPÍTULO 2 - A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O PATRIMÔNIO CULTURAL: UM REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este capítulo vai apresentar o referencial teórico utilizado nesta dissertação, a Teoria das Representações Sociais (TRS), tendo como criador o romeno Serge Moscovici. Para compreender a TRS é necessário compreender seus antecedentes, de onde Moscovici tirou suas fontes para formular a TRS.

Gerard Duveen (2012, p. 7) na introdução do livro de *Moscovici - Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*, demonstra um exemplo ilustrando o fenômeno das Representações Sociais elaboradas por Moscovici. Ele imagina-se observando o mapa da Europa, sem nenhuma indicação nele, com a exceção da cidade de Viena, perto do centro, e ao norte dela, a cidade de Berlim. Duveen indaga o leitor onde se localizariam as cidades de Praga e Budapeste. Duveen relata que para a maioria das pessoas que nasceram depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ambas as cidades pertencem à divisão do Leste da Europa, enquanto Viena pertence ao Oeste e, conseqüentemente, tanto Praga como Budapeste deveriam se localizar a Leste de Viena. Duveen mais uma vez recorre ao mapa da Europa, dessa vez observando as localizações reais dessas duas cidades. Budapeste está afastada ao Leste, bem abaixo de Viena, ao longo do Danúbio, contudo, Praga está, na verdade, a Oeste de Viena. Aonde Gerard Duveen queria chegar com este exemplo?

A imagem da geografia da Europa foi reconstruída em termos da divisão política da Guerra Fria, em que as definições ideológicas de Leste e Oeste substituíram as geográficas. Pode-se observar, no exemplo acima, “como padrões de comunicação, nos anos pós-guerra, influenciaram esse processo e fixaram uma imagem específica da Europa” (DUVEEN, 2012, p. 7). A partir deste exemplo que sinaliza para a construção do olhar, sinaliza-se também para a sua transformação em senso comum, como afirma Duveen (2012, p. 8):

Elas entram para o mundo comum e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas, e circulam na mídia que lemos e olhamos. Ou seja, as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros.

Por mais de quatro décadas de estudos, Moscovici produziu ensaios e trabalhos empíricos sobre sua teoria, tais ensaios ilustram a maneira como Moscovici elaborou e defendeu a TRS (DUVEEN, 2012, p. 08). Mas em quem Moscovici se inspirou para formular sua teoria?

Segundo Ronaldo Cardoso Alves (2006, p. 16), o conceito de representação advém de Émile Durkheim e de seus estudos realizados no início do século XX. Segundo esse autor:

A representação segundo a ótica de Durkheim constitui formas de integração social construídas pelos homens com o objetivo de manter a coesão do grupo e suas propostas para o mundo. Tais representações são expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos, as quais constroem uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas que os fazem, vivenciá-las cotidianamente (ALVES, 2006, p. 16).

Gerard Duveen (2012, p. 15) fala que o esforço para estabelecer a sociologia como uma disciplina autônoma levou Durkheim a defender uma separação radical entre representações individuais e coletivas e a sugerir que as representações individuais se circunscreviam ao campo da psicologia, enquanto as coletivas ao campo da sociologia.

Através do prisma da Psicologia Social, Moscovici (2012, p. 45) fez uma nova leitura do conceito de representação:

Durkheim via as representações como um conceito estanque, refratário a qualquer análise posterior, não tendo a necessidade de desvelar sua estrutura ou evidenciar maiores preocupações com o estudo de dinâmica interna. Isso é, portanto, o papel da Psicologia Social. Dessa maneira, para compreender as representações não basta limitar-se à constatação conceitual de sua ocorrência, antes se faz necessário entender sua natureza, sua compleição (ALVES, 2006, p. 16).

Moscovici (2012, p. 45) compara a função teórica da Sociologia de Durkheim “ao átomo da mecânica tradicional, ou à do gene na genética tradicional, isto é, átomos e genes eram considerados como existentes, mas ninguém se importava sobre o que faziam ou com o que se pareciam”. Igualmente, sabia-se que representações sociais existiam nas sociedades, mas não haviam sido estudadas suas formas de funcionamento. Isso dificultou a descoberta dos mecanismos internos das representações sociais.

Ainda na tangente das ideias de Durkheim, as representações coletivas abrangiam uma cadeia completa de formas intelectuais que incluíam ciência, religião, mito,

modalidade de tempo e espaço, etc. De acordo com o sociólogo estavam incluídas nas representações coletivas quaisquer tipos de ideias, crença ou sentimentos. Tal percepção, por um lado, ajudava a entender as relações sociais, por outro, tornava as explicações demasiado generalistas. Foi Moscovici quem buscou um meio termo, afirmando que:

As Representações Sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar aquilo que já sabemos. Elas ocupam uma posição, em algum ponto, entre conceitos que têm como objetivo abstrair o sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções que reproduzam o mundo de forma significativa (DUARTE, MAMEDE, ANDRADE, 2009, p. 622).

Para Durkheim as representações coletivas são um conceito, enquanto para Moscovici estas são “fenômenos socialmente relacionados à construção do senso comum”. Critica, deste modo, a postura adotada por algumas correntes das ciências humanas que afirmam que grupos e indivíduos estão sempre sob o controle de uma ideologia dominante, pois, de acordo com esse raciocínio,

à coletividade compete apenas a função depositária e reprodutora do querer de instituições mandatárias. Tal posição não só reproduz a versão limitada de que as representações formam apenas um conceito, mas também restringe a uma elite da sociedade a detenção do monopólio de sua criação e instauração. Nesse período, as representações teriam apenas a função de ser um instrumento de reprodução coletiva limitado a ressoar a vontade ideológica da minoria detentora do poder. Esse é o grande diferencial existente entre o conceito clássico de representação coletiva de Durkheim e a alternativa proposta por Moscovici, a representação social (ALVES, 2006, p. 17, 18).

O estudo das representações aborda os seres humanos em seus pensamentos, em suas formas de viver em sociedade, se compreender como indivíduo e coletividade, na sua relação com a natureza e os seres humanos, e um dos elementos que mais explicita estas representações é o que chamamos de senso comum (ALVES, 2006, p. 18).

Em 1961, Moscovici publicou a tese *La Psychanalyse, Son Image, Son Public* e nesta tese propôs a Teoria das Representações Sociais como fenômeno científico, que não se limita apenas às Ciências Sociais ou à Psicologia Social, mas ao conjunto de conhecimentos psicossociológicos (SANTOS; DIAS, 2015, p. 182). Para Moscovici, as representações sociais são quase tangíveis, circulam, se cruzam e se cristalizam sem cessar em nosso universo cotidiano a através de uma palavra, de um gesto, de um encontro. Ainda Moscovici diz que a maior parte das relações sociais estreitas, dos objetos produzidos ou consumidos, das comunicações interligadas está impregnada das

representações sociais (2002, p. 2). O estudo de Moscovici continua inovador, pois pode tratar de uma gênese representacional (WOLTER, 2015, p. 6).

Moscovici diz que o papel da teoria que elaborou confere a racionalidade à crença coletiva e suas significações, portanto, às ideologias, aos saberes populares e ao senso comum (1995, p. 11). Continua Moscovici que as relações entre pessoas e grupos, as representações sociais, se explicam em função de interações de estruturas, de trocas, de poder, etc. (1995, p. 11, 12).

Ainda Moscovici afirma que as representações sociais, como teorias científicas, religiões, ou mitologias, são representações de alguma coisa ou de alguém. Elas têm um conteúdo específico – implicando, esse específico, além do mais, que ele difere de uma esfera ou de uma sociedade para outra. Contudo, “estes processos são significantes, somente na medida em que eles revelam o nascimento de tal conteúdo e suas variações” (2012, p. 106).

As representações sociais emergem não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico (DUVEEN, 2012, p. 21). Um exemplo disso são as intervenções tanto de arquitetos como de arqueólogos no Bairro do Recife: a partir dos documentos adquiridos para realização desta dissertação, percebe-se a existência de diferentes (como, também idênticas) formas de relação e identificação com o patrimônio do local.

A TRS centra o seu olhar na relação entre o sujeito e o objeto. Fazendo isso, a representação social recupera um sujeito que, através de sua atividade e relação com o objeto, constrói tanto o mundo, uma ideia e, também, uma construção do próprio sujeito (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1995, p. 19,). Essa construção de mundo, de ideia, de relação com o objeto pode ser exemplificada mais uma vez com o patrimônio do Recife Antigo. No caso, na construção do painel explicativo do Baluarte Porta da Terra (o Museu a céu aberto), arquitetos elaboraram o texto explicando todo o histórico daquele patrimônio, contudo, não só arquitetos participaram deste processo da construção do museu a céu aberto Baluarte Porta da Terra, arqueólogos também participaram nas intervenções, mas nem sempre a construção da ideia destes referente ao patrimônio citado é tão explícita, como veremos nos capítulos seguintes.

A Teoria das Representações Sociais relaciona dimensões cognitivas, afetivas e sociais, a teoria diz a respeito à construção de saberes sociais e, nessa medida, envolve-se em questões cognitivas. A forma simbólica e imaginativa desses saberes traz à tona o tamanho dos afetos, porque quando sujeitos sociais se empenham em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimento e com paixão. A construção de significação simbólica é, simultaneamente, um ato de conhecimento e um ato de afeição. Tanto o contexto cognitivo como o afetivo estão interligados nas representações sociais e encontram a sua base na realidade social. Isso se encontra nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação de massa, nos canais informais de comunicação social, nos movimentos sociais, nos atos de resistência e em uma série infindável de lugares sociais (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1995, p. 20.).

Para Jean-Claude Abric (1996, p. 9, 10) as vantagens da perspectiva das representações sociais é “que ela se nutre de abordagens diversas e complementares: estruturais, por certo, mas igualmente etnológicas e antropológicas, sociológicas e históricas”. Já para Celso Pereira de Sá, em seu livro “*Núcleo Central das Representações Sociais*” (1996, p. 29), o “termo representação social designa tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los, identificando um vasto campo de estudos psicossociológicos”. Continua Sá dizendo que “a representação social é uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto. Com relação ao objeto, que pode ser de natureza social, material ou ideal, a representação se encontra em uma relação de simbolização e de interpretação” (1996, p. 32, 33).

Diante da complexidade da TRS e da pluralidade de conceitos disponíveis para análise optamos por nos amparar em duas categorias analíticas – a objetivação e a ancoragem – como principais categorias de análise também desta dissertação. Estes conceitos operacionalizam as análises do terceiro capítulo, que trata mais especificamente do nosso estudo de caso e, a seguir, apresentamos estes conceitos mais detidamente.

As Representações Sociais não são criadas por um indivíduo de maneira isolada e, como consequência disso, para explicar ou compreender uma representação, é necessário buscar, na história, em que momento esta representação torna-se “familiar” para um determinado grupo (BERTONI; GALINKIN; 2017, p. 103). Para isso é preciso entender os processos de “ancoragem” e “objetivação”, definidos por Moscovici da seguinte maneira: ancoragem é um processo que transforma algo estranho e perturbador,



que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada. É quase como que ancorar um bote perdido em um dos boxes (pontos sinalizadores) de nosso espaço social (MOSCOVICI, 2012, p. 61).

Conforme Jaime Alonso Caracava Morera *et al* (2015, p. 1163), o processo de ancoragem

supõe a fixação das representações na realidade, assim como à atribuição da funcionalidade e ao desempenho do papel regulador das interações grupais, pois é diante da atribuição do sentido que o objeto (ou sujeito) é reelaborado. Desta forma, a ancoragem atua como um processo de significação, de utilidade e de integração cognitiva que tem um caráter de funcionalidade.

Moscovici (2012, p. 70) diz que o objetivo principal da ancoragem é facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade, formar opiniões. Para Moscovici, esta é uma preocupação fundamental. Grupos, assim como o indivíduo, estão inclinados, sob certas condições, tais como superexcitação ou perplexidade, ao que se pode chamar de mania de interpretação. A ancoragem é o mecanismo que facilita a compreensão da forma de como os elementos representados em uma teoria se articulam e contribuem para exprimir e construir as relações sociais.

De acordo com MORERA *et al* a ancoragem

como instrumentalização do saber permite compreender como os elementos da representação expressam as relações sociais. Esse processo só tem lugar depois da objetivação, já que a estrutura gráfica se converte em guia de leitura, a partir de uma generalização funcional como referência para compreender a realidade. Aqui o sujeito recorre ao que é familiar para realizar uma espécie de conversão da novidade (2015, p. 1164).

Conforme Morera *et al* (2015, p. 1164) dizem, a ancoragem permite a compreensão intra grupo, porque as pessoas passam a se reconhecer através deste processo, e também extra grupo, porque se estabelece uma relação socialmente compartilhada das “funções de classificar, nomear e ordenar o entorno em unidades significativas de compreensão”.

No caso da objetivação, Moscovi (2012, p. 71) faz uma explicação remetendo ao físico inglês Maxwell, este físico disse que o que parecia abstrato a uma geração se torna concreto para a seguinte. Teorias incomuns que ninguém levava a sério passam a ser normais, críveis e explicadoras da realidade, algum tempo depois. Como um fato tão improvável, como de um corpo físico produzindo uma reação à distância em um lugar onde ele não está concretamente presente, pode transformar-se, menos de um século depois, em um fato comum, inquestionável. Moscovici vai além da colocação de Maxwell, acrescentando que o que é incomum e imperceptível para uma geração, torna-se familiar e óbvio para a seguinte. Isso não se deve simplesmente à passagem do tempo ou dos costumes, embora ambos sejam provavelmente necessários. Essa domesticação é o resultado da objetivação, que é um processo muito mais atuante que a ancoragem.

Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante de nossos olhos, física e acessível. A objetivação “une a ideia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. (...) Sob esse aspecto, legitima-se ao afirmar que toda representação torna real, no sentido próprio do termo, um nível diferente da realidade” (MOSCOVICI, 2012, p. 71).

A objetivação, segundo Morera *et al*, é a

operação imagética e estruturante que torna concreto o abstrato, e torna intercambiáveis o preceito e o conceito. A partir dela, as ideias ou noções abstratas, que são objeto da representação, materializam-se ganhando corpo, textura material e significação maleável. Objetivar é incorporar um excesso de significações ao materializá-las (2015, p. 1163).

A objetivação organiza todas as significações e informações que adquirimos sobre um objeto: “As ideias não são mais percebidas como produtos da atividade intelectual, mas como reflexo de coisas que existem” (FERMINO, 2017, p. 28).

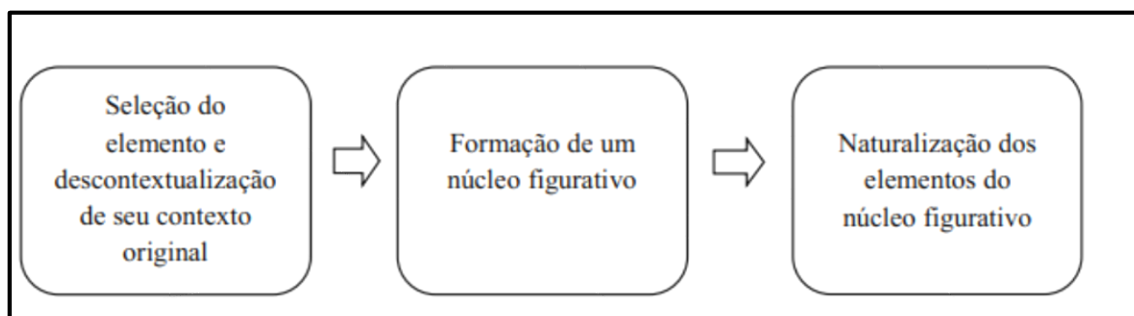
Segundo Annelizi Fermino, a objetivação ocorre por meio de três operações, que são vividas nos grupos sociais:

a primeira é a percepção do objeto e uma decorrente descontextualização das informações originais. Em seguida há a formação de um núcleo figurativo que consiste na estruturação figurativa de um conceito. Por fim, ocorre sua naturalização, procedimento em que um significado perde sua exterioridade

intelectual e passa a designar diretamente determinada realidade (2017, p. 28).

A autora sintetiza e ordena estas operações em ordem, conforme pode ser observado na figura abaixo:

Imagem 2: Etapas do processo de objetivação



Fonte: Fermino, 2017, p. 28.

Apesar de apresentadas graficamente no mesmo patamar, estas três etapas “estão distribuídas e apropriadas desigualmente pelos grupos sociais, o que reflete numa apreensão às vezes fragmentada ou distorcida das informações originais” (FERMINO, 2017, p. 28). Isto acontece porque as informações também são desigualmente distribuídas pelos grupos sociais, o que implica em conceitos vivenciados de maneira distinta em cada realidade particular.

Segundo Moscovici (2012, p.78), ancoragem e objetivação são maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, a objetivação, sendo direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido.

No quadro abaixo, também sistematizado por Annelizi Fermino (2017, p. 30), sistematizam-se os dois conceitos geradores de uma representação social:

Imagem 3: Etapas do processo de objetivação

<b>Conceito</b>	<b>Definição teórica</b>	<b>Uso operacional</b>
<b>Objetivação</b>	Processo em que ideias e palavras sobre um mesmo objeto, independentes de seu contexto de formulação original, são selecionadas e reagrupadas em novas noções e imagens. Em decorrência, formam um núcleo figurativo sobre este objeto que é naturalizado na percepção do sujeito.	Tornar ideias abstratas em uma imagem concreta e conhecida. Imagem associada ao objeto.
<b>Ancoragem</b>	Processo de assimilação social das imagens (núcleo figurativo) criadas pela objetivação. Nesta etapa ocorre a classificação destes elementos a partir dos valores e interesses do sujeito produtor.	Inserir o elemento ou imagem nas experiências sociais do sujeito. Classificar em uma escala de valores e juízos e tornar os elementos operacionais, integrando em argumentos e permitindo a construção dos discursos de indivíduos e grupos sociais.

Fonte: Fermino, 2017, p. 30.

As representações sociais são formas de conhecimento construídas e compartilhadas socialmente. A partir da TRS há a possibilidade de compreender os processos cognitivos e as interações sociais que constituem a vida cotidiana. São produzidas por meio da objetivação e da ancoragem, sendo o primeiro a dimensão pela qual a representação mental deste objeto é construída – processo gerador de uma imagem, e o segundo a dimensão de categorização em juízos e valores sociais do objeto figurado. Dessa forma, são formadas representações que constituem os saberes sociais (FERMINO, 2017, p.30).

A seguir, apresentamos reflexões com o intuito de promover um diálogo entre a Teoria das Representações Sociais com a História. Conforme João Gilberto da Silva Carvalho e Angela Arruda (2008, p. 446), estudos no âmbito das Representações Sociais podem ser enriquecidos com a dimensão histórica.

## **2.1 -Representações sociais, história e fontes de pesquisa**

A História e a Psicologia Social (a base da TRS) são áreas do conhecimento humano que não dialogam com frequência. No passado, a Psicologia era centrada no indivíduo e a História se contentava com fatos, assim o diálogo entre as áreas do conhecimento era praticamente impossível (CARVALHO; ARRUDA; 2008, p. 446).

As pesquisas em História no ramo das Representações Sociais ainda são escassas, contudo, apesar do diálogo ainda ser pouco frequente, é inexistente “a incompatibilidade entre as Representações Sociais e a História, pelo contrário, é um diálogo necessário” (CARVALHO; ARRUDA; 2008, p. 447). Há menções a temporalidade em obras de psicólogos sociais, o sentido histórico de um fenômeno ou mesmo à própria história da Psicologia. Segundo Carvalho e Arruda (2008, p. 447), para eles “não existe representação social fora da história” e considerando de uma forma narrativa, “não existe história que prescindia de representações sociais”.

As representações sociais e a História podem ser enriquecidas com a dimensão histórica, não apenas porque toda representação se refere a um tempo-espço, mas porque a própria historicidade está na base da transformação social, objeto por excelência dos trabalhos realizados pela corrente inaugurada por Moscovici e que tem recebido novas temáticas das ciências humanas ao longo dos anos (CARVALHO, ARRUDA, 2008, p. 446).

Conforme Carvalho e Arruda (2008, p. 451):

desde Dilthey<sup>9</sup> são feitas por historiadores incursões no campo da Psicologia e vice-versa. Porém, neste empreendimento por novos horizontes a utilização do conceito de representação por historiadores é central na obra de Chartier e sua História Cultural. Além de utilizar o conceito de representação, Chartier faz menções a Durkheim e a Lévy-Bruhl, autores que influenciaram Moscovici e a relação daqueles com a Escola dos Annales. A importância dos ensaios de Chartier está em exemplificar e discutir as mudanças na abordagem, como ele diz, “da história social da cultura para a história cultural da sociedade”. Isto é, os ensaios sugerem que os historiadores anteriores, pertencentes ou não à tradição dos Annales, geralmente aceitavam como estruturas objetivas, devem ser vistas como culturalmente constituídas ou construídas, “a sociedade em si mesma é uma representação coletiva” (CARVALHO, ARRUDA, 2008, p. 446).

Para o historiador Ciro Flamarion Cardoso, em seu artigo “*O uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvida na psicologia social – um recurso metodológico possível*” diferente da noção de *habitus* de Pierre Bordieu, que, para Cardoso, é elitista, as representações sociais de Moscovici integram um tipo de saber mais popular, uma metodologia de caráter mais comum. Cardoso continua discutindo que a

---

<sup>9</sup> Wilhelm Christian Ludwig Dilthey foi um filósofo hermenêutico, psicólogo, historiador, sociólogo e pedagogo alemão. Dilthey lecionou filosofia na Universidade de Berlim.

utilidade das representações sociais para a História é a elucidação de um dos elementos mais importantes que incidem nas motivações dos agentes (2012, p. 40).

Segundo Cardoso, as representações sociais no caráter histórico entram no contexto da memória e da ação dos indivíduos e grupos, sob a forma de saberes compartilhados, crenças, sistemas de pensamentos gerados em interação, socialmente. Continua o autor afirmando que a “representação social aparece como um *tertius* entre sujeito e objeto, mediatizando a relação entre eles. A representação social configura-se ao mesmo tempo como produto e como processo no contexto das interações sociais” (CARDOSO, 2012, p. 42).

Apesar da Teoria das Representações Sociais estar relacionada com as discussões da Psicologia Social, da Sociologia e da História, essa teoria criada por Moscovici é raramente utilizada nas questões remetentes ao patrimônio cultural. Contudo, apesar da TRS ser pouco utilizada nas temáticas relacionadas ao patrimônio, a dissertação de Annelizi Fermino trabalha com o patrimônio cultural de Mariana/MG utilizando as representações sociais. O título da pesquisa realizada por Fermino é: *Representações Sociais sobre o patrimônio cultural em Mariana: práticas, concepções e disputas de poder na apropriação e legitimação social dos bens culturais*.

Conforme Annelizi Fermino (2017, p. 14) a partir da heterogeneidade em um espaço social hierarquizado, ela procura identificar e entender a produção de representações sociais por diferentes grupos sobre o patrimônio cultural em Mariana/MG. Para ela, a cidade foi um ambiente interessante para o desenvolvimento da pesquisa devido a sua importância para a história de formação do estado de Minas Gerais, ao rico conjunto arquitetônico e urbanístico tombado, pela posição que ocupa no ranking de preservação do ICMS Patrimônio Cultural<sup>10</sup> e por ser uma região de constante migração devido à atividade mineradora.

Segundo Annelizi Fermino, as diferentes visões de mundo, sustentadas por cada grupo social, são formadas por meios informativos que circulam na nossa contemporaneidade e há “diferentes meios comunicativos e diferentes formas de conhecimento, como o científico, o filosófico, o religioso e o popular” (2017, p. 12).

---

<sup>10</sup> Segundo Fermino (2017, p. 14) ICMS Patrimônio Cultural é um programa estadual de incentivo à preservação do patrimônio cultural através da redistribuição de parte da receita da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Entrando neste contexto, onde grupos sociais representam seus objetos a partir do conhecimento adquirido, a Teoria das Representações Sociais contribui “para lidar com as distintas formas de representações e atribuições de valor por grupos ao mesmo objeto”. As perspectivas estão vinculadas à posição e ao contexto social de cada grupo, organizando-se e coexistindo de forma hierarquizada (FERMINO, 2017, p. 13).

Ainda segundo Fermino, as representações sociais são formas de compreensão das interações que os grupos realizam com objetos sociais, podendo ser pessoas, eventos ou conceitos utilizados no cotidiano. Entende-se que essas interações estão fundamentadas em um tipo de saber produzido (representação social) para mediar os conflitos, orientar ações e assimilar os objetos novos e informações de rotina. As representações sociais são estudos que abordam formas de pessoas pensarem em relação a procedimentos e à imagem (FERMINO, 2017, p. 13).

De acordo com Fermino (2017, p. 16), o patrimônio cultural corresponde a um bem público, o qual supõe que representa e é do interesse de toda uma comunidade, apesar desse caráter comum, sua identificação, apropriação e valorização ocorrem de forma diversificada. Em sua dissertação, Fermino buscou identificar como os sujeitos sociais representam-se ao imprimirem suas realidades nas representações por elas produzidas. As representações sociais sustentam que cada grupo organiza um saber sobre a realidade, uma construção necessária para orientar e solucionar o convívio com determinado objeto:

A partir dos agrupamentos de agentes representantes da Administração municipal, moradores, agentes de turismo e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural identificamos diferentes representações sociais sobre o patrimônio cultural. Também, ao considerar que a existência de diferentes formas de compreensão implica na distribuição numa escala de valores em que cada representação social é hierarquizada, identificou-se alguns aspectos da dinâmica de valorização dessas representações e a influência desses agrupamentos neste processo.

O objetivo geral da pesquisa de Fermino foi o de analisar a dinâmica de valorização implicada na coexistência de diferentes representações sociais a partir das relações estabelecidas por alguns segmentos da população de Mariana/MG com seu patrimônio cultural, de forma a identificar as representações sociais existentes e como estão presentes na política municipal de preservação (2017, p. 17).

Já os objetivos específicos foram:

identificar as representações sociais sobre o patrimônio cultural; verificar como diferentes grupos sociais se identificam com esses bens patrimoniais institucionalmente estabelecidos; analisar os aspectos e funcionamentos da dinâmica de valorização das representações sociais sobre o patrimônio cultural (FERMINO, 2017, p. 17, 18).

No aspecto metodológico, Fermino em sua dissertação fala que são empregados diversos meios e procedimentos para a análise das representações sociais, no caso da sua pesquisa, foram utilizadas as categorias de *condições de produção e formas de circulação, processos de elaboração e estados da representação e estatuto epistemológico*, categorias elaboradas por Denise Jodelet para identificação de representações sociais. Segundo Fermino, a utilização destas categorias viabiliza a análise “sobre as representações sociais que as compreenda como uma organização dos conteúdos mentais através de processos cognitivos que emergem nos contextos e condições em que elas são socialmente produzidas e comunicadas” (2017, p. 62)<sup>11</sup>.

Fermino, na sua coleta de dados, utilizou-se da “observação simples, da aplicação de questionário semiaberto, da realização de entrevistas semiestruturadas, da pesquisa documental e materiais que dessem suporte ao levantamento das informações para o desenvolvimento de uma investigação de maneira sistemática sobre as representações sociais” (2017, p. 65). O questionário feito por Fermino recolheu dados sobre o “envolvimento, a identificação e o interesse mais geral da população com o patrimônio cultural, enquanto que as entrevistas foram realizadas para identificar o conteúdo das representações sociais e a obtenção de informações para o posicionamento social dos entrevistados” (2017, p. 65).

Como resultados da pesquisa, Fermino observou que a existência física dos bens materiais tombados e a localidade central em que parte desses bens estão situados

faz com que consequentemente o patrimônio cultural esteja presente no cotidiano dos moradores de Mariana/MG. No entanto, a partir da variedade de formas de interações, como lazer, visitas, práticas religiosas e até estar de passagem por este espaço, foi observado a existência de relações diversificadas com o patrimônio de Mariana/MG (2017, p. 145).

A TRS ajudou a compreender que as representações sociais identificadas são produzidas pelo processo de objetivação “em que conceitos [abstratos] como

---

<sup>11</sup> Fermino (2017) utilizou também referenciais teóricos amparados em Pierre Bourdieu, que não utilizamos nesta dissertação.



tombamento, preservação e patrimônio cultural são transformados em imagens concretas associadas ao modo como sujeitos conhecem e acessam o patrimônio” (FERMINO, 2017, p. 145). Outro conceito fundamental para a autora foi o de ancoragem que corresponde ao “segundo processo de inserção nas experiências sociais do sujeito pelo qual o patrimônio se torna conhecido e inserido numa escala de valor e juízo. Basicamente, a partir desses dois processos que os sentidos, em diferentes níveis, sobre o patrimônio cultural foram produzidos” (FERMINO, 2017, p. 145). Conforme já explicado anteriormente, também esses são os conceitos principais que embasam esta pesquisa

### **CAPÍTULO 3 - O BAIRRO DO RECIFE E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: O BALUARTE PORTA DA TERRA / MUSEU A CÉU ABERTO**

O bairro histórico do Recife, o Bairro do Recife, nos anos 1990 foi objeto de uma proposta de tombamento em nível federal, tombamento realizado em dezembro de 1998 pelo IPHAN através do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, que contou com forte participação da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR). A intenção da Prefeitura e do IPHAN era a de reavivar o Bairro do Recife, que ficou esquecido por períodos, e transformá-lo em um ponto turístico promovendo o patrimônio nele existente.

Essa proposta foi um dos elementos que instigou o processo de tombamento, como também a avaliação dos valores históricos, culturais e estilísticos do Bairro do Recife (ALMEIDA, 2011, p. 41), evidenciando a intenção da Prefeitura do Recife de preservar o acervo construído do Bairro, visando valorizar a diversidade estilística e a evolução histórica do lugar. O tombamento justificou-se “pela importância do Bairro na trajetória histórico-cultural do Brasil, pela singularidade do acervo arquitetônico de estilo eclético, pelos padrões urbanos de influência francesa e pelos exemplares arquitetônicos gerados pelo capital comercial e financeiro ainda hoje em evidência” (ALMEIDA, 2011, p. 42). Este tombamento garantiu aos imóveis do Bairro do Recife a sua proteção federal, pois, de acordo com o Decreto-Lei nº 25/37, estes imóveis não podem ser mais destruídos, demolidos ou mutilados. Observando esses dados, percebemos que, mais uma vez, tanto as intervenções, quanto o tombamento abordaram o patrimônio arquitetônico e não o arqueológico.

Sobre o tombamento, o IPHAN caracterizou o Bairro do Recife como um Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico. O Bairro está registrado no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo de Belas Artes, ambos os registros foram feitos em 1998<sup>12</sup>. Dois anos depois, em 2000, o IPHAN em seu Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA)<sup>13</sup>, caracterizou o Bairro do Recife

---

<sup>12</sup> Tentamos obter o processo do tombamento do Bairro do Recife no Arquivo do IPHAN-PE, contudo, quando fomos buscar o documento a pandemia da Covid-19 começou e o IPHAN-PE fechou temporariamente. Tentamos obter esse processo remotamente, entramos em contato com o IPHAN-PE e apesar da promessa de nos enviar o processo digitalizado, até o momento da entrega da versão final desta dissertação, nada nos foi enviado.

<sup>13</sup> O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos é mantido pelo IPHAN nacional e é um banco de dados que apresenta os sítios arqueológicos brasileiros cadastrados pelo Instituto, com todo o detalhamento técnico e filiação cultural dos Sítios Arqueológicos. O Cadastro compõe um sistema: “O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA) foi criado, em 1997, por determinação da Lei nº

como um Sítio Arqueológico, atribuindo-lhe o número CNSA PE00059 e identificando-o como sítio multicomponencial, e inserido nas categorias pré-colonial, de contato e histórico.

Antes do tombamento em nível federal, e de sua inscrição no Cadastro de Sítios Arqueológicos – ocorridos em 1998 e 2000, respectivamente - a percepção do Bairro do Recife como bem cultural pôde ser observada, por exemplo, nas leis municipais sobre os patrimônios existentes no Recife: as leis ordinárias de nº 13.957/1979 e nº 16.290/1997, inclusive antes do tombamento do Recife Antigo.

Estes processos oficiais de proteção do patrimônio cultural podem ser compreendidos, no âmbito da Teoria das Representações Sociais, como uma operação de objetivação. Afinal, o tombamento e as leis patrimoniais do Recife são processos em que ideias e palavras sobre um mesmo objeto, independentemente de seu contexto de formulação original, são selecionadas e reagrupadas em novas noções e imagens. Em decorrência, formam um núcleo figurativo sobre este objeto que é naturalizado na percepção do sujeito. E a característica operacional referente à objetivação é tornar em uma imagem concreta e conhecida. A imagem se associa ao objeto.

A Lei Ordinária nº 13.957 de 1979, por exemplo, instituiu

normas gerais sobre a proteção de sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham real significado para o patrimônio cultural do Recife; disciplina a preservação desses bens, autoriza o prefeito a declarar zonas especiais de interesse dessa preservação cultural e, dá outras providências.

Nota-se que naquele período, a maior preocupação é com o conjunto arquitetônico, somente no artigo 6º coloca-se o patrimônio arqueológico dentro da Zona de Proteção, nas demais colocações desta lei há uma grande abordagem aos conjuntos arquitetônicos da cidade do Recife. Observa-se que a lei reforça a percepção do sujeito de que o que caracteriza algo de valor histórico é o patrimônio arquitetônico e, vale salientar que onze anos antes, aconteceu a primeira escavação arqueológica na cidade do Recife. Em 1968 foi escavado o Forte Arraial do Bom Jesus e, em 1961 foi criada a Lei

---

3.924, de 26 de julho de 1961. Cabe ao SGPA, estabelecer padrões nacionais no âmbito da identificação dos sítios e coleções arqueológicas, além do registro da documentação arqueológica produzida no Brasil, para subsidiar ações de gerenciamento desse patrimônio. O Sistema é composto pelo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) e Banco de Portarias de Arqueologia (BPA).” Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1697>. Acesso em: 27 nov. 2020.

nº 3.924 de 1961 que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Mesmo assim, a Lei Ordinária de 1979 nitidamente dá destaque ao patrimônio arquitetônico.

A Lei Ordinária nº 16.290 de 1997 traz o seguinte: uma aprovação de revitalização da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, dando ênfase ao Sítio Histórico do Bairro do Recife, estabelecendo uso e ocupação especial do solo, a lei cria mecanismos de planejamento e gestão e dá outras providências.

Nesta lei a percepção do sujeito é totalmente voltada para os conjuntos arquitetônicos, um exemplo disso está no artigo 2º, parágrafo 1º, que relaciona como elementos preserváveis as edificações ou ruínas, de relevante expressão estilística ou volumétrica em relação ao conjunto da ZEPH-09. O 2º parágrafo diz: “as ações destinadas à revitalização do Bairro do Recife serão sempre norteadas pelo princípio de valorização e identidade arquitetônica, histórica, cultural e paisagística da cidade, condicionando-se seu licenciamento às condições estabelecidas nesta lei”. Mais uma vez, vê-se a exclusiva importância dada ao patrimônio arquitetônico na visão da Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental da Prefeitura do Recife que elaborou a lei.

Por mais que ainda não existissem escavações arqueológicas no polígono de tombamento federal, antes houve intervenções arqueológicas no Bairro do Recife, como no Forte do Brum, mas, mesmo assim a Lei Ordinária de 1997 não citou o patrimônio arqueológico.

As primeiras escavações dentro do polígono de tombamento federal<sup>14</sup> iniciaram-se em 1999 com a Sinagoga Kahal Zur Israel. A Federação Israelita de Pernambuco se preocupava já há algum tempo com a localização do prédio onde funcionava a Sinagoga *Kahal Zur Israel* durante o período holandês em Pernambuco. Segundo Marcos Albuquerque e Velda Lucena (2003, p. 71), a Federação solicitou à coordenação do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco “a elaboração de pesquisa objetivando o estudo arqueológico do local apontado por estudos históricos e cartográficos sobre o prédio onde estaria a antiga sinagoga”. As escavações duraram de 1999 a 2000 e a Sinagoga *Kahal Zur Israel* foi localizada na Rua do Bom Jesus, antiga Rua dos Judeus.

---

<sup>14</sup> Existiram outras escavações dentro do Recife Antigo além do polígono federal, como no Forte do Brum, e na Cruz do Patrão (no Pilar).

Ainda em 2000, como já foi citado neste capítulo, o IPHAN, sob autoria do arqueólogo Paulo Tadeu de Souza Albuquerque, cadastrou o Bairro do Recife como Sítio Arqueológico. O registro no CNSA descreve o lugar como o “núcleo primário da formação urbana do Recife, ocupada em 1534. Ocupado pelos holandeses entre 1630 e 1654”. O cadastro diz que o bairro é o maior conjunto urbano do Recife com sistema viário, quadras, lotes, praças, arquitetura civil residencial e comercial. Também é considerado como um sítio a céu aberto com presença de artefatos arqueológicos como faiança, porcelana, vidro, madeira, material malacológico e ferrosos, assim como a presença de vestígios de ossos humanos e restos alimentares. Mesmo sendo tratado como um sítio arqueológico, o patrimônio arquitetônico também é associado, coisa que não acontece na Lei Ordinária de 1997 e só há uma menção na Lei Ordinária de 1979.

Outra escavação que ocorreu no início dos anos 2000 no Bairro do Recife foi a do Baluarte Porta da Terra, próximo à Praça do Arsenal da Marinha, também realizada por Marcos Albuquerque, que é o centro das discussões desta pesquisa e mais à frente será abordado.

Outra relevante intervenção arqueológica aconteceu na Caixa Cultural (antiga Bolsa de Valores de Pernambuco e Paraíba). A Caixa Econômica comprou o prédio da antiga Bolsa nos fins da década de 1990 e sua restauração precisou dos serviços arqueológicos. Nas escavações foram encontradas ruínas de antigos sobrados neerlandeses, cachimbos, ossos e porcelanato (SILVA; OLIVERA, 2015, p. 13-14).

Também nos em meados dos anos 2000, ocorreu a escavação arqueológica na Avenida Cais da Alfândega, com escavações lideradas por Marcos Albuquerque e Veleida Lucena, presentes nas obras previstas na Av. Cais da Alfândega com o acompanhamento arqueológico (2017, p. 5).

Essas escavações arqueológicas no Bairro do Recife foram custeadas pelo Programa Monumenta. Este programa de cunho federal era gerido pelo Ministério da Cultura (hoje extinto) e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e consistia na reforma (ou restauro) e resgate do patrimônio cultural urbano em todo o Brasil. Criado em 1998 e encerrado em 2010, o programa atendeu 26 cidades.

Com todas essas informações, pode-se discutir a importância do patrimônio histórico, arqueológico e cultural do Recife Antigo. Por mais que o bairro seja bastante frequentado por trabalhadores do Porto Digital, por estudantes da Escola de Referência

em Ensino Médio Porto Digital, donos e funcionários dos restaurantes e bares presentes no bairro, ambulantes, jornalheiros e, logicamente, por turistas, dois grupos entram em destaque nas discussões patrimoniais sobre o Bairro do Recife: os arqueólogos e os arquitetos. Ambos os grupos profissionais protagonizaram diversos processos de objetivação e ancoragem do patrimônio cultural do Bairro do Recife, realizando intervenções nos bens culturais, e sua respectiva divulgação e circulação na esfera pública, tornando o Bairro conhecido pela sociedade como patrimônio cultural.

Neste contexto, as obras de escavação e musealização do Baluarte Porta de Terra podem ser compreendidas como um processo de ancoragem, visto que insere um elemento ou imagem simbólica no Bairro do Recife, que pode caracterizar valores de juízos e tornar elementos operacionais, integrando em argumentos e permitindo a construção dos discursos de indivíduos e grupos sociais - no caso desta pesquisa, discursos de arqueólogos e arquitetos, conforme analisamos a seguir.

### **3.1. O Baluarte Porta da Terra/Museu a Céu Aberto: entre arqueólogos e arquitetos**

Neste item os documentos (listados no Apêndice 1) vão apresentar os indícios das relações entre arqueólogos e arquitetos, a interpretação do Baluarte Porta da Terra e sua importância dentro do contexto das obras de urbanização do Bairro do Recife, como também, a aplicação da Teoria das Representações Sociais.

A partir da escavação do Baluarte Porta da Terra, houve diversas discussões e planejamentos sobre se, e como, este seria exposto. A documentação encontrada no IPHAN ajudou a entender como arqueólogos e arquitetos planejaram a construção do que veio a ser denominado de Museu a Céu Aberto e como cada grupo se posicionou.

As atividades arqueológicas se iniciaram em 2001, com o projeto de acompanhamento das obras no Bairro do Recife referentes ao Projeto Tecnologia e Luz no Recife Antigo<sup>15</sup>, que foi realizado com o apoio da Fundação Roberto Marinho e articulou um conjunto de parcerias com base em um Convênio de Participação Técnica e Financeira, firmado entre o Governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura do Recife e

---

<sup>15</sup> De acordo com Almeida (2011, p. 61): “O projeto tinha a intenção de suprir o Bairro da infraestrutura necessária para abrigar a explosão de iniciativas e investimentos em diversas áreas – dentre as quais a tecnologia de ponta com o desenvolvimento do Porto Digital – e integrar a implantação e desenvolvimento da tecnologia com a valorização do patrimônio cultural. Como resultado, além da infraestrutura tecnológica e elétrica, foram musealizados os vestígios arqueológicos encontrados no decorrer do acompanhamento realizado nas obras de melhoria da iluminação pública. Os achados estão expostos no ‘Museu a Céu Aberto’, entre as ruas Alfredo Lisboa e Barão Rodrigues Mendes”.

Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS, CHESF, CELPE). O projeto envolveu a implantação de uma rede subterrânea de energia elétrica e iluminação pública e dutos para fibra ótica que atenderia o Porto Digital, na área do chamado Polo Bom Jesus (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001, p. 2). Este trabalho foi realizado pelos arqueólogos Marcos Albuquerque e Velda Lucena, que apresentaram os resultados ao IPHAN em relatório datado de 2001. Vale salientar que Marcos Albuquerque é professor da Universidade Federal de Pernambuco, contudo, nesses serviços ele não estava representando a Universidade e sim sua empresa, a Brasil Arqueológico.

Segundo Marcos Albuquerque e Velda Lucena (2001, p. 02), o Projeto de Acompanhamento Arqueológico das Obras do Projeto Luz no Recife Antigo assumiu um caráter bem mais amplo que o simples cumprimento de uma determinação legal da Procuradoria da República em Pernambuco, mais do que um trabalho de pesquisa científica. A cobertura dada pela imprensa escrita, falada e televisionada contribuiu para despertar o interesse da população pelo trabalho, resultando em uma intensa visitação pública, não apenas de eventuais transeuntes, mas de pessoas que efetivamente se deslocaram especificamente para visitar o trabalho. Assim, o que de início se constituía em uma obra para implantação de uma melhor infraestrutura na cidade, que incluía a disponibilização de novas tecnologias, assumiu também o caráter de uma obra de resgate cultural para o Recife. Uma grande massa de informações relativas ao acervo cultural da cidade foi revelada através deste trabalho. Por outro lado, segundo ambos, o mapeamento, a documentação das estruturas de antigas edificações postas a descoberto com a abertura das valas, constitui-se em um importante documento para o estudo da evolução urbana do Recife.

Imagem 4 – Obras de escavação do Baluarte Porta da Terra em 2001



Ilustração 13 - Escavação arqueológica na área do antigo baluarte do mar, durante o acompanhamento das obras de embutimento dos dutos para a rede elétrica do bairro.

FONTE: ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001

O relatório produzido por Albuquerque e Lucena apresentava uma síntese dos relatórios parciais enviados durante a execução da pesquisa e que serviram para avaliar as ações a serem aplicadas em cada caso em que estruturas antigas seriam atingidas pelas obras de engenharia. De acordo com o disposto no Projeto, cada rua foi tratada como um sítio arqueológico, e se buscou identificar cada estrutura antiga localizada, em termos de sua cronologia e contexto (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001, p. 4)

Ainda segundo Albuquerque e Lucena (2001, p. 4), no relatório ambos apresentam uma riqueza histórica sobre o baluarte, informam que antes da implantação das quadras que constituíam a Rua dos Judeus (atual Rua do Bom Jesus), no século XVII foram ali construídos dois baluartes. Na cortina entre eles se abria a porta Norte da cidade, também chamada a ‘Porta da terra’. Por ela transitavam as mercadorias desembarcadas no Recife, com destino a Olinda, inclusive por esta porta se fazia todo o trânsito entre o Recife e Olinda, conforme pode ser visto na imagem 5, a seguir.



Imagem 5 – Bairro do Recife em 1637



FONTE: ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001.

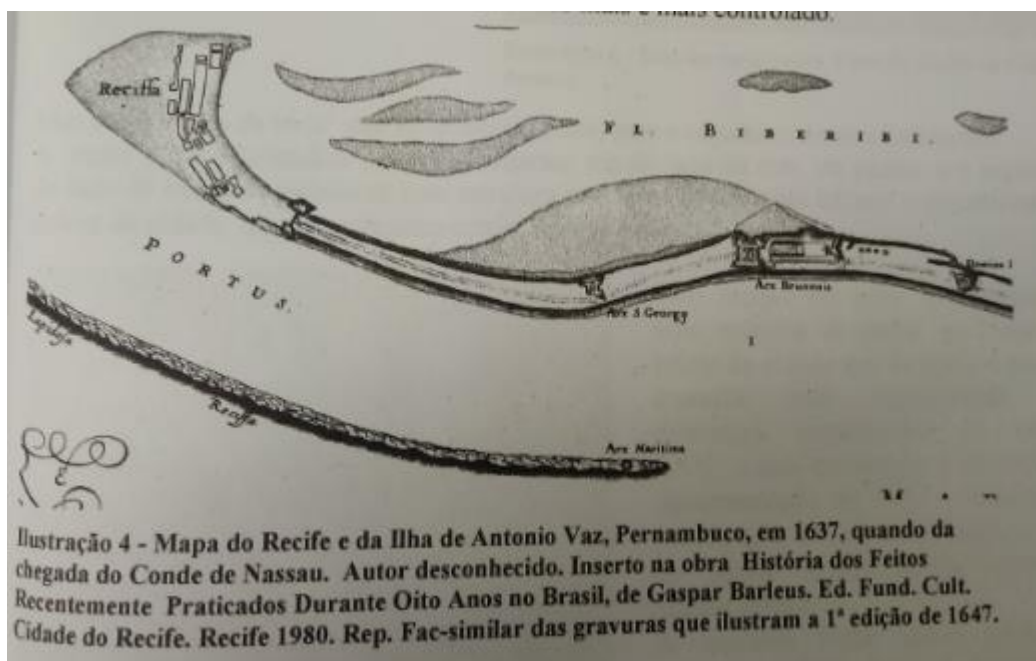
De certa maneira, a ‘porta da terra’ serviu como limitador da expansão da cidade. Mesmo que algumas construções se fizessem fora das portas, como alojamento de marinheiros, ao longo dos séculos XVII e XVIII, o crescimento no sentido Oeste foi significativo. Enquanto os aterros na margem do rio ampliavam de forma gradativa a área ocupada pelas casas, pelo comércio, a antiga defesa parece ter restado praticamente intocada (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001, p. 5).

De acordo com Albuquerque e Lucena (2001, p. 5), desde o século XVI

já se formara uma estrada que vindo de Olinda atravessava o istmo rumo ao porto. Quando nos primeiros anos da ocupação holandesa, o Recife começava a se expandir, o trânsito por esta estrada foi sendo cada vez mais controlado. O istmo se estendia por trás dos arrecifes que protegiam o porto dos ventos, das ondas e, neste mesmo istmo, foram sendo instaladas obras de defesa, como o Forte de São Jorge (este construído por luso-brasileiros), o Forte do Brum, além de vários outros fortins e baterias que tiveram pouca duração.

Esta estrada pode ser identificada em diversos documentos iconográficos coloniais, como, por exemplo, nesta representação datada de 1637:

Imagem 6 – Bairro do Recife e sistema defensivo em 1637



FONTE: ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001.

Esta ‘porta da terra’ que se fechava à noite, para a segurança de seus habitantes, estava defendida por dois baluartes: um do lado do mar, em pedras, e o segundo, ao lado do rio, provavelmente uma estrutura em terra. Albuquerque e Lucena explicam que o

conjunto integrava um sistema de defesa da cidade, que se pretendeu cercar inteiramente. A muralha foi construída em parte de pedra, ao longo do limite da cidade que ficara diante o mar. A muralha está representada em diferentes iconografias do século XVII, e sua construção é referida na documentação da WIC16. Assim como a iconografia e a documentação textual do século XVIII fazem referência àquela defesa. A muralha tinha início junto ao Baluarte do Bom Jesus, que ladeava a ‘porta de terra’, e parte dela foi localizada ao longo da Av. Alfredo Lisboa (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001, p. 6).

Com a expulsão dos holandeses, no local do arco que configurava a ‘porta da terra’, a confraria do Senhor Bom Jesus obteve a autorização para construir “a capela Bom Jesus, que ocupava praticamente toda a largura da antiga Rua dos Judeus. Além

<sup>16</sup> Companhia das Índias Ocidentais.

disso, a rua teve seu nome alterado, passara então a se chamar Rua do Bom Jesus” (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001, p. 7).

Conforme dizem Albuquerque e Lucena no relatório (2001, p. 9), ‘fora de portas’ continuava a ser uma área sem grande prestígio socioeconômico e “com o crescimento da cidade naquele sentido, a antiga porta praticamente perdeu sua função, mas manteve por longo tempo seu referencial social”.

No início do século XIX, o bairro praticamente possuía já grandes aterros, unificando as áreas antes conhecidas como “fora” e “dentro” de portas, e o adensamento urbano das quadras da área ‘fora de portas’ aproximou-se cada vez mais dos baluartes: o “baluarte do rio fora desconsiderado e sua área ocupada por novas quadras. O mar avançara sobre parte do terreno, mas o antigo baluarte do lado do mar preservara as quadras mais antigas ‘dentro de portas’” (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001, p. 9).

Mesmo incorporada à cidade, a antiga área ‘fora de portas’ conservara de certa forma o ‘status’ de ‘periferia’. Na primeira metade do século XIX (em 1849) a municipalidade do Recife estabeleceu como um dos locais para enterrar os animais mortos: areal do Brum, e ainda local para instalarem-se açougues: “na rua da Guia e Fora de Portas, a partir da primeira travessa à direita até o Pilar” (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001, p. 9).

Em 1843, foi definido pelo Presidente da Província como um dos locais para o despejo dos ‘tigres’<sup>17</sup> a rua do Arsenal de Marinha, nos fundos do Beco Largo, bem próximo ao trecho da atual Rua Barão Rodrigues Mendes, então na face voltada para o rio, posteriormente, em 1850,

o Arco do Bom Jesus, com sua capela, foi demolido pelo governo provincial, ali foi construído o edifício em que residiram os inspetores do Arsenal de Marinha, posteriormente extinto. O local foi depois ocupado pelo Correio Geral. O prédio onde funcionou o Correio Geral foi em parte construído sobre o antigo Baluarte do Bom Jesus (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001, p. 10).

Durante o tempo em que ali funcionou o Correio Geral, a muralha continuava exposta, servindo de contenção para as águas do mar (ver imagem 7 abaixo). Naquela época a cidade já iniciava a avançar também sobre o mar, com “a construção de um cais

---

<sup>17</sup> Possivelmente referente ao termo usado aos escravos que levavam rejeitos humanos em baldes e, devido a isso, sujavam seus corpos parecendo listras de um tigre.

garantira a implantação de uma nova quadra a leste da quadra da Rua do Bom Jesus, formando a Rua do Vinho, posteriormente demolida” (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001, p. 11).

Imagem 7 – Vista do baluarte ainda exposto, junto ao prédio do Correio Geral



FONTE: ALBUQUERQUE e LUCENA, 2001.

Segundo Albuquerque e Lucena (2001, p. 12), “o prédio na qual funcionou o Correio Geral, com suas paredes revestidas de azulejos policromados, foi demolido quando se implantou um novo cais para o porto”. Seus destroços foram utilizados para aterrar o espaço entre o antigo baluarte e o novo cais e foram ainda identificados durante as escavações arqueológicas, conforme pode ser visto na imagem 8, a seguir.

Imagem 8 – Bloco da parede do prédio do antigo Correio Central

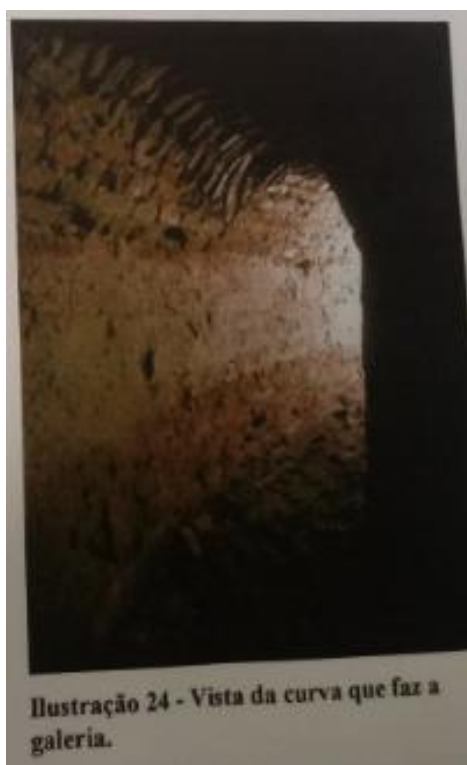


FONTE: ALBUQUERQUE e LUCENA, 2001.

Porém, o crescimento da cidade para o lado do rio também deixou suas marcas onde hoje corre a Rua Barão Rodrigues Mendes. Certamente muito mais estruturas e informações do que “aquelas que puderam ser resgatadas através das valas abertas pelo projeto Luz no Recife Antigo restaram sob as camadas de revestimento da rua” (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001, p. 14,15).

No acompanhamento arqueológico foi localizada uma estrutura de interesse específico para preservação correndo aproximadamente em paralelo à Rua Barão Rodrigues Mendes. Trata-se de uma galeria de águas pluviais (ver imagens 9 e 10, a seguir), construída no século XIX. Efetivamente ela foi localizada na Av. Alfredo Lisboa, mas muito próximo ao conjunto do baluarte. Sua construção certamente danificou em parte a estrutura do baluarte, mas em um ponto não atingido pelo Projeto Luz no Recife Antigo. A entrada da galeria foi aterrada, de tal forma que o conjunto permanece disponível para uso futuro como atração turística (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001, p. 17).

Imagens 9 e 10 – Galerias de águas pluviais evidenciadas no Bairro do Recife



FONTE: ALBUQUERQUE; LUCENA, 2001.

Iniciando a descrição do acompanhamento arqueológico, Albuquerque e Lucena (2001, p. 13) relatam que a descoberta das antigas ruínas durante os trabalhos da Arqueologia nas obras de embutimento da rede elétrica do bairro conduziu à ampliação da escavação no trecho. Depois, o projeto da rede elétrica foi alterado, desviando os dutos de seu traçado para não atingir o velho baluarte.

Conforme diz no relatório, por determinação conjunta da Prefeitura da Cidade do Recife e do IPHAN-PE, a área foi mantida aberta para implantação de uma ‘janela’ que permitisse visibilidade ao antigo monumento. Esta decisão foi baseada tanto no entender de políticos e técnicos, tendo ainda amparo no reclamo popular, que acompanhou de perto a escavação.

Depois de analisar o relatório de Marcos Albuquerque e Velda Lucena nas intervenções arqueológicas da Rua Barão Rodrigues Mendes, onde se localiza o baluarte, a partir das Representações Sociais percebe-se a utilização da objetivação no contexto em que se produz uma imagem concreta e conhecida do baluarte a partir do momento que se utiliza arcabouço histórico para explicar o baluarte existente, se constrói uma imagem do achado arqueológico evidenciando sua importância na história do bairro. Como também

a ancoragem é vista nas descrições do acompanhamento arqueológico, pois os arqueólogos utilizam suas experiências sociais para inserir elementos no objeto, como, por exemplo, utilizar o vestígio arqueológico para atrair o público recifense e turistas.

Esta estratégia parece ter sido compartilhada com os arquitetos, pois em ofício datado de 04 de novembro de 2003 e direcionado para o então superintendente regional do IPHAN, Frederico Almeida, a arquiteta Manuelita Brito (representando a Empresa de Urbanização do Recife (URB), a Diretoria de Programas Especiais (DPE) e o Escritório de Revitalização do Bairro do Recife (ERBR)) encaminhou uma proposta ao IPHAN sobre a urbanização das muralhas da cidade, situadas na Rua Barão Rodrigues Mendes, no trecho entre a Rua do Bom Jesus e a Av. Alfredo Lisboa. Manuelita Brito pede neste Ofício a análise da proposta de urbanização e orientações para os técnicos da Prefeitura sobre o acompanhamento arqueológico das obras de urbanização e desvio das redes, bem como sobre os procedimentos necessários à limpeza e manutenção da muralha. Observa-se que a arquiteta considerava importante os técnicos da Prefeitura conhecerem o acompanhamento arqueológico que aconteceu no Baluarte.

Em documento interno do IPHAN, datado de 18 de dezembro de 2003, e produzido pela arquiteta Daniela de Siqueira Periquito para a Chefe de Divisão Técnica do mesmo órgão, apresenta-se a análise da proposta de urbanização das muralhas da cidade, localizada na rua Barão Rodrigues Mendes, próxima à Rua do Bom Jesus. O referido projeto fora apresentado pela Diretoria de Projetos Especiais da Prefeitura da Cidade do Recife, a partir do escritório de Revitalização do Bairro do Recife, que encaminhou a proposta de urbanização das Muralhas da Cidade.

Na análise produzida pela arquiteta Daniela Periquito, foi citado o acompanhamento arqueológico realizado devido às obras de urbanização e do desvio das redes de esgoto, telefonia e drenagem do bairro que cortavam transversalmente a escavação arqueológica. Ela diz também neste ofício que a proposta quer dar visibilidade a um provável trecho do baluarte do Antigo Forte do Bom Jesus, o qual foi alvo de discussão pelo grupo de trabalho formado pelo IPHAN, Fundarpe<sup>18</sup> e a Prefeitura da Cidade do Recife em 12 de novembro de 2003. A arquiteta Daniela ainda continua no documento falando sobre a efetivação do referido projeto como uma “janela do tempo”,

---

<sup>18</sup> A Fundarpe é a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, órgão estadual responsável pela preservação do patrimônio cultural de Pernambuco.

que isto trataria somente parte de um todo que, talvez, seja difícil compreensão para a população leiga caso não seja vinculado a um projeto maior. Ela defendia que se fazia necessária uma conexão da Arqueologia urbana com o Bairro do Recife.

Além disso, no documento há uma citação de um projeto elaborado em 2000 denominado: Programa de Arqueologia Urbana para o Bairro do Recife (Protocolo nº 737 de 19 de setembro de 2000), de autoria de Myrian Caseta, Paulo Tadeu de Souza Albuquerque, Ulysses Pernambucano e Virgínia Pernambucano de Melo<sup>19</sup>, no qual estes estudos, segundo a documentação, teriam sido iniciados. O projeto foi remetido ao DEPROT<sup>20</sup> para análise a partir do Memo nº 406/2000 e, até aquela ocasião, não obteve resposta. O resgate deste projeto, segundo a arquiteta Daniela, viabilizaria o significado dos achados. Ela também diz que algumas questões não ficaram claras em relação à área de escavação: a prancha P 01/07, onde o trecho encontrado do baluarte na planta de situação e locação não coincide com seu desenho e localização na planta P 02/07. Daniela Periquito pede que se faça um memorial descritivo com o breve histórico de como se chegou ao desenho do forte indicado na prancha P 01/07.

Ainda no Ofício nº 46/DSP/2003/5ºSR/IPHAN, de 18 de dezembro de 2003, a arquiteta Daniela Periquito solicitou uma posição acerca de alguns itens de ordem cronológica:

1 – Proteção da muralha; 2 – Procedimentos de limpeza e manutenção; 3 – Sugestões de materiais para revestimento do talude do fosso, especificações e detalhamento; 4 – Para serviços de transferência das redes de infraestrutura, deverá ser estudada uma forma de resguardar outros trechos encobertos da muralha para que não haja novas perfurações.

Daniela Periquito sugeriu no documento que essas questões fossem submetidas à Coordenação de Arqueologia do IPHAN<sup>21</sup> ou a um especialista no tratamento dos achados arqueológicos em sítios urbanos. E, por fim, quanto à proposta arquitetônica, ela diz que deveria ser apreciada quando da definição do tratamento dos achados, pois, certamente, iria necessitar de complementação do projeto apresentado.

Observa-se neste documento interno do IPHAN, representado pela arquiteta Daniela de Siqueira Periquito, que há uma interferência de uma profissional da arquitetura

---

<sup>19</sup> Todos esses arqueólogos.

<sup>20</sup> Departamento de Proteção do IPHAN sede, fora do âmbito administrativo da Superintendência Regional de Pernambuco.

<sup>21</sup> Localizado no IPHAN sede, fora do âmbito administrativo da Superintendência Regional de Pernambuco.



na solicitação do acompanhamento arqueológico nas obras de urbanização e de desvio das redes de esgoto, telefonia e drenagem que aconteceram no Bairro em questão. Inclusive a arquiteta enfatiza a intenção de conectar a Arqueologia Urbana com o Bairro do Recife. Apesar de não ser arqueóloga, Daniela Periquito faz uma proposta de urbanização usando os objetos arqueológicos, no caso o Baluarte, e propõe uma janela do tempo para este artefato, ela utiliza símbolos arqueológicos para legitimar sua proposta. Ou seja, observa-se que a arquiteta utilizou elementos arqueológicos para apoiar sua proposta de urbanização em processo de aprovação pelo IPHAN. Quando ela utiliza símbolos arqueológicos para legitimar sua ideia, ela usa a ancoragem, afinal usa elementos simbólicos que remetem à arqueologia para justificar sua visão.

Outro documento referente ao Baluarte Porta da Terra é o Ofício da Empresa de Urbanização do Recife (URB), Ofício DPE (Departamento de Projetos Especiais) n° 073 de 21 de novembro de 2003, feito pela arquiteta e diretora da URB na ocasião Nancy Nery, para o IPHAN. O Ofício relata que a Prefeitura do Recife junto ao DPE/URB estava elaborando projetos necessários para que a escavação aberta, em caráter provisório no Bairro do Recife, na rua Barão Rodrigues Mendes, recebesse o tratamento definitivo. Segundo o documento, o projeto de arquitetura tinha sido entregue ao IPHAN. No caso, a abertura da execução do Programa Luz e Tecnologia no Recife Antigo, deixa à mostra um trecho do baluarte em pedra identificado como resultante do período holandês. Com a execução do projeto, seria oferecido ao cidadão recifense e ao visitante o encontro com um monumento da história da cidade em ambiente seguro e agradável.

Continuando no Ofício da URB, a arquiteta Nancy Nery considera imprescindível efetivar a intenção da Prefeitura, que ela representava, de dar uma solução definitiva a que se configurava como “um transtorno no trecho das intervenções do baluarte”. Ela solicita, com base na recomendação do Ministério Público do dia 20 de setembro de 2000<sup>22</sup>, que o IPHAN oriente a Prefeitura no que diz respeito à necessidade de acompanhamento arqueológico durante à execução da obra, e ainda no que diz respeito à manutenção do monumento. Nancy Nery ainda relata algumas intervenções no caráter de responsabilidade da Compesa e da extinta empresa Telemar.

---

<sup>22</sup> De acordo com Silva (2003, p. 3) em 20 de setembro de 2000 foi expedida uma Recomendação da Procuradoria da República em Pernambuco e do Ministério Público Federal que determinava que “todas as obras realizadas no Recife Antigo, onde haja atividade de escavação, deverão prever um projeto e o acompanhamento arqueológico em todas as suas etapas de campo”.

Neste Ofício da URB, pode-se ver mais uma vez a influência da arquiteta dentro de um projeto que envolve uma intervenção arqueológica, inclusive, Nery fala de um acompanhamento arqueológico durante a execução da obra e pede orientação do IPHAN sobre isso. A arquiteta reconhece a importância de um trabalho arqueológico nas obras executadas no Bairro do Recife, afinal, ela pede ajuda ao IPHAN sobre este assunto, além disso, mostra a importância do Baluarte para a história da cidade, acreditando que ele poderia atrair recifenses e turistas. Mais uma vez observamos o uso da ancoragem: além de usar os elementos arqueológicos, insere questões sobre como o baluarte poderia atrair o turismo.

Outro documento em que um arquiteto retrata o Baluarte Porte da Terra é uma informação técnica (Informação 04/04 FT) gerada pelo próprio IPHAN, em 30 de março de 2004, produzida pela arquiteta e chefe da divisão técnica do IPHAN, Franciza Toledo e dirigida ao Superintendente do IPHAN na ocasião. Toledo sugere que o município, no caso do Recife, dispõe de recursos para agilizar os trabalhos e proteção das ruínas encontradas, e ela recomenda a contratação do arqueólogo que deu início aos trabalhos de prospecção arqueológica na área, por ocasião do projeto Luz e Tecnologia no Bairro do Recife<sup>23</sup>, uma vez que este tinha sido quem gerou toda a documentação pertinente e necessária ao acompanhamento e orientação técnica às empresas executoras dos desvios.

Franciza Toledo fala que o projeto arquitetônico e de urbanização ‘Murallas da Cidade’ da URB é adequado, mas que seria preciso, antes de tudo, que a EMLURB apresentasse laudo técnico sobre a drenagem do local, e o arqueológico, laudo sobre as condições físicas das ruínas, que, segundo Toledo, na época necessitariam de consolidação, limpeza e contenção do solo ao seu redor, além de informações sobre como elas deveriam ser mantidas.

Neste documento interno do IPHAN, feito pela arquiteta Franciza Toledo, nota-se que ela recomenda a Prefeitura buscar um arqueólogo caso ela disponha recursos para a continuação dos trabalhos no baluarte e, apesar de grande interferência dos arqueólogos nos serviços de acompanhamento do baluarte, o projeto aparece como um “produto arquitetônico e urbanístico”, como consta no documento.

Um importante documento para seguir os trabalhos no baluarte foi o formulário de pedido de permissão e autorização para trabalhos de Arqueologia. O formulário é

---

<sup>23</sup> Tratava-se do arqueólogo Marcos Albuquerque, da empresa Brasil Arqueologia.

datado de 28 de maio de 2004 e foi solicitado pela arqueóloga Anne-Marie Pessis. Este documento tem as informações da coordenadora responsável, no caso a própria Anne-Marie Pessis, das delimitações das áreas abrangidas pelo projeto a partir de coordenadas, plantas confiáveis, etc. No formulário, há também as definições dos objetivos do acompanhamento arqueológico nas obras da Telemar e da URB/EMLURB, assim como de ter um tratamento museológico da área. Além disso, tem a conceituação do projeto, que era de fiscalizar a obra de desvio dos tubos de infraestrutura urbana, para que não comprometessem a integridade de achados arqueológicos já descobertos e os que ainda viessem a ser identificados, como, também, dar visibilidade aos vestígios arqueológicos evidenciados em escavação anterior.

Outro ponto deste formulário que se destaca é a metodologia que foi usada pela equipe, como o levantamento da documentação histórica que faz referência à evolução urbanística do espaço estudado; acompanhamento das obras Telemar/Compesa/EMLURB; análise do material; interpretação dos achados e sua contextualização na história urbana do Bairro do Recife. Também descreve a sequência das operações a serem utilizadas no sítio como: “a limpeza da área já escavada para evidenciar a estratigrafia urbanística; acompanhamento arqueológico às obras de reposição dos dutos; adequação da área ao projeto de arquitetura museológica”. Foi mencionado ainda no formulário:

a proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais, preparação do material para exposição no laboratório do PPARq (Programa de Pós Graduação em Arqueologia) e exposição permanente no museu a ser criado na área e inserção dos materiais nos modelos de análise existentes sobre o registro arqueológico.

Observamos a referência ao envolvimento de uma nova área do conhecimento, a Museologia, contudo, em nenhum momento há referências à contratação de profissional com esta formação.

Um ofício de 01 de junho de 2004, do Departamento de Projetos Especiais (DPE nº 072), de autoria da arquiteta Nancy Nery e dirigida à arqueóloga Anne-Marie Pessis, fala sobre o cumprimento das exigências do IPHAN para a autorização do início dos trabalhos de arqueologia pela UFPE/PPARq no achado arqueológico localizado na Rua Barão de Rodrigues Mendes, ou seja, o baluarte, trabalhos estes que estavam previstos no Convênio nº 17/2004, celebrado entre a URB Recife e a UFPE. A celebração de um

convênio com a UFPE indica que não fora contratado o arqueólogo inicialmente responsável pelas escavações, Marcos Albuquerque. É provável que a execução dos trabalhos através de convênio fosse uma alternativa mais viável do ponto de vista econômico.

Neste Ofício, Nancy Nery ressalta que a referida proposta de projeto foi submetida à avaliação da 5ª Regional do IPHAN em Pernambuco, sem resposta, e, também, foi submetida à Direção de Preservação Cultural da Fundarpe, que respondeu através do ofício DPC nº 002/2004 de 09 de janeiro de 2004.

E, por fim, a arquiteta finaliza o Ofício informando que a proposta deverá sofrer ajustes em decorrência não só da avaliação feita pela Fundarpe, e oportuna avaliação do IPHAN, mas também, do resultado dos trabalhos que a UFPE ainda iria realizar. Essa primeira proposta, como diz neste Ofício, não deve ser considerada como projeto executivo final, e sim como estudo para auxiliar na futura elaboração de projeto de arquitetura museológica para o achado, a ser, oportunamente, levado à apreciação do IPHAN e Fundarpe.

Analisando este Ofício, a arquiteta Nancy Nery fala da autorização dos trabalhos arqueológicos e de uma futura elaboração de um projeto de arquitetura museológica para o baluarte, apesar de ser um achado arqueológico, mas no projeto só há referências da Arquitetura e Museologia.

No Diário Oficial da União, nº 119 de quarta-feira, 23 de junho de 2004, há a Portaria do IPHAN nº 143, de 22 de junho de 2004 que autoriza a UFPE a realizar as atividades do programa de infraestrutura localizadas no Bairro do Recife, trecho da Rua Barão Rodrigues Mendes entre a rua Bom Jesus e a Avenida Alfredo Lisboa, no Estado de Pernambuco. Também há o reconhecimento das arqueólogas designadas coordenadoras dos trabalhos como fiéis depositárias, durante a realização das etapas de campo, do material arqueológico recolhido ou de estudo que lhes tenha sido confiado. A Portaria determina ainda à 5ª Superintendência Regional do IPHAN, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e valorização dos remanescentes. Condiciona a eficácia da presente autorização à apresentação, por parte das arqueólogas coordenadoras, de relatório final ao término do prazo fixado nesta Portaria, contendo todas as informações previstas no artigo 12 da Portaria SPHAN nº 7, de 01 de dezembro de 1988. Por fim, a Portaria fixa o prazo de

validade da presente autorização em 6 (seis) meses, observada a disposição do item anterior. Nota-se que esta Portaria envolve exclusivamente a Arqueologia.

O relatório da reunião de 05 de agosto de 2004 sobre o projeto de preservação e visibilidade do achado arqueológico da Rua Barão Rodrigues Mendes, o baluarte, teve a presença de membros do Departamento de Preservação de Sítios Históricos (DPSH) da URB – Murilo Oliveira; M. Alice Siqueira e Aurelina Moura, dos arquitetos do Departamento de Projetos Especiais (DPE/URB) – Mauro Normando; Nancy Nery; Manuela Matos e Elza Maria, das arqueólogas da UFPE – Elizabeth Medeiros e Anne-Marrie Pessis, do arquiteto da Fundarpe/UFPE – Paulo Souto Maior, das arquitetas da ERBR/DPE Rosa Campelo e Manuelita Brito e, por fim, das arquitetas Franciza Toledo e Carmen Muraro, ambas do IPHAN.

Esta reunião se iniciou com a afirmação, feita pela URB, de que já era consenso entre as instituições presentes que os achados, resultados das escavações em andamento, deveriam permanecer expostos, assim como privilegiar os achados das ruínas das muralhas classificadas pelos arqueólogos como sendo do período holandês, e já se utilizava a denominação “Museu a Céu Aberto” para este empreendimento.

A apreciação das arqueólogas da UFPE reforçou a ideia de a muralha ser do período holandês e relatou que o município vinha desenvolvendo esforços no sentido de transformar o Recife em Patrimônio da Humanidade, por meio da inscrição na lista da Unesco. Além disso, as representantes da UFPE falaram que há outros dois períodos encontrados (argamassa e sistemas construtivos diferenciados) cujos indícios ainda não permitiam identificação no tempo, na tipologia e na função dos elementos. Houve alguns consensos entre todos os participantes desta reunião, nas questões abaixo:

- As ruínas de edificações pertencentes claramente a outros períodos deveriam ser encobertas novamente, atendendo às especificações e documentação adequadas, para que houvesse melhor leitura do local. Privilegiar o período holandês teria a finalidade de proporcionar uma maior unidade e conseqüentemente maior facilidade de compreensão tanto pela população local como pelos turistas;
- Ficou recomendado que, apesar de eventuais perdas espaciais para as muralhas, a remoção de material encontrado, relativo à outra fase da evolução da área, só será executada, sendo decidida caso a caso, em obra

e com participação de todo o grupo técnico. Esta decisão, por princípio deveria ser evitada ao máximo;

- A solução adotada deveria permitir fácil compreensão pelos visitantes;
- A manutenção constante e permanente deveria estar prevista em todas as negociações para visibilizar o projeto a ser aprovado e garantir a qualidade do monumento;
- Deveria ser considerada, a partir das primeiras negociações, a necessidade de projeto associado que visasse à educação patrimonial.

Os membros da UFPE e do DPE presentes na reunião concordaram em encaminhar um relatório final, já acompanhado de documentação histórica e fotográfica, que subsidiaria o novo projeto arquitetônico para o local, a ser elaborado pela URB, sob coordenação de Elza Maria. E, depois, em quinze dias, após a entrega do relatório, deveria ser apresentado para análise do grupo de trabalho presente na reunião, um estudo preliminar das soluções arquitetônicas pretendidas para o local.

O representante da Fundarpe, Paulo Souto Maior, segundo o relatório desta reunião, leu as recomendações formuladas como produto de análise da primeira proposta arquitetônica apresentada, que fora, àquela altura, totalmente substituídas. Apesar disto, as recomendações foram consideradas por Souto Maior pertinentes, no que forem aplicáveis aos novos estudos. Este defendeu a possibilidade de execução de piso rampado com patamares, a partir do encontro da Rua Barão Rodrigues Mendes com a Praça do Arsenal, na qual foi liberada pela Prefeitura para o desenvolvimento do projeto, onde seriam executados nichos nas paredes laterais, fechados por vidros de segurança, para exposição dos artefatos encontrados durante as escavações. Também Souto Maior falou da possibilidade de ser aplicada uma cobertura leve sobre as escavações, cuidados com manutenção, drenagem, iluminação especial e coleta de lixo. Por fim, recomendou que não fossem aterradas e/ou ajardinadas qualquer das faces da muralha que estivessem em condições de ser visualizada dentro do perímetro a ser definido.

O DPE sugeriu a opção de se criar processo de adoção para este local, experiência já em prática para diversas praças públicas de Recife e, o IPHAN relatou sobre a importância de execução de projeto de sinalização. Ainda a UFPE junto ao DPE recomenda que deverão ser realizados encontros técnicos para decisões adequadas ao fechamento dos achados que não serão incorporados a esta primeira fase. Por fim, os

representantes da UFPE, do DPE, Fundarpe e DPSH recomendaram, a princípio, a restauração dos trechos da muralha que sofreram graves cortes, quase todos ligados à instalação das diversas redes subterrâneas de serviços públicos, ao longo do século passado. Estes procedimentos também serão alvo de decisão técnica apurada, no sentido de se marcar a ação, sem, no entanto, provocar o efeito visual e didático confuso e danoso ao monumento. Está sujeita à avaliação especial também pelo fato de ser consenso se privilegiar integralmente o momento holandês na história da cidade.

Observa-se algo interessante nesta reunião, como no consenso de todas as partes participantes de abordar o período holandês, sendo assim o uso da ancoragem, pois, parece ser mais interessante a eles (como, também ao público em geral) abordar a simbologia holandesa no Recife a partir do baluarte, já que a estrutura holandesa seria posta em destaque, já as demais seriam aterradas. A grande quantidade de instituições e profissionais presentes na reunião indica a importância social da estratégia de ancoragem que ocorria naquele contexto.

Mesmo arqueólogos que não estavam institucionalmente envolvidos na operacionalização desta estratégia se envolveram nos debates. Um documento exemplificativo desse envolvimento foi o interessante e-mail enviado pelo arqueólogo Ulysses Pernambucano ao Superintendente do IPHAN na época, Frederico Almeida, sobre a visibilidade da Arqueologia Urbana. O e-mail é de 26 de agosto de 2004 e foi impresso e acostado ao processo de acompanhamento das obras do Baluarte.

Neste e-mail o arqueólogo Ulysses Pernambucano emitia sua opinião sobre os vestígios arqueológicos do baluarte citando o Encontro de Lausanne, em 1990, organizado pelo ICOMOS/ICAHM que produziu a “Carta para proteção e gestão do patrimônio arqueológico”. Na carta, segundo Ulysses, preconiza-se “que a legislação deve garantir a conservação do patrimônio arqueológico em função das necessidades, da história e das tradições de cada país e de cada região, garantindo amplo lugar à conservação *in situ* e aos imperativos da pesquisa, pois conservar *in situ* monumentos e sítios deverá ser o objetivo fundamental da conservação do patrimônio arqueológico”. Ao mesmo tempo, a carta registra que “os projetos de desenvolvimento constituem uma das maiores ameaças físicas ao patrimônio arqueológico”.

Ulysses Pernambucano menciona também no e-mail o Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração, editado pelo MONUMENTA/BID e IPHAN/MinC

em 2002. Segundo ele, a recomendação do manual é clara quanto à preservação, pois, “neste sentido aconselhamos que a decisão de incorporar os vestígios expostos pela arqueologia esteja presente, *a priori*, no projeto, lembrando que a confirmação desta decisão estará condicionada a uma avaliação da equipe de restauração”.

Contudo, o Manual, segundo Ulysses Pernambucano, não se furta à possibilidade do fechamento destas áreas, quando recomenda que “as áreas escavadas não deverão ser preenchidas até que se confirme seu destino dentro do projeto de uso do bem”. Decidida a não integração pelos órgãos competentes “as áreas escavadas, que se mantiveram abertas até este momento, deverão ser fechadas”.

Na opinião de Ulysses Pernambucano, retornando a Carta de Lausanne, ele cita que “o patrimônio arqueológico não deve ser exposto aos riscos e às consequências da escavação, ou abandonado, após a escavação, caso não tenham sido previstos os recursos necessários para a sua manutenção e conservação”.

Ulysses Pernambucano também cita uma publicação de 2002 sobre a Gestão do Patrimônio Cultural Integrado, publicado pelo Centro de Estudos Avançado de Conservação Integrada (CECI) e pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, que dá a conhecer o ponto de vista dos arquitetos Tomás Lapa e Silvio Zancheti acerca da arqueologia urbana:

A questão básica do planejamento urbano e territorial atual concentra-se no reconhecimento de que a cidade é o fruto de um longo processo de transformação que deixa sinais de seu percurso no próprio território. O território é visto de uma perspectiva antropológica, segundo um método arqueológico, no qual a ação humana, até os meados do século XIX, se deu mais pela superposição e justaposição dos resultados de sua ação do que pelo cancelamento da herança do passado.

E, ainda Ulysses Pernambucano continua citando o texto: “Em termos de planejamento do território, a grande questão que se coloca é como manter um processo de transformação do território que não cancele esta herança”.

Ulysses chama atenção no seu e-mail para o fato de reconhecer que os vestígios do passado devem ser exibidos, sempre que possível, mas é preciso um cuidado todo especial acerca de como fazer, como proceder, para manter esta herança. Neste particular as contribuições materiais, de toda a sorte e de todos os tempos, tornam-se parte integrante e consistente desse patrimônio recebido. Mantê-las deve ser o ponto de partida em



qualquer intervenção. Ao contrário, removê-las demandaria uma justificativa muito bem fundamentada e submetida ao IPHAN.

Ele continua falando que, de outro modo, as pessoas não merecem ser levadas a um tipo de leitura linear, da qual tenham sido erradicadas informações que julgou-se não dever fazer parte da visão de cidade que se quer transmitir para a população. Para Ulysses Pernambucano, este comportamento, sem profunda análise, pode ser entendido como uma espécie de censura, o que não deve ser admitido. E, segundo ele, é mais grave induzir ao erro de leitura urbana, por parte do observador do processo histórico de formação (e de formação) do solo e do subsolo urbanos. Para ele, caso isto ocorra, estariam postos em cheque vários dispositivos constitucionais, entre eles, os direitos culturais e da informação.

Ulysses Pernambucano destaca o artigo de Fernando Carrión, segundo o qual: “assim como se governa o espaço, também se tem de governar o tempo, mais ainda no caso dos centros históricos, porquanto o tempo está concretizado e porque há múltiplos e simultâneos tempos articulados no mesmo espaço”.

Ulysses Pernambucano finaliza dizendo que crê que os casos concretos merecem ser debatidos e, melhor ainda, se o forem sob a batuta do IPHAN. Acerca deles, ele afirma “ter pontos de vista que gostaria de ampliar na ocasião e no fórum que o prezado amigo (no caso, Frederico Almeida) julgar conveniente”.

Observando o e-mail de Ulysses Pernambucano para Frederico Almeida, percebe-se o processo da objetivação, pois, a partir do momento em que Ulysses cita a Carta de Lausanne, ele articula um processo de ideias e palavras sobre o mesmo objeto, no caso o baluarte. A carta fala sobre a conservação de monumentos arqueológicos e, quando Ulysses Pernambucano associa esta carta ao baluarte forma um núcleo figurativo sobre o baluarte que é naturalizado na percepção do sujeito.

Além disso, observa-se a questão também da ancoragem no texto Ulysses, pois, há uma classificação de valor e interesse dele de como os vestígios do baluarte serão tratados, como, por exemplo, a indução do erro da leitura urbana do observador do processo histórico de formação (e de formação) do solo e do subsolo urbano.

Concomitante ao debate proposto pelo arqueólogo Ulysses Pernambucano – cuja continuidade não conseguimos identificar - continuavam sendo levadas a efeito as

decisões do grupo de trabalho composto pelos arquitetos representantes do Departamento de Preservação de Sítios Históricos (DPSH) da URB, Departamento de Projetos Especiais (DPE) também da URB, Fundarpe ERBR/DPE e IPHAN, além das arqueólogas da UFPE – Elizabeth Medeiros e Anne-Marrie Pessis.

Neste sentido iam os encaminhamentos propostos pelo Ofício DPE n° 093, de 23 de setembro de 2004, de autoria da diretora e arquiteta Nancy Nery, dirigido ao IPHAN: tratavam sobre a necessidade de orientação para o projeto de arquitetura museológica que iria preservar e dar visibilidade ao achado arqueológico, ou seja, o baluarte. O ofício propunha um segundo encontro do grupo de trabalho, com o objetivo de analisar a proposta arquitetônica que resultou das preocupações e diretrizes estabelecidas no primeiro encontro. A arquiteta Nancy Nery insere elementos de caráter arquitetônico e museológico com o intuito de preservar e dar visibilidade ao baluarte, contudo, como em outros documentos já referidos, apesar de usar o termo “arquitetura museológica”, em nenhuma reunião ou intervenção, foi mencionada a necessidade de um profissional da Museologia.

O relatório da reunião de 29 de setembro de 2004, afirma que participaram os seguintes membros: Murilo Oliveira e Maria Alice Siqueira da DPSH/URB; Manuela Matos e Elza Maria DPE/URB; Elizabeth Medeiros – Núcleo de Arqueologia/UFPE; Paulo Castanha – Fundarpe e ERBR/DPE; Nancy Nery - DPE/URB; Carmem Muraro - IPHAN.

A princípio, o relatório desta reunião fala de algumas intervenções de engenharia em torno do baluarte, sobre a necessidade de buscar recursos para o projeto final através da Lei Rouanet, a necessidade de ações de vigilância de 24 horas sob o baluarte, entre outros assuntos que envolviam segurança e melhorias urbanas na localidade do baluarte.

Os pontos deste relatório que interessa à pesquisa são as questões levantadas, por exemplo, pela representante do IPHAN, a arquiteta Carmem Muraro, sobre a contemplação da arqueologia urbana, como também o reforço da necessidade de projeto de educação patrimonial e comunicação visual, a partir de objetos para comunicação no local, integrado àquele de intervenção física, e que privilegiasse elementos gráficos sobre textos, os quais, segundo Muraro, deveriam ser curtos e objetivos. Junto a Muraro, a arqueóloga Elisabeth Medeiros da UFPE indicou a intenção da criação de espaço museológico, onde ficassem expostos os objetos que estavam sendo encontrados nas

escavações, na época em análise pela equipe da UFPE. A ideia era contar a história do lugar, através dos objetos encontrados. Por fim, toda a equipe do DPE sugeriu a marcação de todo o baluarte nos pisos contíguos ao local das escavações, onde os espaços fossem públicos, para aumentar a compreensão do monumento.

Novamente os aspectos da ancoragem aparecem nas discussões da reunião, inserindo elementos operacionais e de experiências sociais que permitiriam construir a imagem do baluarte dentro do contexto do Bairro do Recife. E, vale se notar novamente, a intervenção da uma arquiteta e uma arqueóloga na tangente às questões museológicas, na intenção de construir um espaço museológico para a divulgação dos vestígios arqueológicos, porém, na reunião, mais uma vez, ficou ausente a presença de um museólogo.

O Ofício DPE nº 029, de 27 de abril de 2005, de autoria da arquiteta Nancy Nery, fala sobre documentos enviados ao IPHAN para a aprovação do projeto de arquitetura para o Baluarte Porta da Terra denominado: “Projeto Museu a Céu Aberto”, elaborado conjuntamente pela URB (DPE e DPSH), IPHAN, FUNDARPE e UFPE (PPArq), na qual este projeto tem a intenção da valorização da evolução urbana na localidade. Observa-se que, apesar do baluarte ser caracterizado como vestígio arqueológico, o projeto é tratado como de arquitetura, mostrando assim, mais uma vez, uma intervenção da arquitetura nas atividades arqueológicas. O interessante é que os arqueólogos participaram deste projeto, mas, mesmo assim, o projeto é titulado como algo arquitetônico, em vez de associar as duas áreas.

Um documento da UFPE, provavelmente do ano de 2005 (no documento não consta a data, mas nele se cita um relatório entregue em 2005), apresenta um plano de trabalho acerca do acompanhamento arqueológico da obra de instalação de um Museu a Céu Aberto na Rua Barão de Rodrigues Mendes, que desse visibilidade e favorecesse a preservação das estruturas arqueológicas encontradas em escavações anteriores. Segundo o documento, as obras compreenderiam a execução de projetos complementares à museologia com detalhes arquitetônicos, iluminação cênica e engenharia. O plano de trabalho apontava, para além dos trabalhos arqueológicos, intervenções de engenharia e arquitetura nos vestígios do baluarte, as quais evidenciariam mais ainda as estruturas arqueológicas encontradas. Além disso, o documento propõe que o material arqueológico recolhido pudesse ser confiado aos cuidados da Prefeitura, que estava planejando a instalação de um Museu de Arqueologia Urbana da cidade do Recife. Por fim, o plano de

trabalho da UFPE não apresentava ações de educação patrimonial, mas propunha, como meios de divulgação, entrevistas à imprensa durante a execução dos trabalhos de campo e na entrega do relatório, o próprio relatório de escavação e artigos a serem publicados em revistas científicas e de divulgação para todo o público.

Desde o início dos trabalhos de acompanhamento arqueológico no Bairro do Recife, em 2001, a imprensa pernambucana se interessou em cobrir as intervenções que envolveram o Baluarte Porta da Terra. Também a presença da mídia foi de interesse dos sujeitos que participaram das intervenções, para divulgar ao público em geral o achado arqueológico.

Por exemplo, a reportagem do Jornal do Comércio de 14 de junho de 2001 com o título ‘Encontrado baluarte da muralha’ afirmava que arqueólogos da Universidade Federal de Pernambuco localizaram um trecho de um dos baluartes que protegiam o Recife do ataque de inimigos no século XVII. A reportagem cita a seguinte frase do arqueólogo Marcos Albuquerque: “é uma das descobertas mais significativas do Bairro do Recife. Até então, tínhamos encontrado trechos em linha reta da muralha”.

Imagem 11 – Matéria de jornal de grande circulação noticiando os achados arqueológicos do Baluarte Porta da Terra (Jornal do Comércio de 14 de junho de 2001)



FONTE: Arquivo do IPHAN – PE.

A reportagem continua relatando que a descoberta é importante porque permitirá que os pesquisadores, por meio de projeções e cálculos, localizem a antiga porta da cidade, a Porta da Terra, que dava acesso ao povo sitiado no período dos flamengos (ou holandeses). Além disso, prossegue a reportagem, o achado também comprova a planta de C.B Golijath, de 1648, que assinala os contornos da muralha.

Marcos Albuquerque na crônica jornalística falava sobre a função dos baluartes de defender a cidade do Recife, e Veleza Lucena relatava as escavações arqueológicas, relatando que o trecho resgatado para a pesquisa arqueológica tem cerca de 1,5 m de extensão e alcança, até onde a vala foi escavada, uma profundidade de 1,68 m em relação ao chão. O baluarte fica próximo do primeiro trecho leste da muralha, encontrada no início do mês.

Ainda nesta reportagem, Marcos Albuquerque falava que o Recife tem um potencial arqueológico grande, porém mal aproveitado turisticamente. Ele defendia, já naquela ocasião, que seria possível abrir janelas de vidro no chão, deixando trechos da muralha aparentes para o público e, por fim, Albuquerque relata que vinha recebendo e-mails de várias partes do mundo, pedindo informações e cópias da planta da muralha.

Anos depois, outra reportagem, do mesmo Jornal do Comércio, em edição do dia 03 de julho de 2005 (Imagem 12), falava sobre a colocação de muros de arrimo para proteger o baluarte. A reportagem entrevistou a arquiteta Manoela Gomes de Matos, que falou sobre a proposta de criar um museu a céu aberto, com muro de arrimo, iluminação cênica, colocação de guarda-copo de vidro transparente em volta do achado arqueológico e pórtico com painel de vidro contando a história do bairro. Segundo ela, o achado ficaria coberto por um vidro transparente e resistente, como uma janela. Esta reportagem retrata as intervenções do baluarte como projeto arquitetônico e, neste caso, só entrevista uma arquiteta.

Imagem 12 – Matéria de jornal de grande circulação noticiando as obras de construção de muros de arrimo no Baluarte Porta da Terra (Jornal do Comércio de 03 de julho de 2005)



FONTE: Arquivo do IPHAN-PE.

Nessas duas reportagens nota-se que uma evidencia mais os aspectos arqueológicos, dando ênfase aos discursos dos arqueológicos Marcos Albuquerque e Veleda Lucena, já a reportagem de 2005 enfatiza a ideia da arquiteta Manoela Gomes e retrata o baluarte como um projeto arquitetônico. Ambas as reportagens inserem as falas destes profissionais que introduziram suas visões de patrimônio para retratar o baluarte, enquanto os arqueólogos enfatizam a cidade do Recife por ser rico em patrimônio arqueológico e que isso deveria ser mais alvo de mais investimento para atrair turistas, a arquiteta fala das intervenções arquitetônicas que estavam acontecendo para a proteção e uma melhor divulgação do monumento.

Ainda em 2005 foi entregue o relatório final dos arqueólogos da UFPE referente ao Baluarte Porta da Terra, com a coordenação geral de Anne-Marie Pessis e Gabriela Martin Ávila. Este relatório começa falando dos antecedentes, como, por exemplo, dos trabalhos arqueológicos feitos pelo arqueólogo Marcos Albuquerque em 2001, além das implantações de redes de distribuição elétrica e os dutos para fibra ótica para o Porto Digital, algo já mencionado nesta pesquisa.

Segundo Gabriela Martin e Anne-Marie Pessis (2005, p. 4), “a construção de uma estrutura de visitação requeria previamente a relocação dos canos de esgoto da Compesa, dos dutos da Telemar e da tubulação de águas pluviais da EMLURB, que ficaram visíveis depois da escavação arqueológica”. Essas intervenções exigiram um novo movimento de terra, portanto, um novo acompanhamento arqueológico. Para a realização a URB-Recife confiou a tarefa ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE, concordando que, antes da retirada dessas estruturas elétricas, se estendesse e aprofundasse a escavação

para poder chegar-se à base da muralha. Esse procedimento permitiria obter maiores informações sobre a estrutura defensiva e aproveitá-las para maiores esclarecimentos sobre a autoria holandesa da construção da muralha e do baluarte.

O relatório mostra como foram realizadas as intervenções arqueológicas com suas metodologias e, além do baluarte evidenciado, foram encontrados outros vestígios arqueológicos como faiança portuguesa, azulejos, cachimbos ingleses e holandeses, grés, vidros, cerâmica vitrificada e esmaltada, porcelana chinesa, holandesa, francesa e inglesa.

O relatório feito pela UFPE coloca os trabalhos arqueológicos como elementos importantes para construir um discurso em prol do patrimônio cultural da cidade, assim como também mostra o descaso com tais monumentos no passado, pois sofreram diversas mutilações desde o século XIX, devido a trabalhos envolvendo instalação de encanamento, luz elétrica e sistema de esgotos. Utilizando este argumento, o uso da ancoragem aparece neste sentido, afinal, as pesquisadoras interagem com o baluarte utilizando elementos da arqueologia para legitimar a importância de se proteger o patrimônio, assim como, mostrar como este sofreu depredações com as intervenções urbanas no decorrer da história.

Este relatório é o último documento produzido por arqueólogos acerca do Baluarte Porta da Terra, pois, em 2005 foram concluídas as obras estruturais no Bairro do Recife, que exigiam, legalmente, o acompanhamento arqueológico. As últimas ações de consolidação dos vestígios arqueológicos foram inteiramente coordenadas e executadas por arquitetos, pois o entendimento parece ter sido o de que a estes cabia a tarefa de produzir os elementos de consolidação e comunicação das ruínas.

O projeto de consolidação foi produzido em 2006 pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) e tinha o objetivo de tipificar os elementos que constituem a estrutura do baluarte, assim como intervir nos processos de restauração do monumento. O projeto apesar de mencionar os vestígios arqueológicos que estavam deteriorados, nem sequer cita na introdução os trabalhos arqueológicos que aconteceram no baluarte.

Em uma informação técnica interna do IPHAN (nº 47/2006/CM/PNHG) datada de 06 de julho de 2006, de autoria da arquiteta Carmen Muraro para a Chefe de Divisão Técnica Substituta da 5ª SR/IPHAN/MinC, a também arquiteta Ana Paula Bitencourt, apresentou-se a análise da proposta de consolidação do Baluarte da Porta da Terra, parte

do conjunto de ações que vinham sendo desenvolvidos pela Prefeitura do Recife na área do Baluarte da Porta da Terra.

O documento lembra que o Baluarte está inserido no polígono de tombamento do “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife” e as intervenções ainda a serem realizadas eram:

1. Projeto arquitetônico: “Achados arqueológicos/Passado no Presente – Resgate Urbano”;
2. Projeto de iluminação;
3. Projeto executivo de muro de contenção (cálculo estrutural);
4. Relatório de ensaio para verificação da taxa de percolação do terreno.

Nota-se que mesmo o baluarte representando uma estrutura arqueológica, o projeto somente é denominado arquitetônico. Há ainda referência a atividades de engenharia – cálculo estrutural e ensaio de percolação – e de museologia, contudo, mesmo assim, apenas arquitetos são referidos.

No ano seguinte, através de um Ofício da URB, da Diretoria de Projetos, de autoria do diretor Isaac Azoubel dirigido ao superintendente do IPHAN Frederico Almeida, de data de 28 de fevereiro de 2007, a URB enviou um modelo impresso e em meio digital do painel explicativo do “Museu a Céu Aberto” para ser anexado ao projeto do CECI que solicitara o parecer do IPHAN em 2006 sobre as intervenções para consolidação do Baluarte Porta da Terra.

Segundo o ofício, o painel explicativo do “Museu a Céu Aberto” tinha o objetivo de apresentar aos visitantes:

Quais são as estruturas arqueológicas que estão evidentes;  
A presença dessas estruturas na história da cidade;  
O processo de criação e de implantação do Museu a Céu Aberto, com ênfase nos parceiros e a apresentação dos fragmentos arqueológicos encontrados durante os trabalhos de escavação arqueológica.

Por fim, mostra a preocupação da Prefeitura do Recife de oferecer o texto do painel em duas línguas: português e inglês, considerando que o espaço receberia intensamente visitantes internacionais.



Ainda neste ofício, é apresentando o texto do painel explicativo do baluarte, os textos históricos e revisão geral realizada pelo arquiteto José Luiz Mota Meneses e a autora dos textos técnicos, a arquiteta Manuela Gomes de Matos Camarotti Pucci.

O texto tem uma introdução informando que a Prefeitura do Recife, diante da grande importância do achado, resolveu, em comum acordo com outras instituições de salvaguarda da cultura, criar com tais vestígios arqueológicos o Museu a Céu Aberto. No texto diz-se que foram parcerias no empreendimento a UFPE, o CECI, a extinta empresa Telemar e a Compesa. Ainda diz que a gestão municipal, fiel à sua política cultural, consolidou tal empreendimento por ser ele incentivador da cultura pernambucana, do turismo e, acima de tudo, capaz de criar em cada um dos que visitam este Museu, o respeito e amor pela Cidade do Recife.

O documento continua falando sobre a Arqueologia e História, relata que as pesquisas arqueológicas realizadas na rua onde há o baluarte, revelaram restos de construções superpostos e pertencentes a vários períodos históricos do lugar. Essas pesquisas ainda trouxeram à luz outros vestígios que indicavam a presença e o uso de tais edificações por luso-brasileiros ou pessoas vindas de outros locais, essencialmente da Europa. Ainda diz que é interessante explicar de que tempo eram tais vestígios materiais, foram realizadas pesquisas em antigas representações gráficas do local, na forma de mapas, desenhos, gravuras e pinturas, assim como em documentos textuais e em restos materiais variados. O texto continua dizendo que no painel, pode-se verificar, segundo diferentes tempos históricos, o quanto o lugar foi importante para a cidade do Recife, enquanto povoado e depois vila que serviu, até 1630, de porto de Olinda. Por fim, conclui falando que para deixar parte da pesquisa à mostra, manteve-se uma “janela” para os restos materiais encontrados. Com o exposto de maneira cronológica no painel, deseja-se que o visitante constate não somente o tempo dos diferentes achados, mas o seu grande valor para a História: Museu a Céu Aberto.

O texto também fala de cada fase do Museu a Céu Aberto, assim como da evolução histórica do bairro e sobre os vestígios materiais encontrados. Analisando esse documento e interpretando-o com base nas Representações Sociais, observa-se que os arquitetos usam a objetivação e a ancoragem. Afinal, na objetivação o seu uso operacional é usar o imagético associado ao objeto, ou seja, a criação do painel vai tornar a associação do baluarte mais concreto referente ao patrimônio existente no Bairro do Recife e, no questão da ancoragem, a entrada de elementos para explicar sobre o baluarte, integrando

argumentos e permitindo a construção dos discursos a partir dos objetos relacionados, como também, a visão de experiência social dos sujeitos. Além disso, é interessante notar que quem produziu os textos que foram introduzidos no painel sobre o baluarte foram dois arquitetos, eles se utilizam de elementos históricos, museológicos, arquitetônicos e arqueológicos, ou seja, os arquitetos entraram em outras áreas do conhecimento para justificar a importância daquele patrimônio, no caso, o baluarte, a ser exposto no Bairro do Recife.

## CONCLUSÕES

O Bairro do Recife com certeza é um dos lugares históricos mais importantes de Pernambuco, do Brasil e, quiçá, do mundo. A riqueza histórica que há chama atenção de diversas pessoas, dos recifenses que frequentam o lugar, seja trabalhando ou simplesmente visitando-o, assim como turistas de várias partes do Brasil e de outros países. E, logicamente, o Bairro do Recife atrai atenção de profissionais que lidam com o patrimônio, principalmente arquitetos e arqueólogos.

Arquitetos e arqueólogos já estão há certo tempo trabalhando com o patrimônio cultural do Bairro do Recife, os arquitetos há mais tempo. O objetivo principal desta dissertação foi fazer uma análise sobre as representações sociais de arqueólogos e arquitetos referente ao patrimônio cultural do Bairro do Recife e se há um caráter de disputa entre eles, qual prevalece? O bem patrimonial escolhido foi o Baluarte Porta da Terra, um monumento arqueológico a céu aberto que se localiza na Rua Barão Rodrigues Mendes, próximo a Av. Alfredo Lisboa e a Praça do Arsenal. Diferente de outros patrimônios arqueológicos, como os vestígios da Sinagoga Kahal Zur Israel, do Paço Alfândega e da Caixa Cultural, que estão inseridos dentro dos prédios que fazem parte do conjunto arquitetônico do bairro, o baluarte é um monumento arqueológico em ambiente externo que divide o espaço com outros bens arquitetônicos, estando assim inserido tanto na simbologia arquitetônica e arqueológica. E, nas intervenções do Baluarte Porta da Terra, tanto arquitetos, como arqueólogos tiveram forte presença.

Outros objetivos foram identificar as representações sociais sobre o patrimônio cultural do Bairro do Recife, analisar como arqueólogos e arquitetos se identificam com Baluarte Porta da Terra e, por fim, verificar aspectos do funcionamento da valorização do patrimônio cultural a partir das representações sociais de Serge Moscovici.

A primeira questão que se pode responder **é como arqueólogos e arquitetos legitimam o patrimônio cultural do Bairro do Recife?** No caso, este patrimônio é o Baluarte.

As intervenções (e o ressurgimento) do baluarte deveram-se aos trabalhos do Projeto Luz no Recife Antigo, serviços de infraestrutura realizados com o apoio da Fundação Roberto Marinho que articulou um conjunto de parcerias com base em um convênio de participação técnica e financeira, firmado entre o Governo Estadual,

Prefeitura do Recife, Centrais Elétricas do Brasil (ELETROBRÁS, CHESF, CELPE). Este projeto teve como objetivo a implantação de uma rede subterrânea de energia elétrica e iluminação pública e dutos para fibra ótica do Porto Digital.

Analisando as visões, por exemplo, dos arqueólogos Marcos Albuquerque e Veleida Lucena, percebe-se que ambos tratam as intervenções no baluarte como mais que um trabalho de pesquisa científica, eles falam que a cobertura dada pela imprensa escrita, falada (no caso, o rádio) e da televisão, contribui para o despertar do interesse da população pelo trabalho arqueológico, resultando em diversas visitas públicas no período das intervenções no baluarte. Tanto para Albuquerque e Lucena, a obra que envolveu o baluarte foi além de melhorias estruturais no local, assumiu o caráter de uma obra de resgate cultural para o Recife, pois uma grande massa de conhecimentos relativos ao acervo cultural da cidade foi revelada a partir desta intervenção.

Os ofícios dirigidos ao IPHAN sobre os trabalhos no Baluarte Porta da Terra mostraram, de certa maneira, uma interferência de arquitetos em assuntos de arqueologia, como a arquiteta Daniela de Siqueira Periquito no Ofício nº 46/DSP/2003/5ºSR/IPHAN, de 18 de dezembro de 2003, pois, ela enfatiza a existência de uma janela do tempo para o baluarte, para conectar a Arqueologia Urbana com o Bairro do Recife e, mesmo não sendo arqueóloga, faz uma proposta de urbanização usando os objetos arqueológicos, utilizando elementos da Arqueologia para legitimar sua proposta de urbanização do bairro.

Outra arquiteta que utiliza elementos arqueológicos para legitimar sua proposta em prol do baluarte é a diretora (naquele período) da URB Nancy Nery, autora do Ofício DPE (Departamento de Projetos Especiais) nº 073 de 21 de novembro de 2003. Ela defende que se deixe uma amostra de um trecho do baluarte em pedra identificado como resultante do período holandês. Com a obra sendo executada, para Nery será oferecido ao recifense e ao visitante um encontro com um monumento da história do Recife em ambiente seguro e agradável. A arquiteta reconhece a importância da Arqueologia nas obras executadas no Recife Antigo e, no documento, ela pede ajuda ao IPHAN sobre este assunto.

A arquiteta Franciza Toledo também dá importância aos trabalhos arqueológicos, ela fala isso no documento informativo 04/04 FT, que é um documento interno do IPHAN. Contudo, apesar de ela dizer que é importante o acompanhamento arqueológico

no baluarte, o projeto ganha um caráter arquitetônico e de urbanização. Foram utilizados dados arqueológicos para legitimar a importância do projeto, mas este não foi relacionado como também arqueológico, só como arquitetônico e urbanístico.

Outro documento, desta vez o Ofício do DPE de 01 de junho de 2004, da arquiteta Nancy Nery, da mesma forma que a Franciza Toledo, usa elementos da Arqueologia para legitimar a importância do projeto que envolve o Baluarte Porta da Terra, mas, mesmo este sendo um vestígio arqueológico, novamente no projeto só há referências da Arquitetura e Museologia, sendo que estes últimos profissionais são referidos apenas indiretamente.

Um documento interessante foi relatório da reunião de 05 de agosto de 2004, que contou com arquitetos do Departamento de Preservação de Sítios Históricos (DPSH) da URB, arquitetos do Departamento de Projetos Especiais (DPE), também da URB, arquiteto da Fundarpe e das arquitetas do IPHAN. Também contou com a presença das arqueólogas da UFPE.

Observou-se nesse relatório o consenso entre eles sobre como deveria ser tratado o baluarte. Por exemplo, o privilégio do período holandês presente nas estruturas do baluarte, todos concordaram que as ruínas pertencentes a outros períodos deveriam ser encobertas. O período holandês teve um privilégio, pois tem a finalidade de uma maior unidade e conseqüentemente maior facilidade de compreensão tanto pela população local como pelos turistas.

Há outros ofícios de autoria de arquitetos, como o Ofício DPE nº 093, de 23 de setembro de 2004, de autoria da diretora e arquiteta Nancy Nery, que mostra uma preocupação de dar visibilidade ao achado arqueológico do baluarte, inclusive usando o termo 'arquitetura museológica'. Novamente usa termos arquitetônicos em uma obra de arqueologia, além disso, é utilizado também o termo museológico, contudo, em nenhuma das reuniões foi ouvida a opinião de algum museólogo. E não só os arquitetos utilizaram o conceito museológico, os arqueólogos também usaram. O exemplo disso foi no relatório de reunião de 29 de setembro de 2004, da qual participaram arquitetos dos seguintes órgãos: DPSH/URB; DPE;/URB e IPHAN, como, também, a arqueóloga da UFPE.

A Elisabeth Medeiros, arqueóloga da UFPE, indicou juntamente com a arquiteta Carmem Muraro (do IPHAN), a intenção da criação de espaço museológico, no qual ficassem expostos os objetos que estão sendo encontrados nas escavações. Ambas

desejam contar a história do lugar, a partir dos vestígios encontrados. Tanto a arquiteta, como a arqueóloga interferiram em assuntos da museologia e, mais uma vez, sem ter a presença de um museólogo.

Outro ofício é o DPE nº 029, de 27 de abril de 2005, de autoria da arquiteta Nancy Nery, que fala sobre documentos enviados ao IPHAN para a aprovação do projeto de arquitetura para o Baluarte Porta da Terra denominado: “Projeto Museu a Céu Aberto”, elaborado conjuntamente pela URB (DPE e DPSH), IPHAN, FUNDARPE e UFPE (PPArq), na qual este projeto tem a intenção da valorização da evolução urbana na localidade.

Na análise que foi feita deste ofício, foi observado que, mesmo que o baluarte fosse caracterizado como um vestígio arqueológico, o projeto foi tratado como de arquitetura, mostrando assim, de maneira corriqueira como nos outros documentos, uma intervenção da arquitetura nas atividades arqueológicas. É interessante notar que os arqueólogos participaram deste projeto, porém, mesmo assim, este é intitulado como algo arquitetônico, em vez de se fazer uma associação com ambas as áreas de interesse.

O relatório da UFPE de 2005, elaborado pelas arqueólogas Gabriela Martin e Anne-Marrie Pessis, coloca as intervenções arqueológicas como elementos importantes para construir um discurso em prol do patrimônio cultural do Recife, além disso, é falado sobre o descaso com tais monumentos no passado, afinal, sofreram diversas mutilações com o decorrer dos trabalhos de urbanização da cidade. Ambas utilizam elementos da Arqueologia para legitimar a importância de proteger o patrimônio, assim como para mostrar como este sofreu depredações com os trabalhos urbanos no desenvolver da história.

O projeto de consolidação do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) de 2006 teve como objetivo intervir nos processos de restauração do baluarte, contudo, neste projeto não há menção de nenhum trabalho arqueológico desenvolvido, focando somente no caráter arquitetônico.

Houve o documento informativo interno do IPHAN, de nomenclatura 47/2006/CM/PNHG de 06 de julho de 2006, de autoria de Carmen Muraro para a Chefe de Divisão Técnica Substituta da 5ª SR/IPHAN/MinC, Ana Paula Bitencourt. Neste informe técnico foi mencionando um projeto arquitetônico denominado: “Achados Arqueológicos/Passado no Presente – Resgate Urbano. Para legitimar o baluarte como

um projeto arquitetônico, foram utilizados elementos arqueológicos, sendo assim, mais uma intervenção de arquitetos em um patrimônio considerado arqueológico.

Por fim, o Ofício da URB, da Diretoria de Projetos, de autoria do diretor Isaac Azoubel dirigido ao superintendente do IPHAN Frederico Almeida, de data de 28 de fevereiro de 2007, mostra que a URB enviou um modelo impresso e em meio digital do painel explicativo do “Museu a Céu Aberto” para ser anexado ao projeto do CECI que solicitou o parecer do IPHAN sobre as intervenções para consolidação do Baluarte Porta da Terra.

O painel explicativo vem falando sobre o histórico do Bairro do Recife, sobre o baluarte e os serviços arqueológicos, usaram elementos arquitetônicos e museológicos para dar ênfase à construção deste painel e para uma melhor divulgação ao público que irá visitar o baluarte. É interessante observar que quem produziu o texto deste painel foram dois arquitetos, o José Luiz Mota Meneses e a Manuela Gomes de Matos Camarotti Pucci. Para legitimar a importância da preservação e divulgação do Baluarte Porta da Terra, ambos utilizam elementos históricos, arqueológicos, arquitetônicos e museológicos para justificar tal objetivo.

Nestes documentos analisados, os arquitetos para corroborar a questão do patrimônio cultural do Bairro do Recife, tendo o estudo de caso o Baluarte Porta da Terra, utilizam elementos arqueológicos, históricos e museológicos para legitimar a importância deste monumento. Apesar das interferências dos arquitetos ser bastante presente, não observamos um caráter de disputa e sim de cooperação entre os profissionais, os arquitetos deram imenso valor aos dados arqueológicos para produzir suas visões sobre o baluarte, e na maioria dos documentos sempre foram utilizadas as informações arqueológicas produzidas pelos arqueólogos. O fato de os arquitetos serem mais presentes nessas discussões do que os arqueólogos pode ser pelo motivo da formação em Arquitetura ser bem mais antiga a formação acadêmica de Arqueologia. Porém, os arquitetos não tratam os arqueólogos como submissos a eles, e sim como aliados.

Apesar de os arquitetos utilizarem elementos arqueológicos para criar suas visões sobre patrimônio, principalmente quando há alguma intervenção no Bairro do Recife, as leis municipais que falam sobre o patrimônio citadas nesta pesquisa, Lei Ordinária n° 13.957 de 1979 e a Lei Ordinária n° 16.290 de 1997, praticamente só citam o patrimônio arquitetônico, mesmo que em 1961 tenha passado a existir a Lei n° 3.924 de 1961 (a Lei

da Arqueologia), praticamente não são mencionadas em ambas as leis questões sobre o patrimônio arqueológico. Mas, mesmo sendo essas leis totalmente favoráveis à preservação da arquitetura, nas intervenções do Baluarte Porta da Terra foi observada uma cooperação tanto de arqueólogos, como de arquitetos.

Outro ponto importante é analisar se **as representações sociais podem ajudar a entender como arqueólogos e arquitetos sustentam e organizam um saber sobre a realidade e o convívio com o objeto, ou seja, o patrimônio existente no Recife Antigo?**

Como dito no primeiro capítulo, a teoria idealizada por Serge Moscovici, a Teoria das Representações Sociais (TRS), surge não apenas como uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) obtém uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representações sociais expressam um valor simbólico. A TRS centra seu olhar na relação entre o sujeito e o objeto. Através desta relação de sujeito e objeto, é construído tanto o mundo, uma ideia e, também, a formação do próprio sujeito.

A Teoria das Representações Sociais ajudou esta dissertação a compreender como arquitetos e arqueólogos interpretam o patrimônio cultural do Recife, em particular o monumento Baluarte Porta da Terra. Para ajudar nesta compreensão foram usados dois conceitos da TRS, o método da objetivação e da ancoragem.

A objetivação é um processo de ideias e palavras sobre um mesmo objeto, de maneira independente de seu contexto de formulação original, são selecionadas e reagrupadas em novas noções e imagens. Devido a isso, formam um núcleo figurativo sobre determinado objeto que, por sua vez, é naturalizado na visão do sujeito. De maneira prática, a objetivação tem o objetivo de tornar as ideias abstratas em uma imagem concreta e conhecida, a imagem associa-se ao objeto.

No caso da ancoragem, trata-se de um processo de assimilação social das imagens (núcleo figurativo) criadas pela objetivação. Nesta etapa ocorre a classificação destes elementos a partir dos valores e interesses do sujeito produtor. Seu uso operacional é o de inserir o elemento ou imagem nas experiências sociais em uma escala de valores e juízos e tornar os elementos operacionais, integrando em argumentos e permitindo a construção dos discursos de indivíduos e grupos sociais.

As leis que regem o patrimônio (assim como suas cartas, como a de Lausanne), o processo de tombamento que, infelizmente esta pesquisa não teve como analisá-lo devido



à pandemia, entram no conceito de objetivação. O tombamento, as leis, são processos de ideias e palavras sobre um mesmo objeto, não dependendo de seu contexto de formulação original, são selecionadas e reagrupadas em novas noções e imagens.

As leis municipais ordinárias de 1979 e 1997 repassam uma ideia concreta que o patrimônio cultural do Bairro do Recife é arquitetônico. Mesmo em 1961 tendo a lei da arqueologia e, em 1968 a escavação arqueológica no Forte Arraial do Bom Jesus, essas leis falam pouquíssimo sobre o patrimônio arqueológico, como a lei de 1979, ou nem é citada, como na lei de 1997. Já a Carta Lausanne dá uma imensa contribuição aos monumentos arqueológicos.

Já segundo a ancoragem, foi nítido observar a admissão de elementos de arquitetos e arqueólogos na intervenção do Baluarte Porta da Terra. Para legitimar este monumento como um patrimônio de suma importância para o Bairro do Recife, arquitetos utilizaram dados arqueológicos para mostrar a essencialidade do baluarte ao bairro e para cidade. Nos documentos foi observada uma interferência dos arquitetos sobre os projetos que envolvia a arqueologia, contudo, não foi uma interferência negativa e sim positiva, a partir do momento que os arquitetos inserem elementos arqueológicos, assim como suas experiências sociais, mostra que os arquitetos dão importância à simbologia arqueológica e com isso legitimam a importância do baluarte no contexto cultural da cidade do Recife.

Os arqueólogos, por sua vez, inserem elementos obviamente arqueológicos e históricos em prol do baluarte com a intenção de valorizá-lo e este ter uma divulgação popular, tanto para atrair a população recifense, como turistas.

Foi observado que os arquitetos não só inserem elementos arquitetônicos e arqueológicos na questão do baluarte, eles introduzem também elementos históricos e museológicos, eles entram em outras áreas do conhecimento para justificar a importância do Baluarte Porta da Terra. Não só os arquitetos inserem subsídios museológicos, os arqueólogos também utilizam em suas discussões, inclusive entrando em consenso com os arquitetos. Nota-se que mesmo utilizando os símbolos, o conhecimento histórico e museológico, em nenhum momento (pelo menos visto nos documentos) um historiador ou museólogo participou das reuniões e nas intervenções do baluarte.

As representações sociais ajudaram esta pesquisa a analisar como arquitetos e arqueológicos a partir dos símbolos, elementos inseridos para a construção do Baluarte Porta da Terra, legitimam o patrimônio, como eles pensam referente ao patrimônio.

**Por fim dado um bem institucionalmente estabelecido, como arqueólogos e arquitetos se identificam com ele?**

Os arqueólogos apesar de entrarem em consenso com os arquitetos, usarem elementos históricos e museológicos, estes identificam o baluarte como um monumento arqueológico. Tanto os arqueólogos de empresa privada, caso de Marcos Albuquerque e Veleda Lucena, quanto os da UFPE e Paulo Tadeu de Souza Albuquerque, autor do cadastro do Bairro do Recife no CNSA, dão ênfase a aspectos arqueológicos para mostrar a importância do baluarte. Os arqueólogos utilizam elementos da Arqueologia para construir um discurso favorável ao patrimônio cultural e assim protegê-lo e divulgá-lo ao público em geral.

O que chama atenção dos arquitetos é que em toda a construção do monumento Baluarte da Terra, eles enfatizam os elementos arqueológicos, entram em consenso com arqueólogos e usam informações da Arqueologia para construir suas visões do baluarte, mesmo assim identificam o baluarte como arquitetônico, haja vista os títulos dos projetos, sempre sendo tratados como de arquitetura. Um inclusive é chamado de projeto de “arquitetura museológica”, mas não se faz relação com o museológico, pois em todo o processo nunca foi mencionado um museólogo. Nesse sentido, é a única questão negativa da interferência dos arquitetos sobre trabalhos arqueológicos, na construção de seus projetos dá para entender que é somente arquitetônico. Entretanto, novamente vale a pena relatar que os arquitetos deram uma enorme contribuição na formação do Baluarte Porta da Terra, principalmente sendo aliados aos arqueólogos, nos documentos analisados não foram vistas questões de supremacia dos arquitetos ou disputas contra os arqueólogos, pelo contrário, muito consenso entre eles.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRIC, Jean-Claude. Prefácio. In: SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- ALBUQUERQUE, Marcos Antônio Gomes de Mattos; LUCENA, Veleda. **Relatório da Rua Barão Rodrigues Mendes**. Recife, 2001.
- ALBUQUERQUE, Marcos Antônio Gomes de Mattos; LUCENA, Veleda. **Sinagoga Kahal Zur Israel: retornando à vida do Recife**. México: Revista de Arqueologia – Instituto Pan-americano de Geografia e História, n. 22, p. 63-79, 2003.
- 
- \_\_\_\_\_. **Visão Arqueológica da Av. Cais da Alfândega, Recife, PE**. Recife: Revista Noctua, n° 2, p. 4-44, 2017.
- ALVES, Ronaldo Cardoso. **Representações Sociais e a Construção da Consciência Histórica**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2006.
- ALMEIDA, Frederico Faria Neves. **Imóveis Privados no Bairro do Recife/PE – causas e efeitos da falta de conservação**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) - Centro de Ciências Social e Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- BERTONI, Lúcia Mara; GALINKIN, Ana Lúcia. **Teoria e métodos em representações sociais**. Santa Catarina: Editora da UESC, 2017.
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos**. Brasília/DF: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acessado em: 19 de dezembro de 2019.
- BRASIL. **Decreto-lei N° 25 de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm). Acessado em: 19 de dezembro de 2019.
- BRASIL. **Lei N° 3.924, de 26 de julho de 1961**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm). Acessado em: 19 de dezembro de 2019.

CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade: inspetoria de monumentos de Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2014

CARDOSO, Ciro Flamarion. **O uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvida na psicologia social: um recurso metodológico possível**. Rio de Janeiro: Revista Psicologia e Saber Social, n.1, p. 40-52, 2012

CARVALHO, João Gilberto da Silva; ARRUDA, Angela. **Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário**. Rio de Janeiro, Revista Paidéia, 2008.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE PERNAMBUCO. Disponível em: <https://www.caupe.gov.br>. Acessado em: 19 de dezembro de 2019.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DUVEEN, Gerard. *Introdução – O poder das ideias*. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais – Investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012;

FERMINO, Annelizi. **Representações sociais sobre o patrimônio cultural de Mariana: práticas, concepções e disputas de apropriação e legitimação social dos bens culturais**. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_; FUNARI, Raquel dos Santos. **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Educação Patrimonial: teoria e prática/ André Luis Soares (org). Santa Maria/RS; Ed. UFSM; 2007.

\_\_\_\_\_; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GASPAR, Maria Dulce. **História da Construção da Arqueologia Histórica Brasileira**. São Paulo: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n;13, p. 269-301, 2003

GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs). **Textos em Representações Sociais**. 2º Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2002.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acessado em: 19 de dezembro de 2019

JORNAL DO COMERCIO. **Escavações Revelam Peças Inglesas**. Recife, 10 de maio de 2001.

\_\_\_\_\_. **Vestígios de baluarte protegido por muro**. Recife, 03 de julho de 2005

KESSEL, Carlos. **Estilo, Discurso, Poder: arquitetura neocolonial no Brasil**. Campinas/SP: Revista História Social, n.6, p. 65-94, 1999

LACERDA, Norma. **Intervenções no Bairro do Recife e no seu entorno: indagações sobre sua legitimidade**. Brasília/DF: Sociedade e Estado, n.3, p.621-646, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

LIMA, Tânia Andrade. **Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)**. São Paulo: Anais do Museu Paulista Nova Série, n.1, 1993.

LORETO, Marta Kummer. **Intervenções urbanas no Bairro do Recife: da cidade mercantil à cidade mercantilizada**. Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2014.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. **Porto do Recife. Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

MEDEIROS, Elisabeth Gomes de Matos. **O Povoado dos Arrecifes e o baluarte holandês do século XVII**. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 2005.

MORERA, Jaime Alonso Caracava *et all*. **Aspectos Teóricos e Metodológicos das Representações Sociais**. Florianópolis: Revista Reflexão, 2015.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 9º Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: Guareschi Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs). **Textos em Representações Sociais**. 2º Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Taller Interactivo: Prácticas y Representaciones de la Nación, Estado y Ciudadanía en el Perú – La Representación social: un concepto perdido**. Lima/Peru. IEP – Instituto de Estudios Peruanos, 2002.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Chaves de. **O Patrimônio para além da Pedra e Cal: um estudo sobre usos e apropriações da cidade**. Recife: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

PINHEIRO, Maria Bressan. **A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Revista CPC, v.1, n.1, p. 41-74, 2006.

\_\_\_\_\_. **Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. São Paulo: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, 2006.

PESSIS, Anne-Marie; ÁVILA, Gabriela Martin. **Relatório Final Arqueologia: Baluarte Porta da Terra**. Recife: UFPE/Prefeitura do Recife, 2005.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília/DF: Editora da UNB, 1992.

RECIFE. Lei Ordinária N° 13.957 de 26 de setembro de 1979. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/1979/1395/13957/lei-ordinaria-n-13957-1979-institui-normas-gerais-de-protecao-a-sitios-conjuntos-antigos-ruinas-e-edificios-isolados-cujas-expressoes-arquitetonicas-ou-historicas-tenham-real-significado-para-o-patrimonio-cultural-da-cidade-do-recife-disciplina-a-preservacao-desses-bens-autoriza-o-prefeito-a-declarar-zonas-especiais-de-interesse-dessa-preservacao-cultural-e-da-outras-providencias>. Acessado em: 19 de dezembro de 2019.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SALVATORI, Elena. **Arquitetura no Brasil: ensino e profissão**. São Leopoldo/RS: Arquitetura Revista, v.4, n. 2, p. 52-77, 2008.

SANTOS, Diego Gomes dos. **Patrimônio: Herança ou interesses? Um estudo sobre a política cultural aplicada ao patrimônio cultural de Pernambuco (1979-2010)**. Recife: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco – Departamento de História, 2015.

SANTOS, Geovane Tavares dos; DIAS, José Manuel de Barros. **Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica.** Macapá/AP PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, vol. 8, n. 1, 2015.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Como nasceu a Arqueologia Brasileira.* In: SCHANN, Denise Pahl; BEZERRA, Márcia (orgs.). **Construindo a arqueologia no Brasil: a Trajetória da Sociedade de Arqueologia Brasileira.** Belém/PA: GKNORONHA, 2009.

SILVA, Lenivaldo Cavalcante da; ALBUQUERQUE, Marcos Antônio de Mattos. **Paliçadas, baluartes e muralhas: a defesa do Recife Antigo no Período Colonial.** São Paulo: Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira – Arqueologias da América Latina, 2003.

SILVA, Vanessa Rodrigues; OLIVEIRA, Cláudia Alves de. **Atividade Turística na Cidade do Recife: Levantamento e Diagnóstico de Sítios Arqueológicos.** Campinas/SP: Revista de Arqueologia Pública, v. 0, n. 2, p. 3-18, 2015.

SOARES, André Luis R (org). **Educação Patrimonial: relatos e experiências.** Santa Maria/RS; Ed. UFSM; 2003.

\_\_\_\_\_. **Educação Patrimonial: teoria e prática.** Santa Maria/RS; Ed. UFSM; 2007.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos.** São Paulo:

VAINSENER, Semira Adler. *Sinagoga do Recife - Kahal Zur Israel.* **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.

\_\_\_\_\_, Semira Adler. **Recife, bairro.** Pesquisa Escolar OnLine, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.

VASCONCELOS, Sandro; GIRÃO, Osvaldo. **Como a Amsterdã brasileira deu lugar a uma Paris Tropical: as transformações estruturais na cidade do Recife e seu espólio patrimonial contemporâneo.** Uberlândia/MG: Revista de História e Estudos Culturais, vol. 11, ano XI, n. 01, 2014.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de Sítios Históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas.** Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

WOLTER, Rafael Moura Coelho Peclly. **Serge Moscovici: um pensador social.** Rio de Janeiro. UERJ, 2016.



**APÊNDICE 1 – Listagem de documentos pesquisados no arquivo institucional do IPHAN – PE e utilizados na dissertação**

Data	Tipo	Autor do documento	Destinatário do documento	Resumo
Junho de 2001	Relatório Parcial	Marcos Albuquerque (UFPE – Arqueologia)	IPHAN; URB – Recife e Fundação Roberto Marinho	Relatório Parcial de Acompanhamento Arqueológico do Projeto Luz no Recife Antigo
04 de novembro de 2003	Ofício	Manuela Brito (URB Recife)	Frederico Almeida (Superintendente -IPHAN)	Proposta de Urbanização das muralhas da cidade
18 de dezembro de 2003	Ofício	Daniela de Siqueira Periquito (IPHAN)	Chefe de Divisão Técnica (Superintendente -IPHAN)	Proposta de Urbanização das muralhas da cidade
21 de novembro de 2003	Ofício	Nancy Nery (URB – Recife)	Frederico Almeida (Superintendente -IPHAN)	Proposta de Urbanização das muralhas da cidade
30 de março de 2004	Ofício	Franciza Toledo (IPHAN)	Frederico Almeida (Superintendente -IPHAN)	Proposta de Urbanização das muralhas da cidade
28 de maio de 2004	Formulário	Anne-Marie Pessis (Arqueóloga - UFPE)	Frederico Almeida (Superintendente-IPHAN)	Permissão para trabalho arqueológico
01 de junho de 2004	Ofício	Nancy Nery (URB – Recife)	Anne-Marie Pessis (Arqueóloga-UFPE)	Proposta de arquitetura museológica
05 de agosto de 2004	Ofício	Carmem Muraro (Arquiteta – IPHAN)		Projeto de preservação e visibilidade do achado arqueológico Rua Barão Rodrigues Mendes, Bairro do Recife
16 de agosto de 2004	Memorando	Carmem Muraro (Arquiteta-MONUMENTA/BID)	Franciza Toledo (Chefe da divisão técnica – IPHAN)	Preocupação com os achados arqueológicos encontrados na Rua Barão Rodrigues Mendes
26 de agosto de 2004	E-mail	Ulysses Pernambucano (Arqueólogo)	Frederico Almeida (Superintendente-IPHAN)	Discussão sobre os achados arqueológicos encontrados na Rua Barão Rodrigues Mendes
23 de setembro de 2004	Ofício	Nancy Nery (Direção – URB – Recife)	Frederico Almeida (Superintendente-IPHAN)	Analisar a proposta arquitetônica sobre o projeto de arquitetura museológica dos achados arqueológicos

				encontrados na Rua Barão Rodrigues Mendes
29 de setembro de 2004	Projeto	Carmem Muraro (Arquiteta – IPHAN)		Projeto de preservação e visibilidade do achado arqueológico Rua Barão Rodrigues Mendes
27 de abril de 2005	Ofício	Nancy Nery (Direção – URB – Recife)	Frederico Almeida (Superintendente-IPHAN)	Solicitação de novas informações do Projeto Básico do Muro de Contenção à Flexão para Consolidação do Baluarte Porta da Terra; Encaminhamento para aprovação do Projeto de Arquitetura para o Baluarte da Porta da Terra.
2005	Relatório	Pós-Graduação em Arqueologia - UFPE	IPHAN	Relatório Final do Baluarte Porta da Terra
Março de 2006 ??	Plano de Trabalho Científico	Pós-Graduação em Arqueologia - UFPE	URB	Plano de trabalho científico nas obras do Museu a céu aberto
2006	Projeto	CECI	IPHAN	Projeto de consolidação do Baluarte Porta da Terra
06 de agosto de 2006	Ofício	Carmem Muraro (Arquiteta – IPHAN)	Ana Paula Bitencourt (Chefe de Divisão Técnica Substituta – IPHAN)	Proposta para intervenção da consolidação do Baluarte da Porta da Terra.
28 de fevereiro de 2007	Ofício	Isaac Azoubel (Diretor de Projetos – URB)	Frederico Almeida (Superintendente-IPHAN)	Painel explicativo do Museu à céu aberto.
2007	Texto do Painel Explicativo	José Luiz Mota Meneses (Arquiteto); Manuela Gomes de Matos Camarotti Pucci (arquiteta)	IPHAN	Texto para expor no Painel Explicativo do Baluarte Porta da Terra/Museu à céu aberto

